



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Mestrado em Zootecnia

Dissertação

A Agricultura Biológica na Beira Interior

Um contributo para a sua caracterização e desenvolvimento no
âmbito das medidas agro-ambientais

Diogo Clemente da Silva

Orientador:

Luís António Santos Fernandes

Mestrado em Zootecnia

Dissertação

A Agricultura Biológica na Beira Interior

Um contributo para a sua caracterização e desenvolvimento no
âmbito das medidas agro-ambientais

Diogo Clemente da Silva

Orientador:

Luís António Santos Fernandes

“Algo só é impossível até que alguém duvide e acabe provando o contrário.”

Albert Einstein

À minha família

Agradecimentos

Em primeiro lugar queria agradecer de uma forma especial ao professor Luís António Domingues dos Santos Fernandes, pela persistência, ajuda e disponibilidade dispensada durante todo o processo. Sem a sua orientação o trabalho não poderia ser realizado.

Gostaria ainda de agradecer às entidades certificadoras do Modo de Produção Biológico, nas pessoas dos responsáveis, que quando necessário forneceram os elementos necessários à realização do trabalho.

A todas as pessoas que me marcaram nos últimos anos de experiência profissional, nomeadamente os meus superiores hierárquicos e formadores, que contribuíram de forma essencial para a experiência e conhecimentos necessários à realização da presente tese.

Agradeço ainda a todos os produtores, que se disponibilizaram a fornecer as suas opiniões e experiências na realização dos inquéritos, bem como aos técnicos das associações que ajudaram a contactar os seus produtores.

Um agradecimento muito especial à minha esposa que esteve sempre ao meu lado, nos melhores e nos piores momentos, dando apoio, carinho, atenção e alegria, e que contribuiu decisivamente para que este trabalho tivesse um final, bem como à minha pequena filha que é a alegria do autor.

Aos meus pais e irmão, que acompanharam ao longo de mais de 30 anos e me formaram na pessoa que actualmente sou.

Não posso ainda deixar de manifestar a minha gratidão para todos os outros, que directamente ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho, nomeadamente aos meus amigos que me deram força e motivação para a conclusão deste trabalho.

Resumo

O presente estudo sobre a Agricultura Biológica na Beira Interior pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade das explorações agrícolas que praticam actividade pecuária em modo de produção biológico (MPB).

No campo teórico procede-se a uma descrição sumária da evolução das medidas agro-ambientais no contexto da Política Agrícola Comum da União Europeia e a uma breve caracterização da Agricultura Biológica em Portugal e em outros países da UE, focalizando também a produção animal em MPB e a região objecto de estudo.

No campo empírico recolheu-se informação dos produtores do distrito de Castelo Branco que praticam ou já praticaram MPB, tendo para o efeito sido elaborado um questionário. Das análises estatísticas univariada e bivariada evidencia-se que os produtores têm dificuldades no cumprimento da legislação associada a MPB e no escoamento de produtos no circuito da agricultura biológica, destacando-se também que no contexto actual o MPB terá o seu futuro condicionado pela continuidade das ajudas agro-ambientais. Na análise multivariada (factorial em componentes principais) destacaram-se três componentes, a primeira associada a variáveis de dimensão das explorações, a segunda a aspectos MPB e a terceira a técnicas de produção aplicadas.

Palavras-chave: Medidas Agro-ambientais, PAC, MPB, Produção Animal, Desenvolvimento Rural, Beira Interior.

Abstract

Organic Farming In Beira Interior - A contribution for the characterization and development in the context of agro-environmental measures

This study about Organic Farming in Beira Interior aims at contributing for a better understanding of the reality of Livestock Raising Organic Farming.

In the theoretic part of this work, the evolution of agro-environmental measures in the context so Europeans Union Common Agricultural Policy is summarily described and a brief characterization of Organic Farming in Portugal and other EU countries is given, focusing on the Organic Farming and the region studied.

In the empirical part, information about producers in Castelo Branco district that use or have used Organic Farming was gathered, by means of a survey. From the univariate and bivariate statistical analysis is shown that the producers experience difficulty complying with legislation about Organic Farming and selling the products in the Organic Farming circuit, also showing that in the present context Organic Farming will have its future limited by the maintaining of agro-environmental support. In the multivariate analysis (factorial analysis in principal components) three components were highlighted, first were variables related to the dimension of farms, second were Organic Farming aspects and third were the production techniques used.

Keywords: Agro-environmental Measures, CAP, Organic Farming, Livestock Production, Rural Development, Beira Interior

Índice

<i>Agradecimentos</i>	3
<i>Resumo</i>	4
<i>Abstract</i>	5
<i>Índice</i>	6
<i>Índice de Gráficos e Tabelas</i>	8
Índice de Gráficos	8
Índice de Tabelas	10
<i>Lista de Siglas e Abreviaturas</i>	11
<i>Capítulo 1 - Introdução</i>	13
1.1– Contextualização do tema	13
1.2 - Objectivos	17
1.3 – Estrutura do trabalho	18
<i>Capítulo 2 – Revisão Bibliográfica</i>	19
2.1 – Evolução da PAC	19
2.2 – Medidas agro-ambientais em Portugal e na Europa	21
2.3 – A Agricultura Biológica	28
2.3.1 – Definições e importância	28
2.3.2 – História da Agricultura Biológica.....	30
2.3.3 – A Agricultura Biológica na Europa e no Mundo	33
2.3.4 – A Agricultura Biológica em Portugal	42
2.3.5 – O Regulamento CEE 2092/91.....	46
2.3.6 – Controlo e a certificação	53
2.4 – A produção animal em Modo de Produção Biológico	56
2.5 – A região da Beira Interior em MPB	59
<i>Capítulo 3 – Metodologia aplicada</i>	66
3.1 - Introdução	66
3.2 – Dimensão da amostra	67

3.3 – Estrutura do questionário	68
3.4 – Trabalho de campo	72
3.5 – Avaliação dos inquéritos efectuados	74
3.6 – Taxa de resposta.....	75
3.7 – Tratamento e análise dos resultados	75
Capítulo 4 – Análise e discussão de resultados	79
4.1 – Análise univariada	79
4.1.1 - Caracterização do produtor.....	79
4.1.2 – Exploração em Modo de Produção Biológico	82
4.1.3 – Recursos humanos	87
4.1.4 – Características da exploração em MPB	92
4.1.5 – Produção animal	94
4.1.6 – Apoio técnico.....	103
4.1.7 – Comercialização	108
4.1.8 – Certificação.....	114
4.1.9 – Conclusões.....	118
4.1.10 – Observações.....	119
4.2 – Análise Bivariada.....	120
4.2.1 - Introdução.....	120
4.2.2 – Análise estatística	121
4.3 – Análise Multivariada	130
Capítulo 5 – Conclusões.....	143
Bibliografia.....	146
MONOGRAFIA	146
LEGISLAÇÃO	150
WEBGRAFIA	152
Anexos.....	154
Anexo I – Novo Logótipo do MPB:	155
Anexo II – Número de Bovinos em MPB na UE.....	156
Anexo III – Listagem dos Operadores em MPB a quem foram enviados inquéritos e respectivas devoluções:	157
Anexo IV – Carta de Apresentação enviada junto ao Inquérito:.....	160
Anexo V – Inquérito realizado:	162

Índice de Gráficos e Tabelas

Índice de Gráficos

Gráfico 1 -- Pagamentos efectuados em Portugal no âmbito do RURIS (x1000 Euros)	24
Gráfico 2 – Pagamentos de MAAS por região (x1000 Euros)	24
Gráfico 3 - Área de compromisso candidata à medida 014 – Agricultura Biológica, por cultura (Ha)	26
Gráfico 4 - Número de animais candidatos à medida 014 por Espécie	27
Gráfico 5- Área em MPB na União Europeia	34
Gráfico 6 – Evolução do número de operadores na UE	36
Gráfico 7 – Evolução do N° de Operadores em Portugal e na Beira Interior	43
Gráfico 8 - Evolução do número de operadores por região	43
Gráfico 9 - Evolução da área em MPB em Portugal e na região da Beira Interior	44
Gráfico 10 - Área em MPB por região em 2007	45
Gráfico 11 - Áreas ocupada pelas culturas em 2007 em Portugal e Beira Interior	45
Gráfico 12 – Evolução do número de operadores em produção animal no MPB	57
Gráfico 13- Evolução do número de operadores por região	58
Gráfico 14 - Número total de animais em MPB por espécie (2007)	58
Gráfico 15- Número de Produtores candidatos a subsídios por escalão de área	60
Gráfico 16 - Número de operadores em MPB produção animal por região	61
Gráfico 17 – Número de animais em MPB na Beira Interior por espécie	62
Gráfico 18 - Evolução do MPB produção animal na Beira Interior	63
Gráfico 19 - Evolução do MPB produção animal na Beira Interior	63
Gráfico 20 – Evolução da produção animal em MPB por espécie (Nacional e Beira Interior)	64
Gráfico 21 - Evolução da produção animal em MPB por espécie (Nacional e Beira Interior)	64
Gráfico 22- Evolução da produção animal em MPB por espécie (Nacional e Beira Interior)	65
Gráfico 23 - Área de pastagens e forragens em MPB (pastagens CA e pousio)	65
Gráfico 24 – Questão 1.1 - Sexo	80
Gráfico 25 - Questão 1.2 - Idade	80
Gráfico 26 – Questão 1.3 - Instrução	81
Gráfico 27 – Questão 1.4 – Tipo de Exploração	82
Gráfico 28 – Questão 2.1 – Situação da Exploração	83
Gráfico 29 – Questão 2.1.1 – Motivos da Desistência	84
Gráfico 30 - Questão 2.1.2 – Durante Quantos Anos Praticou?	84
Gráfico 31 – Questão 2.1.3 – Em que ano desistiu?	85
Gráfico 32 – Questão 2.1.3 – Em que ano desistiu?	85
Gráfico 33 – Questão 2.2 – Ano de início do MPB	86
Gráfico 34 – Questão 2.3 – Recebe Subsídios a este de Modo de Produção	86
Gráfico 35 – Questão 2.4 – Considera que os apoios ao MPB são?	87
Gráfico 36 – Questão 3.1.1 – Número de Trabalhadores Permanentes	88
Gráfico 37 – Questão 3.1.2 – Número de Trabalhadores Permanentes (excepto proprietários)	89

Gráfico 38 – Questão 3.1.3 – Número de Trabalhadores a Tempo Parcial _____	90
Gráfico 39 – Questão 3.1.4 – Média de Dias de Trabalho/Ano _____	91
Gráfico 40 – Questão 3.1.5 - Média de Anos de Experiência dos Trabalhadores Permanentes _____	91
Gráfico 41 – Questão 4.1 – Existência de alterações na exploração no início do MPB _____	92
Gráfico 42 – Questão 4.2 – Culturas Efectuadas na Exploração Antes e Depois de Iniciar MPB _____	93
Gráfico 43 – Questão 4.3 – Dimensão da Exploração _____	94
Gráfico 44 – Questão 4.3 – Dimensão da Exploração _____	94
Gráfico 45 – Questão 5.1 – Número de Animais (Total e Reprodutoras) _____	95
Gráfico 46 – Número de Inquiridos que Explora cada uma das Espécies _____	95
Gráfico 47 – Questão 5.2 – Tipo de Produto Final Produzido _____	97
Gráfico 48 – Questão 5.3 – Origem da Alimentação dos Animais _____	97
Gráfico 49 – Questão 5.3.1 - Se utiliza alimentação proveniente de terceiros, a origem dominante é: _____	98
Gráfico 50 - Questão 5.4 – Técnicas de Produção Adoptadas _____	100
Gráfico 51 – Questão 5.5 - Dificuldades sentidas neste Modo de Produção _____	102
Gráfico 52 – Questão 6.1 - É associado de alguma associação de produtores? _____	103
Gráfico 53 – Questão 6.1.1 - Considera que as associações desempenham bem o seu papel? _____	104
Gráfico 54 – Questão 6.1.2 - Se é associado de uma organização de produtores, quais são os apoios que a mesma lhe fornece? _____	105
Gráfico 55 – Questão 6.1.3 – Considera que o valor da anuidade paga à associação, em função dos serviços prestados é: _____	107
Gráfico 56 – Questão 6.2 – Considera que este apoio técnico deveria ser fornecido por: _____	107
Gráfico 57 – Questão 7.1 - Comercializa os produtos no circuito de produção do MPB? _____	108
Gráfico 58 – Questão 7.1.1 - Se Sim, de que forma? _____	109
Gráfico 59 – Questão 7.2 - Além do MPB Tem outro tipo de certificações? _____	109
Gráfico 60 – Valor Vendas 2008 _____	111
Gráfico 61 – Valor Vendas 2007 _____	111
Gráfico 62 – Valor Vendas 2009 _____	111
Gráfico 63 - Vendas Totais (euros) _____	111
Gráfico 64 – Questão 7.3.1 - De que forma controla as respectivas vendas? _____	112
Gráfico 65 – Questão 7.4 – O produtor/empresa desenvolve actividades de marketing? _____	112
Gráfico 66 – Questão 7.4.1 - Se sim, Principal canal de divulgação utilizado: _____	113
Gráfico 67 – Questão 8.1.1 - Refira um ponto positivo acerca da empresa que lhe garante a certificação dos produtos _____	114
Gráfico 68 – Questão 8.1.2 - Refira um ponto negativo acerca da empresa que lhe garante a certificação dos produtos: _____	115
Gráfico 69 – Questão 8.2 - Durante o período em que se encontrou em modo de produção biológico mudou de empresa de certificação? _____	116
Gráfico 70 – Questão 8.2.1 - Se sim, qual o motivo? _____	116
Gráfico 71 - 8.3 – Considera que o valor da anuidade paga à entidade certificadora é: _____	117
Gráfico 72 – Questão 8.4 – Considera que a certificação deveria ser feita: _____	117

Gráfico 73 – Questão 9.1 - Considera que este modo de produção tem futuro? _____	118
Gráfico 74 – Questão 9.2 – Se não existissem estes apoios específicos mantinha este modo de produção? _____	118
Gráfico 75 - Scree Plot _____	138

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Programação Financeira revista em 2002 _____	23
Tabela 2 - Número de operadores notificados em MPB na Europa _____	35
Tabela 3 – Áreas em MPB na Inglaterra _____	40
Tabela 4 – Número de produtores e área certificada em MPB _____	42
Tabela 5 – Numero de operadores com produção animal em MPB _____	57
Tabela 6 - Evolução do Número de animais por espécie nos últimos anos _____	59
Tabela 7 - Dados Estatísticos Referentes ao Número de Animais _____	96
Tabela 8 - Sexo e Grupo Etário vs Variáveis Associadas a MPB _____	122
Tabela 9 – Nível de Instrução vs Variáveis Associadas a MPB _____	123
Tabela 10 – Sexo e Classe Etária vs Variáveis ligadas a Associações de Produtores _____	124
Tabela 11 – Nível de Instrução versus Variáveis ligadas a Associações de Produtores _____	125
Tabela 12 – Sexo e Classe Etária vs Variáveis ligadas a “Dificuldades” _____	126
Tabela 13 – Nível de Instrução vs Variáveis ligadas a “Dificuldades” _____	126
Tabela 14 – Sexo e Grupo Etário vs Variáveis ligadas à “Comercialização produtos MPB” _____	127
Tabela 15 – Nível de Instrução vs Variáveis ligadas à “Comercialização produtos MPB” _____	128
Tabela 16 – Tipo de Exploração vs Variáveis “ligação ao MPB”, “Associações”, “Dificuldades” e “Comercialização produtos MPB” _____	129
Tabela 17 - Variáveis utilizadas na análise factorial (Case Processing Summary) _____	130
Tabela 18 – Simetria das variáveis (Descriptives) _____	131
Tabela 19 – Simetria das variáveis após transformação logarítmica (Descriptives) _____	132
Tabela 20 – Estudo da normalidade (Tests of Normality) _____	132
Tabela 21 - Estatísticas descritivas (Descriptive Statistics) _____	133
Tabela 22 - Matriz das correlações (Correlation Matrix(a)) _____	134
Tabela 23 - Testes KMO e Bartlett (KMO and Bartlett's Test) _____	135
Tabela 24 - Matriz anti-imagem (Anti-image Matrices) _____	136
Tabela 25 – Comunalidades(Communalities) _____	137
Tabela 26 - Variância explicada (Total Variance Explained) _____	138
Tabela 27 - Matriz de Reproduced Correlations (Reproduced Correlations) _____	139
Tabela 28 - Matriz de componentes (Component Matrix(a)) _____	140
Tabela 29 - Matriz de componentes com rotação (Rotated Component Matrix(a)) _____	141

Lista de Siglas e Abreviaturas

AB – Agricultura Biológica

BSE – Encefalopatia Espongiforme Bovina

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

DDT - Dicloro-Difenil-Tricloroetano

DOP – Denominação de Origem Protegida

ET – Especialidade Tradicional

EU/UE – União Europeia

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GPPAA – Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

Ha - Hectares

HACCP - Hazard Analysis and Critical Control Points

IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas

IFAP - Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas

IFOAM - International Foundation for Organic Agriculture Movements

IGP – Indicação Geográfica Protegida

INGA – Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

ISO- International Organization for Standardization

JAS – Japanese Agricultural Standard

MAAS – Medidas Agro-Ambientais

MPB – Modo de Produção Biológico

NOP – National Organic Program

OGM – Organismo Geneticamente Modificado

OMC – Organização Mundial do Comércio

OCM - Organização Comum de Mercado

PAC – Política Agrícola Comum

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural Continente

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

RPU – Regime de Pagamento Único

Capítulo 1 - Introdução

1.1– Contextualização do tema

O crescimento demográfico e a limitação de alimentos disponíveis na natureza, obrigaram o homem a procurar alternativas, tendo-se designado globalmente essa acção por agricultura. Os trabalhos para aumentar estas produções de bens agrícolas e alimentares vêm alterar os ecossistemas iniciais, usando recursos não renováveis e, por isso mesmo, escassos.

A agricultura era, e foi até há pouco tempo definida como a arte de cultivar os campos. Já no início dos anos 70 do século passado se começaram a sentir os efeitos da “Revolução Verde”, que tinha marcado o século XX, com maior incidência no pós 2ª Guerra Mundial. De facto, a intensificação agrícola associada a políticas orientadas para o produtivismo, criaram extrema dependência dos combustíveis fósseis, o que justifica uma definição de agricultura contextualizada nesse período: “a ciência capaz de transformar petróleo em alimentos e fibras”¹, tendo forte dependência do uso de inputs de energia na forma de fertilizantes químicos e pesticidas, sendo o grande desafio do homem voltar a promover ecossistemas agro-pecuários sustentáveis e garantir um uso racional da energia, mantendo assim os recursos do planeta.

A percepção da necessidade de encontrar modelos de produção sustentável ocorreu muito antes da reforma da PAC de 1992 com a introdução das medidas agro-ambientais. Já nos anos 60, René Dumont e Henrique de Barros entre outros reflectiram acerca desta problemática, tendo definido agricultura como "a artificialização pelo homem do meio natural, com o fim de o tornar mais apto ao desenvolvimento de espécies vegetais e animais, elas próprias melhoradas"².

A degradação ambiental que ocorre actualmente é de extrema gravidade, principalmente no que toca ao solo, devido à erosão, que reduz a oferta de ambiente

¹ Citado em Beltrão, N. (Pimentel et al., 1972)

² Barros, 1975

agricultável, devido à salinização, desvio de águas impróprias para irrigação, contaminação de águas com nitratos e pesticidas, destruição dos lençóis freáticos e destruição de habitats. Nos últimos anos fomos confrontados também, além das questões ambientais, com outros problemas resultantes da intensificação da agricultura: problemas alimentares muito graves, como a BSE, dioxinas e febre aftosa e a utilização de transgénicos; sociais, caso da desertificação das zonas rurais e destruição das paisagens; de saúde pública, por exemplo a contaminação dos lençóis freáticos e a utilização de pesticidas químicos e perigosos.

Na base destes variadíssimos problemas de segurança alimentar que nos assolaram nos últimos anos, está a intensificação e artificialização da produção de alimentos, como carnes com químicos (uso de antibióticos, esterilizantes e hormonas), vegetais com pesticidas, águas contaminadas, transgénicos.

Não é possível imaginar uma sociedade ou um país sem agricultura para a produção de alimentos, de forma a garantir um mínimo de sustentabilidade da sua população e a própria defesa e independência nacionais. Um país fortemente dependente do exterior ao nível dos produtos agrícolas e alimentares torna-se bastante vulnerável em termos de relações internacionais.

A água e os alimentos são fundamentais para o desenvolvimento do país tendo os agricultores um papel essencial através da produção. No entanto hoje em dia não é apenas a produção que define os agricultores, estes são cada vez mais considerados e reconhecidos como as pessoas que preservam as zonas rurais, quer ao nível da paisagem e ambiente, da ocupação do território e mesmo social, mantendo actividades produtivas e aumentando o nível de vida da população.

Assim, a chamada multifuncionalidade da agricultura, actualmente reconhecida pela PAC e aceite ao nível da OMC, define uma agricultura global e actual, que além da produção de alimentos, desempenha funções não produtivas, com um papel importante na preservação dos recursos naturais (solo, água, ar, biodiversidade), salvaguarda do ambiente, da paisagem e do equilíbrio ecológico, conservação do património cultural e dos produtos tradicionais.

Em Portugal 66 % dos solos são de baixa qualidade³, sendo relativamente limitada a área com solos de boa aptidão agrícola. Também o clima não é o mais adequado para determinadas culturas e menos ainda para a intensificação dessas culturas, sendo por exemplo a precipitação mal distribuída ao longo do ano e das regiões do país. Se a isto se acrescentar os custos da marginalização, visto Portugal estar num extremo da Europa, e como tal afastado dos principais centros de consumo europeu, dificultando importação e utilização das inovações tecnológicas dos países mais evoluídos, facilmente se chega à conclusão de que, exceptuando algumas zonas do Alentejo e Ribatejo, Portugal não tem as condições necessárias para competir com outros países nas culturas intensivas, onde o mais importante é a produtividade.

Numa altura em que as fronteiras políticas, económicas e sociais da Europa tendem a desaparecer, os elementos diferenciadores e identificadores assumem uma importância acrescida quer para produtores quer para consumidores, para quem é fundamental dispor de produtos reconhecidamente tradicionais, com características de qualidade reportadas à região de origem, ao modo de produção particular, ou aos benefícios alimentares, ambientais ou sociais que originam.

Na agricultura portuguesa estão identificadas dificuldades de vária ordem, aos solos pobres associa-se a desertificação das zonas rurais através do êxodo para os grandes centros, o envelhecimento da população agrícola, a ausência de formação profissional e, na maioria dos casos, a ausência de modernização das estruturas agrícolas, devendo-se apostar em modos de produção que minimizem estes problemas, promovendo a sua diminuição e transformando-os em vantagens competitivas com outros países.

Portugal é, no entanto, um dos países em que os produtos de qualidade são mais reconhecidos, inclusive no exterior, como vinhos, queijos, enchidos e outros, existindo um elevado número de produtos designados como Produtos Tradicionais (DOP, IGP e ET). Portugal era em 2004 o 3º país do ranking dos produtos com nome reconhecido (DOP/IGP) com cerca de 14% dos 650 produtos existentes na União Europeia, apenas atrás da Itália, com 21% e França com 20%⁴.

³ Carta de Solos de Portugal, J. Carvalho Cardoso, 1973

⁴ Tibério, 2004

Assim sendo, poderá ser importante apostar neste tipo de produtos de qualidade, processados de acordo com regras e modos de produção tradicionais, que lhes conferem características únicas e normalmente apreciadas pelos consumidores.

Além dos referidos produtos tradicionais, existe um modo de produção que se encontra, em termos de reconhecimento, muito interligado com produção tradicional, protecção do ambiente, segurança e qualidade alimentar, bem como promovendo uma agricultura sustentável e o bem-estar animal. A sua designação é Modo de Produção Biológico, encontrando-se no essencial definido pelos Regulamentos CE N° 834/07, de 28 de Junho e CE N° 889/08, de 5 de Setembro, bem como as respectivas actualizações (que recentemente revogaram o inicial Regulamento CEE N° 2092/91).

Este tipo de produtos e as medidas que promovem o seu desenvolvimento têm, além dos benefícios ambientais, efeitos nas zonas rurais, favorecendo o seu desenvolvimento e crescimento económico, com base nos sectores primário e secundário. Normalmente estes produtos são produzidos em zonas onde o forte indutor da economia regional é a agricultura, associada com actividades a montante (fornecimento de bens e factores de produção), e a jusante (com especial importância na transformação e comercialização de produtos). Ao promover estes produtos está-se também a aumentar toda esta actividade e o desenvolvimento económico das regiões, fixando a população residente através da criação de postos de trabalho (estes produtos tradicionais estão normalmente associados a maior necessidade de mão-de-obra e menor mecanização), que de outro modo se deslocaria para os grandes centros populacionais devido à falta de emprego. Contribui-se assim para o rejuvenescimento da população, quer mantendo a população e a respectiva descendência, quer fazendo regressar jovens para estes novos projectos, visto, por regra, este tipo de actividades que requerem conhecimentos das práticas tradicionais e antigas, também estão associadas a uma actualização e conhecimentos no sentido da sua modernização e adopção de novas técnicas, normalmente detidos por pessoas mais jovens e com maior formação.

É assim fácil de constatar que além da produção efectiva de produtos de qualidade, as vantagens deste tipo de agricultura é alargada ao meio económico, social, ambiental, e até cultural, pelo que cada vez mais as políticas agrícolas têm vindo a apoiar estes produtos e modos de produção a fim de promover a sua inserção e desenvolvimento no mercado.

1.2 - Objectivos

Este trabalho pretende assim ser um contributo para o estudo de um destes modos de produção associados a estas políticas de Desenvolvimento Rural (Medidas Agro-Ambientais), o Modo de Produção Biológico. No entanto, por ser uma problemática complexa para ser tratada com algum grau de profundidade ao nível do país, devido também às diferentes características que cada região possui, bem como grau de desenvolvimento e oportunidades da Agricultura Biológica, optou-se por estudar apenas a Região da Beira Interior (nomeadamente o distrito de Castelo Branco), e o caso da Produção Animal (e produções vegetais associadas). Foi considerada esta região por ser uma das zonas onde a Agricultura Biológica encontra maior número de aderentes (logo atrás do Alentejo e Trás-os-Montes), e devido às potencialidades para este tipo de agricultura, com algum reconhecimento em termos de produtos tradicionais (queijo, cabrito, borrego, enchidos, etc.).

Pretende-se assim, numa primeira fase conhecer a evolução do número de produtores nos diferentes tipos de produtos e qual a influência dos apoios agro-ambientais quer na tomada de decisão para a adesão ao MPB, quer na manutenção deste modo de produção. A fase seguinte destina-se à caracterização e avaliação do perfil dos aderentes, assim como as suas dificuldades nos seguintes aspectos: (i) técnicas (caso da adopção de novas tecnologias, entre outras), (ii) ao nível do apoio fornecido por associações de agricultores e outras entidades locais, (iii) funcionais como o acesso a factores de produção adequados, acesso a mercados – regionais, nacionais, externos – para escoamento de produtos, a compensação obtida com este modo de produção, a implementação de associativismo/cooperativismo na comercialização em contraste com os produtores isolados, ou, ao nível das políticas, a influência que estas têm nas opções dos produtores.

Finalmente, será importante avaliar a consequência da entrada neste modo de produção, ou seja, se os aderentes reverteram modos de produção convencional para MPB mantendo o tipo de actividades e de produções que já desenvolviam, ou alteraram o seu plano de exploração aderindo a este modo de produção, quer inovando os que já detinham, quer alterando completamente o tipo de actividades.

Esse estudo será suportado pela realização de um inquérito que será preenchido pelos agricultores com pecuária em Modo de Produção Biológico (que beneficiam ou não de apoios), na região da Beira Interior (distrito de Castelo Branco).

1.3 – Estrutura do trabalho

Para atingir estes objectivos, e no que se refere à organização do trabalho, primeiramente, através da revisão bibliográfica, procurou-se fazer uma pequena abordagem histórica ao início da Política Agrícola Comum, e as alterações que foram sucedendo, bem como as Medidas Agro-ambientais criadas, quer em Portugal quer no resto da União Europeia. Seguidamente será introduzido o tema do Modo de Produção Biológico, com as definições, com a sua história, desenvolvimento e políticas em Portugal e na Europa, com um pequeno resumo dos pontos essenciais do regulamento inerente, e finalmente com uma abordagem ao controlo e certificação dos produtos neste modo de produção. Existirá ainda uma abordagem específica à produção animal e à região da Beira Interior com a evolução anual ocorrida, em área, animais e número de produtores.

No Capítulo 3 será apresentada a metodologia a utilizar na elaboração do questionário, na realização dos inquéritos e no tratamento dos dados. O quarto capítulo corresponde à apresentação e análise dos resultados obtidos, e no final (capítulo 5) serão apresentadas as conclusões, bem como algumas questões consideradas pertinentes para o desenvolvimento futuro do MPB nesta região.

Capítulo 2 – Revisão Bibliográfica

2.1 – Evolução da PAC

A PAC (política agrícola comum) entrou em vigor (foi criada em 1957 com o Tratado de Roma) nos anos sessenta (1962) com o objectivo de promover a auto-suficiência alimentar da então “Europa dos Seis”, orientando-se para a intensificação da produção e para o crescimento da produtividade da terra e do trabalho, e estando-lhe também associado múltiplas medidas de apoio financeiro e de programas de desenvolvimento.

O modelo produtivista no qual assentava a política agrícola comum, no sentido de dar resposta às necessidades da Europa do pós-guerra, atingiu rapidamente os seus objectivos, que eram principalmente garantir um nível de produção suficiente para alimentar a população comunitária, descurando frequentemente aspectos de natureza qualitativa e ambiental.

No início dos anos setenta, após garantido o auto aprovisionamento dos principais bens alimentares (preocupação pós-guerra), o objectivo passou a estar centrado na manutenção do nível de rendimento dos agricultores, surgindo, por exemplo, apoios a zonas desfavorecidas (indenizações compensatórias)

Nos anos 80 e 90, a Europa viu-se assim com grandes quantidades de excedentes de produção em virtude dessas políticas quantitativas e produtivistas, tendo-se constatado que existiam inúmeros problemas ambientais e de qualidade dos produtos agro-pecuários até então descurados, bem como problemas sociais e ainda custos inerentes a esses excedentes, que se acumulavam e aos quais se tinha que adicionar os subsídios atribuídos à exportação, a fim de permitir o seu escoamento em mercados externos.

Esses problemas ambientais como a poluição atmosférica, do solo, das águas, excesso de nitratos, resíduos de pesticidas, destruição de habitats naturais e biodiversidade, deram origem a uma necessidade de protecção ambiental (fauna e flora), tendo o seu culminar na Ronda do Uruguai do GATT, definindo-se uma orientação das

políticas agrícolas no sentido da produção de bens de qualidade, em condições sanitárias adequadas, economicamente eficiente e ecologicamente sustentável, com o objectivo de criar um desenvolvimento socioeconómico integrado das zonas rurais.

Em 1992 surgiu a primeira grande reforma da PAC, visando os objectivos considerados nos anos anteriores, tendo sido criadas várias medidas, umas tendentes a controlar a oferta de produtos agrícolas (na sequência dos excedentes), como os pousios e as quotas, e outras mais direccionadas para a protecção ambiental, surgindo então as medidas de acompanhamento da reforma da PAC, entre as quais constavam as Medidas Agro-ambientais. A PAC deixou de se orientar exclusivamente para o produto, para se centrar agora no produtor e no seu meio envolvente.

Em 1995, o Conselho Europeu de Madrid, a fim de aprofundar as políticas comunitárias, e também devido ao alargamento do número de países membros, que criou o problema do controlo de custos resultantes desse alargamento, encarregou a Comissão Europeia de efectuar uma análise orçamental, que se veio a traduzir na chamada Agenda 2000, apresentada em 1997 pela Comissão mas apenas publicada em 2001.

Nesta nova reforma a política europeia seria principalmente orientada para o mercado e para questões ambientais, reforçando-se três funções essenciais da agricultura: *Económica, Ordenamento do Território e Ambiental*. Foram assim reforçadas as políticas de desenvolvimento rural (2º pilar da PAC), atribuindo-se maior importância às medidas agro-ambientais (MAAS), especialmente às que requeriam esforços suplementares por parte dos agricultores e a manutenção dos habitats seminaturais, como a Agricultura Biológica. Um dos principais objectivos visados era garantir a longo prazo a manutenção da agricultura, reconhecendo-se-lhe um papel fundamental na preservação do mundo rural vivo, e onde os agricultores e a população rural em geral é essencial pelas suas acções, atitudes e comportamentos.

A Agenda 2000 foi revista em 2003, com uma nova reforma da PAC, na qual se reforçaram as preocupações ambientais sobretudo ao nível do desenvolvimento rural e pela introdução da condicionalidade, que são normas (de protecção ambiental) que todos os agricultores candidatos a ajudas têm de cumprir. Outro dos aspectos fundamentais desta nova reforma foi o desligamento de determinadas ajudas (Regime de Pagamento Único – RPU).

Em 2008, aquando do “exame de saúde” da PAC, foram efectuadas novas reformas significativas, com o objectivo de modernizar o sector e de o orientar mais para o mercado, sem prescindir do aspecto ambiental e da multifuncionalidade que lhe está associada. Nos últimos anos os poucos sectores da agricultura que ainda eram pagos à produção (tabaco, vinha, frutícolas, algodão, entre outros) têm vindo a ser progressivamente integrados no regime de pagamento único.

Em 2010 iniciou-se o debate com vista a definir o futuro da Política Agrícola Comum pós 2013, que terá que ter em atenção os novos desafios da nossa sociedade, nomeadamente de natureza económica, social, ambiental, climática e tecnológica, assim como a diversidade e o nível de rendimento e de qualidade de vida dos agricultores dos 27 Estados-Membros da UE. Existem vários cenários em análise, no entanto em todos eles o desenvolvimento rural e a sustentabilidade ambiental são fundamentais.

Assim constata-se que, relativamente às políticas agrícolas da UE dos últimos 40 anos, e excluindo um período inicial em que devido à situação socioeconómica da Europa se privilegiaram as lógicas produtivistas, a estratégia dominante dos últimos anos tem-se dirigido para o aumento das exigências de natureza qualitativa, ambiental e de bem-estar animal. De facto, e devido também aos graves problemas ambientais e de segurança alimentar e saúde pública, a que se associam questões sociais decorrentes da desertificação das zonas rurais e abandono de terras agrícolas, as políticas agrícolas privilegiam cada vez mais o 2º pilar (desenvolvimento rural) em detrimento do 1º pilar da PAC. Conforme referido pelo comissário Fisher, “multifuncionalidade é a palavra que encontramos na Europa para descrever a ligação fundamental entre agricultura sustentável, segurança dos alimentos, equilíbrio territorial, manutenção da paisagem e do ambiente e, o que é muito importante para os países em desenvolvimento, segurança alimentar”⁵.

2.2 – Medidas agro-ambientais em Portugal e na Europa

Conforme referido, foi na sequência da reforma ocorrida em 1992 que foram criadas as chamadas Medidas de Acompanhamento da reforma da PAC, nas quais se

⁵ Citado por Vorley, 2001

incluem as Medidas Agro-ambientais (MAAS), definidas pelo Regulamento (CEE) n° 2078/92, referentes a modos de produção agro-pecuários alternativos, característicos de determinadas regiões ou mais amigos do ambiente. Essas ajudas permitem aos beneficiários um apoio para se modernizarem e adoptarem técnicas de produção a fim de cumprirem determinados objectivos, surgindo no seguimento de novas orientações políticas europeias, visando uma agricultura multifuncional (conforme defendido pela Comissão Europeia e OMC), e desempenhando funções não produtivas, com um papel importante na preservação dos recursos naturais, salvaguarda do ambiente e do equilíbrio ecológico, conservação do património cultural e produtos tradicionais.

As MAAS são um conjunto de medidas de protecção do ambiente e preservação do espaço natural, nas quais os agricultores se comprometem a, durante o período de compromisso (5 anos podendo existir prolongamentos), adoptar técnicas agrícolas “amigas” do ambiente e em troca receber pagamentos que compensam custos adicionais e perdas de rendimento que possam ocorrer. O objectivo seria conciliar a competitividade agrícola e o desenvolvimento rural sustentável.

Este regulamento tem um âmbito vasto, contemplando medidas com o objectivo de promover a redução dos excedentes e protecção do ambiente, e outros visando a manutenção de práticas agrícolas tradicionais (também estas consideradas mais “amigas” do ambiente).

Após aprovação da legislação comunitária, a elaboração do plano nacional iniciou-se em 1993, tendo demorado aproximadamente um ano até à sua implementação, ocorrendo as primeiras candidaturas em Novembro de 1994 (apenas para a medida de conservação dos sistemas agrícolas tradicionais), para o período de 94-98.

Estes apoios agro-ambientais foram nesta primeira fase divididos em quatro grupos: 1) Diminuição dos efeitos poluentes da agricultura; 2) Extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos; 3) Conservação dos recursos e paisagem rural e 4) Formação profissional. No período entre 1994 e 1998 foram aplicados nas MAAS 24.959,2 milhares de contos⁶.

⁶ Fonte: GPPAA, 2006

Com a aprovação da Agenda 2000 foi reestruturado todo o conjunto de apoios, tendo sido criado uma vasta lista de medidas, surgindo o Regulamento CE Nº 1257/99 que reforçou estes apoios Agro-ambientais para o período de 2000 a 2006, tendo nos últimos anos as regras nacionais destas ajudas respeitado a portaria nº 1212/2003 (com respectivas actualizações).

O programa RURIS insere-se no chamado 2º pilar da PAC, que é o pacote de Desenvolvimento Rural, materializando em Portugal a política de Desenvolvimento Rural. O programa era constituído por quatro intervenções, as Medidas Agro-ambientais, as Indemnizações Compensatórias, a Florestação de Terras Agrícolas e a Reforma Antecipada.

Destes apoios, e conforme a despesa prevista para o período 2002-2006, é para as Medidas Agro-Ambientais que seria atribuído o maior valor, com mais de 40 % do total, confirmado pelos pagamentos efectuados (tabela 1), o que indicia a importância destas no programa de apoio ao desenvolvimento rural. É possível constatar que, conforme descrito no gráfico 1, desde 2004 os valores a pagar têm diminuído, visto nos últimos anos não terem existido candidaturas a apoios neste âmbito, ou seja, o último ano que existiram novos compromissos de MAAS foi em 2004.

Estes apoios são atribuídos pelo estado Português, no entanto existe uma comparticipação de 75% por parte da Comissão Europeia, tendo em 2005 sido atribuídos 104.946.000 euros nas MAAS dos quais 78.709.500 euros provêm de financiamento comunitário⁷.

Tabela 1 - Programação Financeira revista em 2002

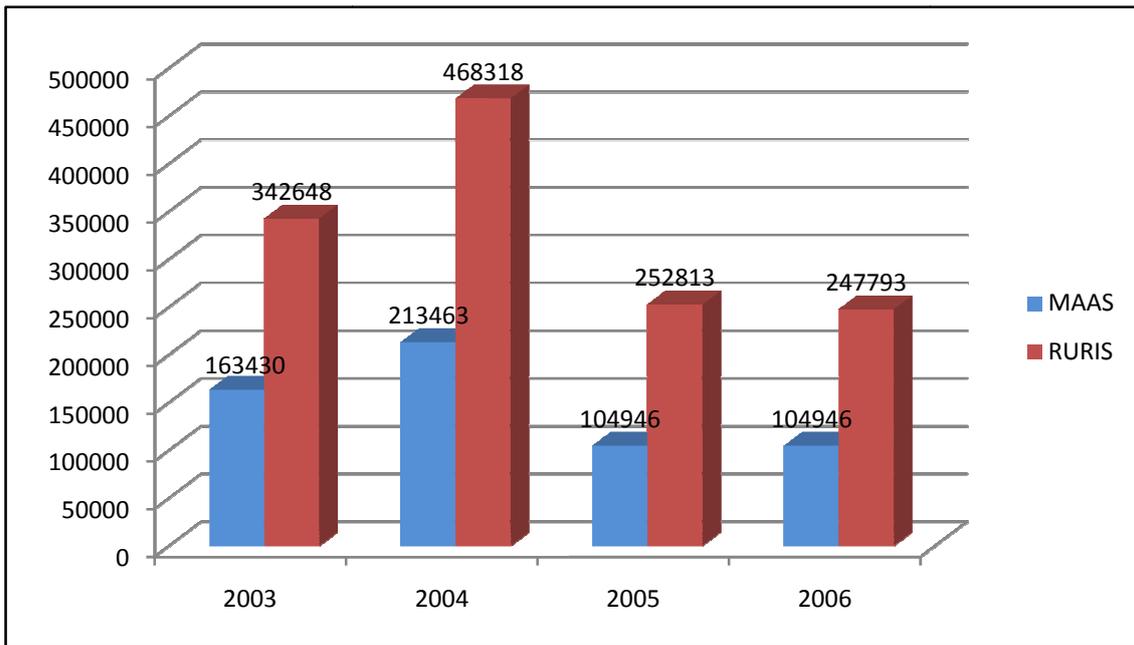
Despesa Pública Programada (contribuição da EU e comparticipação nacional) – mil euros									
ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL	%
Ref. Antecipada	3.576	3.978	7.120	9.760	12.297	14.800	17.241	68.772	4.0
IC's	0	83.844	68.773	68.984	71.313	72.360	72.160	437.381	25.3
MAA's	113.845	85.768	116.773	115.816	110.620	110.947	114.235	767.604	44.4
Florestação Terras Agrícolas	48.621	56.721	63.033	64.980	69.263	70.756	71.827	445.201	25.8

Fonte: PDRu – Avaliação Intercalar (decisão da Comissão Europeia C (2002) 1360 de 21/05/2002)

*Não está incluída despesa pública programada com a avaliação

⁷ Fonte: GPPAA, 2006

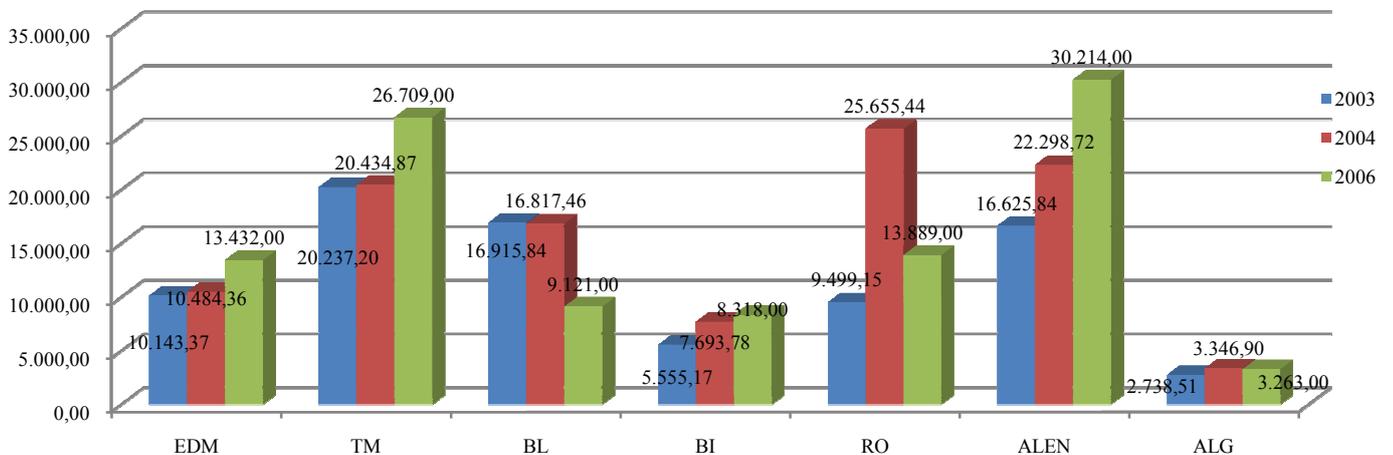
Gráfico 1 -- Pagamentos efectuados em Portugal no âmbito do RURIS (x1000 Euros)



Fonte: Apoios à agricultura 2006- GPPAA

Ao nível das regiões, em 2006, o Alentejo e Trás-os-Montes são as regiões onde são atribuídos mais apoios Agro-Ambientais (em valor) ocupando a Beira Interior a penúltima posição (apenas à frente do Algarve). Isto deve-se fundamentalmente, no caso do Alentejo às grandes extensões de terra disponíveis, e no de Trás-os-Montes devido ao elevado número de beneficiários, bem como às especificidades de algumas medidas, que são adaptadas às características de determinadas regiões, como os Sistemas Forrageiros Extensivos (no caso do Alentejo) e os Pomares ou o Olival Tradicionais (principalmente na região de Trás-os-Montes).

Gráfico 2 – Pagamentos de MAAS por região (x1000 Euros)



Fonte: Apoios à agricultura 2006- GPPAA

Nos últimos anos o aumento dos apoios tem-se verificado em todas as regiões, indiciando um aumento das áreas ou produtores candidatos, com excepção do Algarve, onde os valores se mantiveram sensivelmente iguais, e das regiões do Beira Litoral e Algarve onde de 2004 para 2006 existiu uma diminuição dos valores atribuídos. Isto deve-se sobretudo ao último ano (2004) em que foram aceites candidaturas às Medidas Agro-Ambientais, não tendo existido em 2005 novos compromissos. Este facto aliado a serem regiões com uma agricultura considerada mais intensiva, como sejam os bovinos de leite, cereais de regadio, hortícolas, arroz ou pomares, influenciou na decisão dos agricultores não continuarem com este tipo de apoios.

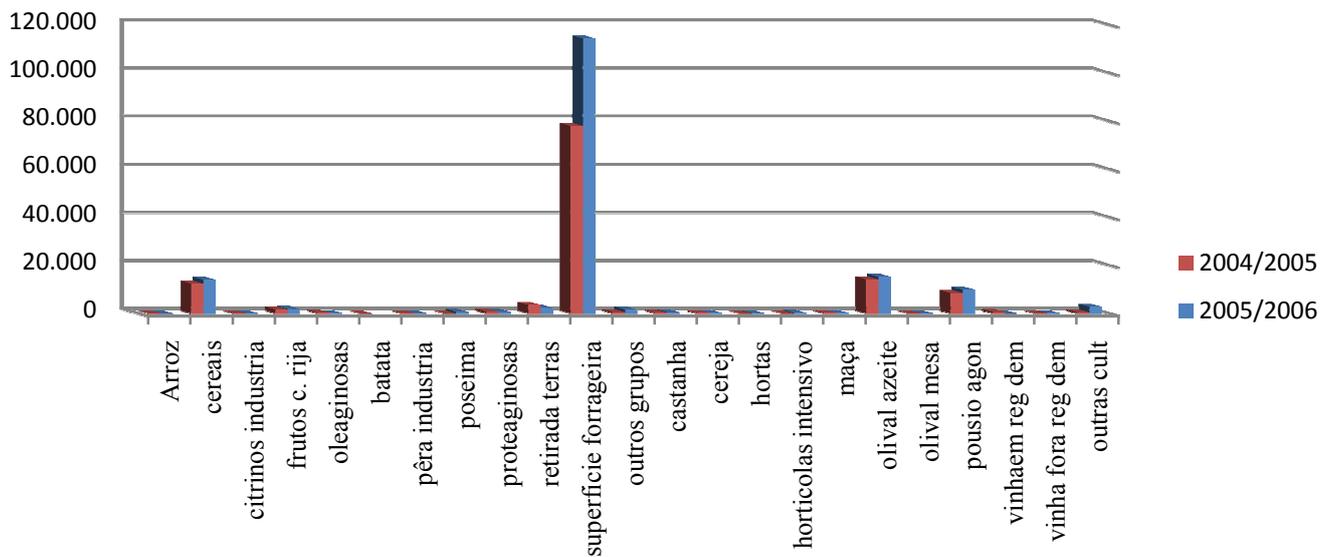
De acordo com o definido no Portaria nº 1212/2003, existiam nesse quadro comunitário de apoios 39 medidas agro-ambientais (incluindo produção vegetal e animal e planos zonais).

Relativamente ao modo de produção “Agricultura Biológica” (MPB - medida agro-ambiental 014 na referida portaria), este era definido pelo regulamento CE 2092/91 modificado. Estes apoios foram iniciados em 1992, no entanto apenas em 2001 (após regulamento CE nº1981/99 que define as regras do modo de produção biológico em produção animal) começaram a ser atribuídos apoios neste modo de produção à produção animal, sendo o período de cada compromisso de 5 anos.

Esta medida foi uma das que mais sucesso apresentou, muito provavelmente devido ao valor dos apoios, tendo uma distribuição relativamente homogénea por todo o país, sendo, no entanto, criticada em alguns casos devido a ser muito restritiva.

De referir que de todas as medidas agro-ambientais existentes (incluindo Protecção e Produção Integradas), a Agricultura Biológica é a única em que o modo de produção se encontra regulamentada e de forma comum a todos os países da União Europeia.

Gráfico 3 - Área de compromisso candidata à medida 014 – Agricultura Biológica, por cultura (Ha)



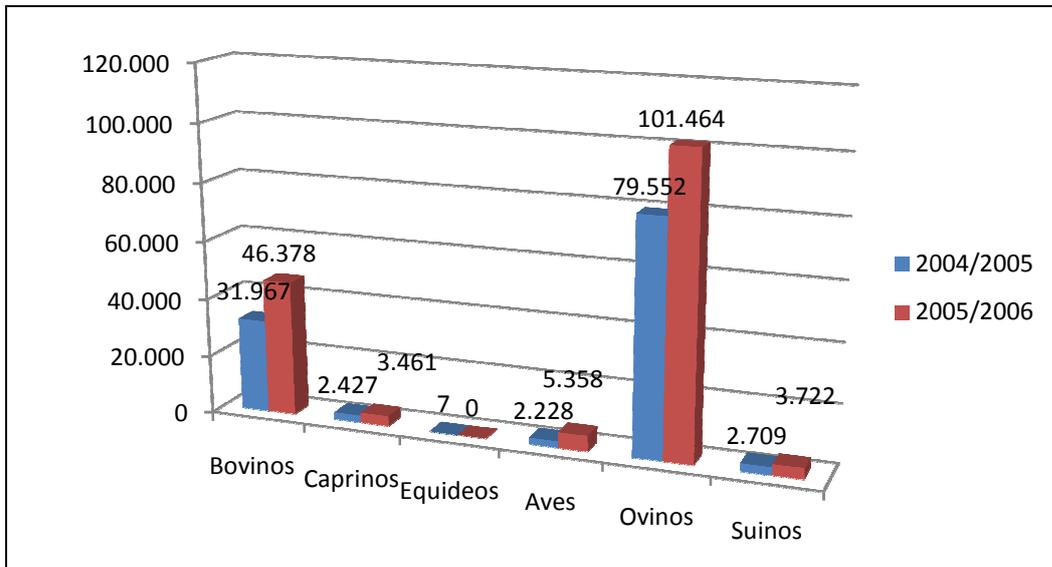
Fonte: Anuário 2005/06 IFADAP/INGA

As principais culturas declaradas para esta medida são as áreas forrageiras (pastagens e forragens), os cereais e o olival, tendo sido verificados aumentos entre 2004 e 2005. Conclui-se assim que as culturas marcadamente intensivas têm sido preteridas em MPB, em relação a culturas tradicionalmente mais extensivas.

Na campanha de 2005/2006 foram declarados mais de 110.000 ha de área forrageira, sendo que as áreas de olival e cereais não chegaram aos 20.000 ha.

Em relação aos animais candidatos a esta medida, o gráfico 4 indica que nas campanhas de 04/05 e 05/06 foi verificado um aumento do efectivo em todas as espécies (excepto equídeos), sendo os ovinos, com mais de 100.000 animais declarados em 05/06, a espécie mais representativa, seguida dos bovinos.

Gráfico 4 - Número de animais candidatos à medida 014 por Espécie



Fonte: Anuário 2005/06 IFADAP/INGA

Em 2007 foi aprovado pela Comissão Europeia um novo Programa de Desenvolvimento Rural para Portugal (na sequência das antigas medidas agro-ambientais) – ProDeR (apoios para o período de 2008-2013), onde é desenvolvida uma linha de estratégia para os próximos anos que aposta numa criação de riqueza explorando as nossas potencialidades e numa melhor e mais eficiente utilização dos recursos naturais, humanos e financeiros.

Este programa encontra-se dividido em 4 subprogramas: Promoção da Competitividade, Gestão Sustentável do Espaço Rural, Dinamização das Zonas Rurais e Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências. Para o presente trabalho o subprograma 1 – Promoção da competitividade – é o que mais nos interessa, sendo o que concentra a maior fatia financeira, num total de perto de 1.500 MEuros divididos por seis medidas⁸.

A medida 2.2 – Valorização dos Modos de Produção, inserida no eixo 2 (Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural), surge no seguimento das anteriores medidas agro-ambientais, visando apoiar o desenvolvimento sustentável das zonas rurais. Esta medida contempla três acções: Alteração de Modos de Produção Agrícola, Protecção da Biodiversidade Doméstica (apoios às raças autóctones) e Conservação e

⁸ Programa de Desenvolvimento Rural Continente, Nov. 2007

Melhoramento dos Recursos Genéticos (apoios à manutenção do património genético animal e vegetal - raças e variedades). A acção Alteração de Modos de Produção Agrícola é a que surge mais directamente das “antigas” medidas agro-ambientais (produção vegetal), aliando a necessidade da preservação dos recursos naturais, a fim de alcançar benefícios ambientais. Da análise desta acção no Plano de Desenvolvimento Rural constata-se que das 39 medidas agro-ambientais (incluindo Planos Zonais e Raças Autóctones) existentes no período 2000-2006, apenas se mantêm a Agricultura Biológica e Produção Integrada, sendo que apenas na primeira existem aumentos significativos nos montantes de ajudas. Isto significa uma clara definição da prioridade deste modo de produção nas políticas comunitárias e nacionais⁹. De referir ainda que grande parte dos compromissos inerentes às antigas medidas agro-ambientais (como por exemplo Sistemas Forrageiros Extensivos, Culturas Arvenses de Sequeiro ou Enrelvamento Entrelinha), se encontram agora como compromissos obrigatórios ou adicionais (acréscimo na ajuda) destas novas acções.

2.3 – A Agricultura Biológica

2.3.1 – Definições e importância

Como referiu o médico Prof. Pierre Delbet, “Nenhuma actividade humana, nem mesmo a medicina, tem tanta importância para a saúde como a agricultura”¹⁰.

A Agricultura Biológica é um modo de produção agrícola diferenciado que, além de proporcionar algumas garantias em termos de segurança alimentar, é também respeitador do meio ambiente e da biodiversidade. Podemos referir a Agricultura Biológica como sendo a agricultura que era realizada antigamente, quando não existiam pesticidas ou fertilizantes químicos e eram apenas utilizados os estrumes para fertilização e a rotação de culturas ou utilização de determinadas plantas para a protecção de culturas. Nessa época não existia agricultura biológica ou convencional.

⁹ ProDeR, Nov. 2007

¹⁰ Ferreira, 1999

Segundo a FAO, uma definição possível para agricultura biológica é: “ A Agricultura Biológica é um sistema de produção holística, que promove e melhora a saúde do ecossistema agrícola, ao fomentar a biodiversidade, os ciclos biológicos e a actividade biológica do solo. Privilegia o uso de boas práticas de gestão da exploração agrícola, em lugar do recurso a factores de produção externos, tendo em conta que os sistemas de produção devem ser adaptados às condições regionais. Isto é conseguido, sempre que possível através do uso de métodos culturais, biológicos e mecânicos em detrimento da utilização de materiais sintéticos”¹¹.

De acordo com as directrizes do Codex Alimentarius, a Agricultura Biológica deve contribuir para a realização dos seguintes objectivos:

- Aumentar a diversidade biológica em todo o sistema;
- Aumentar a actividade biológica dos solos;
- Manter, a longo prazo a fertilidade do solo;
- Reciclar os resíduos de origem vegetal e animal, a fim de restituir à terra os elementos nutritivos e, desta forma, reduzir ao mínimo a utilização de recursos não renováveis;
- Apoiar os sistemas agrícolas organizados localmente em recursos renováveis;
- Promover a boa utilização dos solos, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de poluição provocadas pelas práticas culturais e de produção animal;
- Manipular os produtos agrícolas tendo em atenção, nomeadamente, os métodos de transformação, a fim de preservar, em todos os estádios, a integridade biológica e as qualidades essenciais do produto;
- Ser adoptada, numa exploração existente, após um período de conversão cuja duração deve ser determinada por factores específicos à exploração, como, por exemplo, o historial da terra e os tipos de cultura e de produção animal a realizar.

No que se refere à produção animal, a base da agricultura biológica assenta no princípio de uma estreita ligação entre os animais e a terra, valorizando a pecuária extensiva, com acesso a áreas exteriores e com um mínimo de consumo de recursos exteriores à exploração (rações por exemplo), e garantindo rigorosas disposições relativas ao bem-estar animal e aos cuidados veterinários.

¹¹ Ferreira, 1999

De um modo mais técnico, a Agricultura Biológica pode ser entendida como componente de um sistema de exploração sustentável, como uma alternativa viável em relação a formas tradicionais de agricultura.

Com aprovação do Regulamento (CEE) 2092/91, os produtores cujos produtos satisfaziam as condições impostas pela regulamentação europeia podiam beneficiar de mais-valias devido à qualidade e especificidade, que em conjunto com outras normas e regras regionais ou de modos de produção tradicional (Serra da Estrela, DOP, IGP, ETG ou outros) lhes permite, simultaneamente, abrir uma via economicamente rentável para explorações, afectadas regra geral por importantes desvantagens estruturais, oferecendo aos consumidores produtos realmente específicos, e ainda promover uma protecção e preservação do ambiente.

De referir que segundo Padel e Lampkin (1994), foi constatado que a agricultura biológica requer na sua produção um maior volume de mão-de-obra, ou seja, a utilização de mão-de-obra, medida quer em horas prestadas, quer em unidades de trabalho a tempo inteiro é, em regra, mais elevada nas explorações biológicas do que nas explorações convencionais equivalentes. Esta situação proporciona mais-valias sociais principalmente nas regiões desfavorecidas onde as oportunidades e as alternativas normalmente escasseiam.

2.3.2 – História da Agricultura Biológica

A agricultura biológica é um modo de produção resultante de vários métodos de produção alternativos praticados desde o início do século XX, principalmente no Norte da Europa, sendo o culminar de uma série de reflexões de várias correntes de pensamento, sendo as mais importantes a Agricultura Biodinâmica, surgida na Alemanha e impulsionada por Rudolf Steiner; a Agricultura Orgânica, surgida na Inglaterra a partir das ideias defendidas por Sir Howard (1940); e a Agricultura Biológica, desenvolvida na Suíça por Hans Peter Rusch e H. Muller¹².

¹² Guimarães, 2002

Até aos anos 70 o grande objectivo da PAC era satisfazer as necessidades alimentares e garantir a auto-suficiência dos países membros da CEE, através de um substancial aumento da produtividade agrícola, não sendo a Agricultura Biológica e outras correntes alternativas muito bem aceites.

Apenas na década de 80 se iniciam os grandes movimentos neste tipo de agricultura, através da consciencialização dos consumidores e sensibilização da população para algumas questões ambientais. O mais conhecido movimento neste tipo de agricultura foi o IFOAM, criado em 1972 e reunindo organizações de todo o mundo implicadas na produção, transformação, certificação, investigação, formação e promoção da agricultura biológica. Um pouco por toda a Europa e também em países como Estados Unidos, Canada, Austrália e China assiste-se a um aumento do número de produtores. Alguns países como França, Áustria e Dinamarca estabelecem mesmo normas nacionais para este modo de produção que à data não era regulamentado¹³.

Neste contexto, e visto apenas alguns países possuírem regulamentação nacional e pouco organizada acerca deste modo de produção, a adopção de um regulamento único e claro para todos os países da União Europeia impôs-se de forma a normalizar as regras de produção e impedir falsificações num nicho de mercado com cada vez mais importância económica.

Assim, no início dos anos noventa foi aprovado o Regulamento CEE 2092/91, que vem definir e uniformizar as regras do MPB, sendo que a partir desta data em toda a Europa se produz segundo as mesmas regras facilitando o reconhecimento e a movimentação deste tipo de produtos por todos os países da UE.

Este regulamento veio proporcionar um impulso fundamental à Agricultura Biológica, tendo em 10 anos ocorrido aumentos quer do número de explorações, quer de área certificada, na ordem dos 50% ao ano em certos países. Este aumento deve-se, além das definições regulamentares deste modo de produção, ao aumento dos apoios a este tipo de agricultura, nomeadamente a introdução das Medidas Agro-Ambientais na PAC. Em Itália o aumento anual de explorações foi de 46,9%, contabilizando em 1989 menos de 2000 produtores para pouco mais de 5000 em 1993 e cerca de 40000 em 1998. Outros países como a Espanha, Áustria, Finlândia ou mesmo Portugal também tiveram aumentos superiores a 40% ao ano, no entanto, com excepção da Áustria que

¹³ Guimarães, 2002

chegou a cerca de 20000 operadores, não passavam dos 10000 operadores em 1998, sendo que no caso de Portugal dos menos de 20 operadores em 1989 apenas se chegou a cerca de 500 em 1998¹⁴.

No que se refere à área, no mesmo período a Itália com um aumento de 62,8% ao ano, passou de menos de 25.000 para cerca de 800.000 ha, não tendo outros países como a Espanha (71,3%), a França (14,1%) ou o Reino Unido (46,6%) ultrapassado os 300.000 ha em 1998. Em Portugal de um valor praticamente nulo em 1989 passamos para perto dos 30.000 ha em 1998¹⁵.

Em Portugal só nos anos 80 começaram a existir alguns produtores neste modo de produção, que estavam restritos a um meio pequeno, onde, com a ajuda de alguns pequenos produtores estrangeiros que se foram instalando no país, impulsionaram este modo de produção.

Estes produtores traziam dos seus países (Holanda, Alemanha, Inglaterra entre outros), mentalidades diferentes, que privilegiavam a qualidade da alimentação e do meio ambiente.

Em 1985, e com base nesse restrito número de produtores, surge a primeira associação nesta área, a AGROBIO (associação portuguesa de agricultura biológica), que nos primeiros anos após a publicação do Regulamento CEE nº2092/91, funcionou também como entidade certificadora.

Um dos grandes dinamizadores do MPB em Portugal, através das suas palestras e formações foi o Eng.º Jean Claude Rodet, com os vastos conhecimentos que trazia da sua experiência nesta área, adquirida no estrangeiro¹⁶.

O desenvolvimento do MPB em Portugal, com o aparecimento de novos produtores, associações e empresas associadas, bem como a mudança de mentalidade, surgiu a partir dos anos 90, tendo os problemas alimentares e ambientais, a criação de legislação específica e o início da atribuição de apoios agro-ambientais tido um papel fundamental nesse desenvolvimento.

¹⁴ Fonte dos dados estatísticos do parágrafo: Jansky, 2004

¹⁵ Fonte dos dados estatísticos do parágrafo: Jansky, 2004

¹⁶ Ferreira, 2002

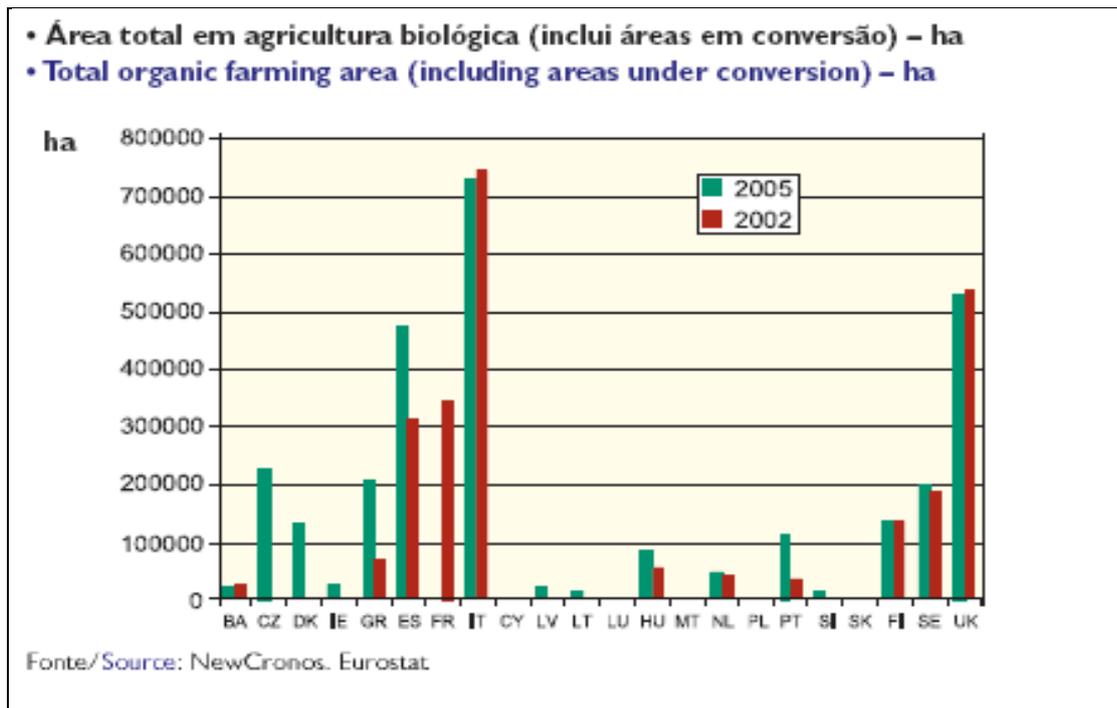
2.3.3 – A Agricultura Biológica na Europa e no Mundo

O desenvolvimento deste modo de produção é também significativo nos outros países Europeus, bem como no resto do mundo. Em 2003 existiam cerca de 5,7 milhões de ha em MPB na UE15, com mais de 143.000 produtores (1,5%), e cerca de 6,3 milhões de ha correspondentes a 170.000 produtores (3,4% do total) em toda a Europa.

Em 2005 existiam cerca de 6 milhões de ha em MPB nos 25 estados membros. A nível Europeu, a Itália com mais de 700.000 ha era o país com maior área certificada em MPB, seguido do Reino Unido e Espanha com cerca de 500.000 ha. Países como a República Checa, Grécia e Suécia também apresentam áreas significativas neste modo de produção.

Portugal, neste aspecto, conforme é possível confirmar no gráfico 5, consegue estar num patamar médio/alto em relação aos seus congéneres europeus, superando em termos de área uma boa parte dos países. No entanto, alguns deles recentemente entrados na União Europeia, estão agora a receber fundos para o desenvolvimento da sua agricultura, tendo ainda mais facilidade em aceder a conhecimentos para aumentar estas áreas em MPB. Assim, se o desenvolvimento em Portugal não for significativo, muito em breve podemos ser ultrapassados por estes países.

Gráfico 5- Área em MPB na União Europeia



Fonte: GPPAA apoios à agricultura 2006

Tal como na área, também no número de operadores certificados a Itália com quase 50.000 agricultores neste modo de produção se encontra no topo dos países da União Europeia, seguido da Alemanha, Espanha, França, Grécia e Áustria, o que apenas vem confirmar que os países do sul da Europa são dos que apresentam maior adesão, talvez pelas suas condições edafo-climáticas, pelas especificidades ou características da sua agricultura.

De referir que o Reino Unido possui um número de agricultores reduzido comparando com a área certificada.

Tabela 2 - Número de operadores notificados em MPB na Europa

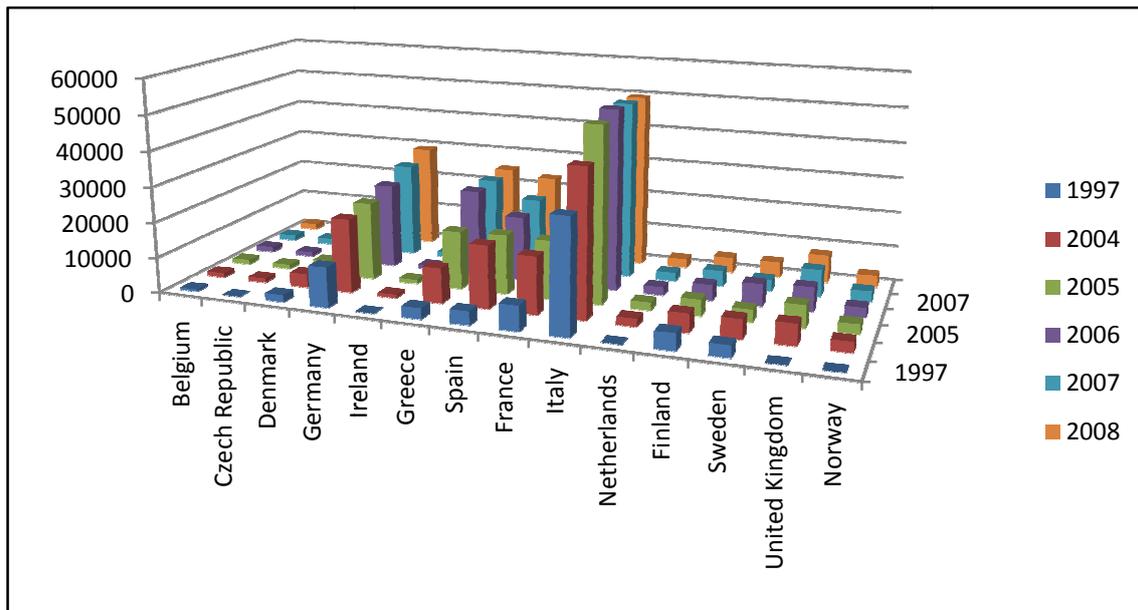
GEO/TIME	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
European Union (15 countries)	:	:	:	:	:	156.631	:	:	:	:	:	:
Belgium	729	912	1.205	1.380	1.498	1.310	1.210	1.282	1.481	1.558	1.662	:
Bulgaria	:	:	:	:	:	:	:	:	214	339	311	:
Czech Republic	:	:	:	:	:	1.095	1.123	1.234	1.167	1.693	2.228	:
Denmark	2.747	3.718	4.274	4.338	4.611	4.285	3.875	3.757	3.584	3.563	3.792	:
Germany (including former GDR from 1991)	11.359	12.755	15.468	18.111	19.244	20.367	20.909	22.032	23.978	26.820	29.244	:
Estonia	:	:	:	:	:	:	:	1.026	1.190	1.244	1.292	:
Ireland	:	1.010	907	996	1.010	878	946	1.066	1.208	1.334	1.410	:
Greece	4.254	5.042	5.613	6.933	6.299	6.642	9.885	16.399	24.654	24.729	24.860	:
Spain	7.782	12.341	14.060	16.521	17.751	18.505	17.688	16.790	18.318	20.031	23.253	27.627
France	9.700	13.060	14.485	15.764	16.670	16.327	16.082	16.566	:	18.561	20.877	25.203
Italy	19.265	42.292	55.432	60.545	55.902	48.353	41.357	49.469	51.065	50.267	49.654	:
Cyprus	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Latvia	:	:	:	:	:	556	1.050	2.883	4.105	4.120	4.218	:
Lithuania	:	:	:	:	:	718	1.202	1.817	2.358	2.861	2.812	:
Luxembou	42	46	50	77	84	89	104	110	:	119	:	:
Hungary	:	:	:	:	:	1.495	1.898	:	:	2.020	1.994	:
Malta	:	:	:	:	:	:	1	7	11	:	:	:
Netherland	:	:	:	:	2.388	2.299	2.216	2.234	2.316	2.417	2.616	:
Austria	:	19.382	18.994	:	:	20.527	21.235	21.455	:	:	:	:
Poland	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	15.040	:
Portugal	556	757	768	955	1.145	1.226	1.461	1.660	:	:	:	:
Romania	:	:	:	:	:	:	:	:	3.409	3.273	2.901	:
Slovenia	:	:	:	:	:	1.434	1.615	1.758	1.992	2.063	2.142	:
Slovakia	:	:	:	:	93	100	127	210	298	338	418	:
Finland	5.372	5.676	5.674	5.440	5.586	5.471	5.324	4.646	4.443	4.402	4.343	:
Sweden	3.564	4.187	4.278	5.929	4.456	4.294	5.406	3.456	6.230	3.358	4.686	:
United Kingdom	2.216	:	5.508	5.995	5.929	5.954	5.947	6.356	6.889	7.631	7.896	:
Norway	:	2.079	2.160	2.498	2.599	2.747	2.875	2.825	2.796	3.082	3.359	:
Switzerlad	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat, 2010; : - dados não disponíveis

Quanto à evolução dos últimos anos nos principais países da UE, da análise do gráfico 6 constata-se uma evolução generalizada do número de operadores nos principais países da UE nos últimos dez anos, com especial incidência para países como a Grécia e a Espanha que passaram do cerca de três mil operadores em 1997 para mais de vinte e três mil em 2008, ou a França de sete para mais de vinte mil. Ao invés, países como a Holanda, Finlândia ou Noruega têm mantido o seu número bastante estável,

com aumentos pouco significativos. Uma possível justificação para esta situação é o facto destes países nórdicos se encontrarem já numa fase consolidada no que se refere a este modo de produção, bem como nas suas práticas.

Gráfico 6 – Evolução do número de operadores na UE



Fonte: Eurostat 2010

Relativamente às políticas, estas são um instrumento fundamental para o desenvolvimento de qualquer sector económico. No caso da agricultura, as políticas que têm mais visibilidade (não necessariamente as mais importantes) são os apoios ou penalizações financeiras.

Existem vários tipos de políticas que são aplicadas pelos países no Modo de Produção Biológico, como sejam os subsídios que são atribuídos a pessoas ou entidades que promovem práticas “amigas” do ambiente. Outro tipo de apoios a este modo de produção é a aplicação de taxa a quem polui (pouco utilizadas), sendo essa taxa tanto maior quanto maior for a poluição. Estas taxas têm bastante impacto na opinião pública mas são difíceis de aplicar, seguindo uma regra básica de que todas as pessoas devem promover a sustentabilidade do meio ambiente visto todas beneficiarem dele, e quem não o fizer tem uma penalização que compense a população (exemplo as quotas de emissões de CO₂). Finalmente outra política, mais radical e menos flexível, é a

proibição de utilização e retirada de produtos com grande impacto ambiental do mercado (exemplo insecticida DDT ou o brometo de metilo).

Nos últimos anos todos os países começaram a perceber a importância do Modo de Produção Biológico, sendo atribuídos diversos apoios, principalmente nos países da União Europeia através de fundos comunitários, nomeadamente as medidas Agro-ambientais. Essas políticas de apoios (principalmente na UE) são muito semelhantes, no entanto cada país aplica-as de forma um pouco diferente, e alguns atribuem suplementarmente outras ajudas nacionais ou locais (apenas em determinadas regiões). De referir que alguns países, ainda antes da União Europeia ter definido apoios para as ajudas agro-ambientais, já os atribuíam aos seus produtores. Seguidamente descrevem-se algumas políticas de apoio em vários países¹⁷:

Alemanha:

Desde 1989 que os agricultores recebem apoios para a Agricultura Biológica. Cada estado federal possui o seu próprio plano para esse objectivo, variando o subsídio a atribuir em função das especificidades da região. Em 2002 existiu um aumento dos apoios fornecidos, sendo que a maior parte provém da União Europeia. Existem ainda apoios para as acções de marketing, atribuídos a associações de produtores para processarem e desenvolverem técnicas de marketing.

As culturas predominantes são as pastagens e forragens, seguidos dos hortofrutícolas e ovinos.

Áustria:

Em 2005, 10% dos produtores (21.455 agricultores) estavam certificados neste modo de produção, dos quais 75 % encontravam-se candidatos aos apoios Agro-ambientais (contra uma média de 25% na UE-15).

Na Áustria o desenvolvimento também se deve aos apoios governamentais dos anos noventa, que foram sendo atribuídos às explorações em MPB, bem como à

¹⁷ Jansky, J.; Zivelová, I.; Novak, P., 2004
Jansky, J.; Zivelová, I., 2007
Johnson, K.; Mohr, E., 2000

transformação. Em 1995 foram atribuídas ajudas agro-ambientais com a duração de 5 anos, que em 2000 foram renovadas.

As pastagens e zonas de extensivo dominam a área em MPB.

Bélgica:

Desde 1994, primeiramente com o Regulamento (CE) 2078/92 e posteriormente o Regulamento (CE) 1257/99, foram atribuídos apoios às Medidas Agro-ambientais nomeadamente à Agricultura Biológica, sendo o valor dos primeiros anos de período de conversão superior aos anos seguintes, tendo no entanto que cumprir o período de compromisso de 5 anos.

Na região da Flandres foi desenvolvido um plano de desenvolvimento da Agricultura Biológica em 2002 que contém medidas como o apoio técnico no período de conversão garantido pelo estado, apoio ao investimento, divulgação nas escolas e concentração da informação referente a este modo de produção num único local.

A região de Waldon é a mais expressiva em MPB visto ter características marcadamente extensivas, sendo que a região da Flandres é especializada em hortofrutícolas em MPB.

As pastagens são a cultura mais importante (75% da área em AB), seguida dos cereais (9%) e hortofrutícolas (3%).

Dinamarca:

Nos anos 80 foram criadas medidas de apoio ao MPB, sendo apenas atribuído um apoio limitado a 5 anos e valor maior nos primeiros dois anos de conversão. O Governo apoia o marketing e a investigação e desenvolvimento, nos primeiros dois anos suporta um apoio de 2/3 em informação para agricultores e consumidores, educação, exposições, fornecimento de serviços e consultoria aos agricultores, investigação, explorações modelo e desenvolvimento de produtos.

Em 2003 mudou o sistema de subsídios tendo sido criados 3 grupos, os subsídios ao período de conversão, à extensificação em MPB, e outros subsídios como a manutenção das pastagens naturais, redução da aplicação de adubos azotados, entre outros.

Estes apoios são atribuídos por 5 anos podendo ser prolongado este prazo por mais 3 anos com um apoio muito reduzido.

As culturas dominantes são as pastagens, seguida dos cereais.

Espanha:

Em Espanha os apoios são essencialmente administrados e atribuídos pelas regiões autónomas (em Madrid, Catalunha e Galiza não são atribuídos). A CAAE (Comissão Andaluza de Agricultura Ecológica) é uma das unidades que define as políticas, neste caso na Andaluzia, sendo composta por representantes do estado, do sector privado e dos consumidores.

As culturas predominantes são os cereais, hortofrutícolas, olival e vinha.

Noruega:

Desde o princípio dos anos noventa existiram políticas no sentido de fornecer subsídios directos a AB.

Apoios políticos são efectuados de duas formas, através de subsídios directos aos agricultores, sendo atribuído um valor aos primeiros anos de conversão para agricultura biológica e outro (mais baixo) para os anos seguintes, e através de apoios financeiros às organizações e movimentos de agricultura biológica, com apoios à investigação, às associações e às entidades certificadoras. De referir que os serviços de inspecção são comparticipados em 2/3 pelo estado.

França:

Só em 97, através do plano plurianual de desenvolvimento do MPB, foi reconhecida politicamente este tipo de agricultura.

Na França é apenas apoiado período de conversão até um máximo de 5 anos e dependendo do tipo de cultura. É atribuída especial relevância à formação com cursos que chegam às 1200 horas.

As culturas predominantes são as pastagens.

Holanda:

Além de um sistema de apoios normal e similar ao atribuído em outros países (por exemplo na Bélgica), os agricultores beneficiam de deduções fiscais, podendo ainda aceder a apoios financeiros para o desenvolvimento das áreas rurais.

Os apoios são baseados no plano de acção nacional de agricultura biológica.

Itália:

É o país da UE com mais explorações e área em MPB (25% do total da área da UE).

Em termos de divisão regional a maioria encontra-se no sul (cerca de 70%), tendo o norte cerca de 18% e o centro do país 12%.

Os subsídios não são pagos directamente aos agricultores, sendo os objectivos estabelecidos a nível nacional com base na educação dos consumidores, em campanhas públicas e no apoio à investigação e campos de ensaios. Em 2000 foram fixadas metas para atingir 10% da área agrícola neste modo de produção, sendo fornecido apoio e informação aos consumidores através de campanhas públicas, investigação e desenvolvimento.

A nível privado muitas associações investiram na organização da produção, distribuição e apoio ao fornecimento de produtos MPB nos mercados locais.

Diversas regiões de Itália possuem os seus próprios programas agro-ambientais.

Em 2001 foi feita uma grande campanha de promoção da AB na televisão, jornais e revistas, com o financiamento desta campanha a advir de uma taxa de 2% aplicadas aos pesticidas de síntese química.

Reino Unido:

As políticas para a AB prevêm que apenas 3% dos fundos de apoio à agricultura sejam destinados a programas agro-ambientais, ao contrário de outros países em que este valor chega aos 11%.

Tabela 3 – Áreas em MPB na Inglaterra

England	Área conversão (ha)	Área MPB (ha)	Total (ha)	Área Agrícola Total (ha)	% do Total Agrícola	Agricultores com Pecuária MPB
2007	66.525	229.861	296.386	9.328.564	3,2%	1503

Dados do DEFRA (Department for Environment Food and Rural Affairs), 2007

Da análise dos dados em Inglaterra foi constatado um aumento da área total em MPB de 2% em relação a 2006, existindo um maior aumento (25%) na área em conversão o que significa que nos últimos anos tem existido uma grande adesão a este modo de produção. De referir que a pastagem permanente (48%), a pastagem temporária (28%) e cereais (13%), são as culturas mais significativas na área total MPB, mostrando que são as explorações de extensivo e pastagens que preferencialmente aderem a este modo de produção.

República checa:

Os apoios à AB foram interrompidos após 1992 (duraram entre 90 e 92), sendo atribuídos apenas apoios indirectos através da reestruturação de plantações e manutenção de pastagens o que durou até 1998, sendo depois novamente repostos os apoios directos a este modo de produção. Em 2002 apenas 7% dos subsídios à agricultura foram destinados à AB. Em 2003 foram atribuídos os apoios agro-ambientais (fora da UE), apenas durante o período de conversão, o que aumentou a verba para este modo de produção, no entanto muitos dos produtores notificados em MPB não se candidataram a estes apoios, ou por não se enquadrarem ou por desconhecerem as regras. Foi ainda atribuída uma avultada verba destinada à criação e administração da agência de controlo. Em 2004 após a entrada na UE, esta financia os apoios agro-ambientais em 80%.

As culturas principais são as pastagens e produção animal.

Suécia:

Na Suécia os apoios não são atribuídos em função da região mas sim das espécies, sendo os animais beneficiados em relação às produções vegetais, constituindo esta política a uma motivação para integrar toda a exploração neste modo de produção.

A boa organização do sector no país ajuda a existir um elevado aumento de área anual, estando o governo a traçar uma meta a atingir de 20% da área agrícola total.

2.3.4 – A Agricultura Biológica em Portugal

Em Portugal a Agricultura Biológica sempre suscitou bastante interesse, pela nostalgia das pessoas mais idosas, que referiam que o “dantes é que era bom” ou “hoje em dia já não se fazem as coisas como antigamente”, ou por as pessoas do interior e zonas rurais ainda se encontrarem muito ligadas a uma cultura tradicional.

Talvez por isso a evolução do MPB foi significativa na década de 90, tendo o número de operadores aumentado anualmente, de 73 agricultores em 1993 para 763 no ano 2000.

De referir que o primeiro grande aumento ocorreu entre 1997 e 1999, tendo a explicação para este crescimento sido atribuído às Medidas Agro-ambientais, após uns primeiros anos de indefinição os agricultores aderiram bastante a estes apoios.

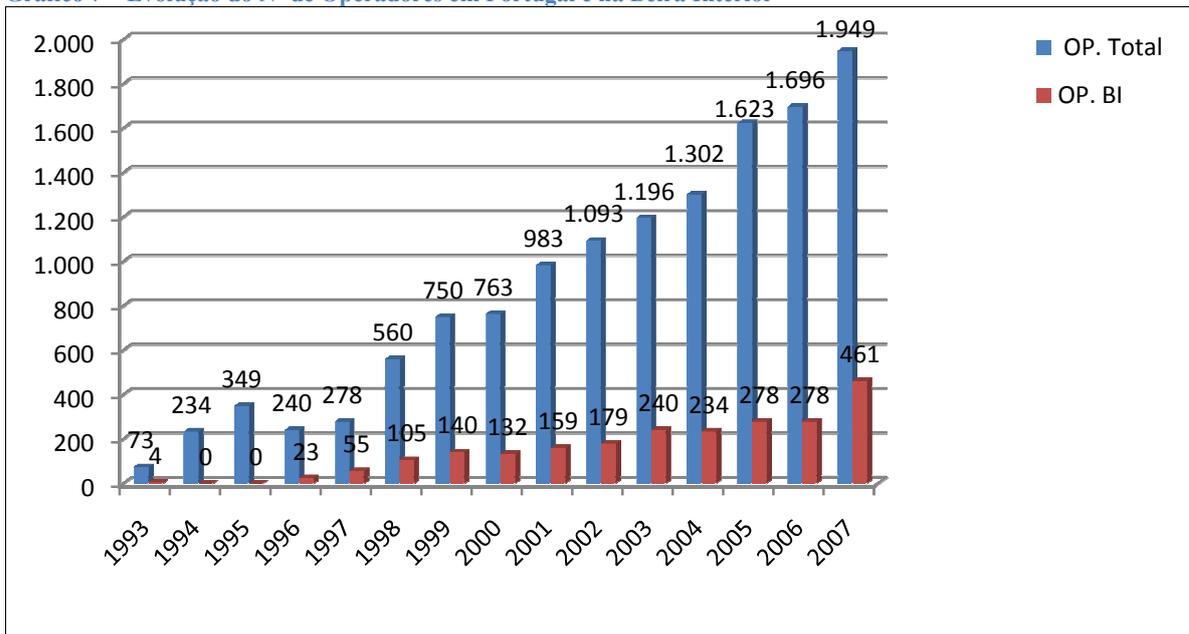
Em 2007 existiam 1949 operadores, constatando-se que em 2008 e 2009 (Tabela 4) esse número, ao invés do esperado diminuiu, com 1902 operadores certificados em 2008 e 1651 em 2009. Este facto deve-se certamente à transição de quadro comunitário de apoio, tendo a grande maioria dos produtores que tinha compromissos anteriores finalizado em 2008 e 2009, e verificando-se que alguns optaram por não continuar de imediato. As justificações para este facto podem ser apontadas à dificuldade de cumprirem com as novas regras ou ao descontentamento após alguns anos de compromissos agro-ambientais.

Tabela 4 – Número de produtores e área certificada em MPB

	2007	2008	2009
Nº Operadores	1 949	1 902	1.651
Área (ha)	233.475	214.442	157.179

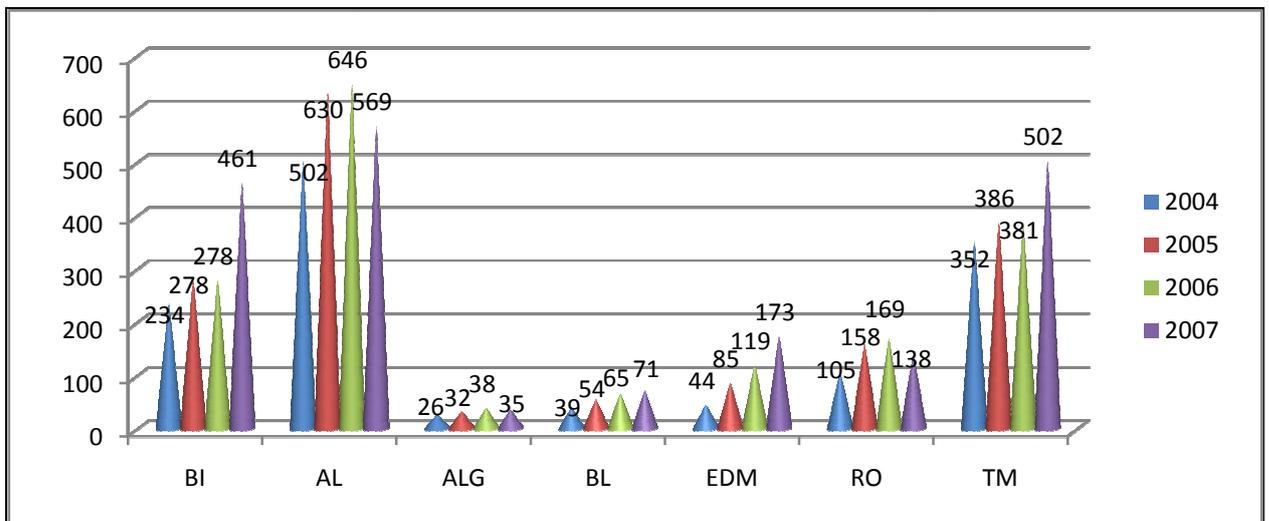
Fonte: IFAP 2011

Gráfico 7 – Evolução do N° de Operadores em Portugal e na Beira Interior



Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

Gráfico 8 - Evolução do número de operadores por região

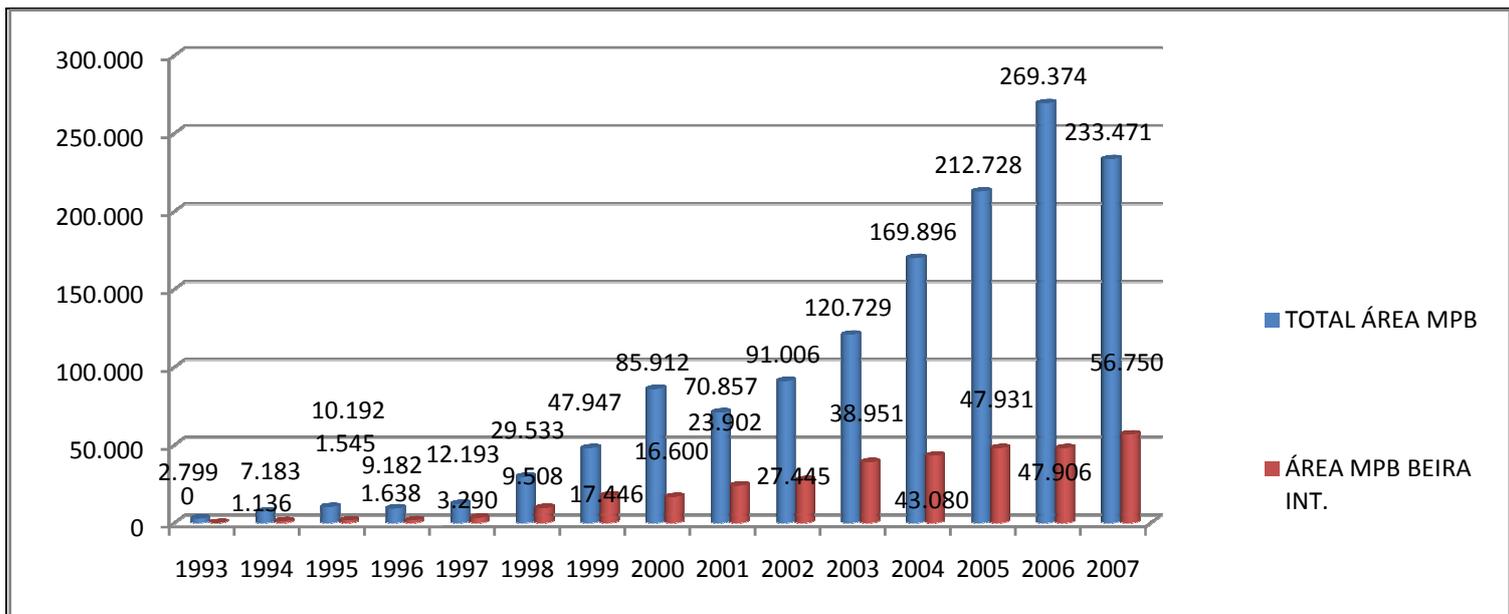


Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

Conforme dados do gráfico 8 a região da Beira Interior é a terceira com mais operadores, atrás do Alentejo e de Trás-os-Montes, mas com um número muito superior às restantes regiões, sendo este facto devido às características da região, que se assemelham, em diversas zonas, ao Alentejo e a Trás-os-Montes. O facto de ter uma agricultura marcadamente extensiva e ser uma região interior, ao contrário por exemplo da Beira Litoral, tem uma influência decisiva nesta situação.

Foi constatado que nos últimos 4 anos, e exceptuando Alentejo, Algarve e Ribatejo que diminuíram o número de operadores entre 2006 e 2007, as restantes regiões aumentaram o número de produtores, tendo a região da Beira Interior duplicado este número, e a região de Entre Douro e Minho quadruplicado os poucos operadores existentes em 2004.

Gráfico 9 - Evolução da área em MPB em Portugal e na região da Beira Interior

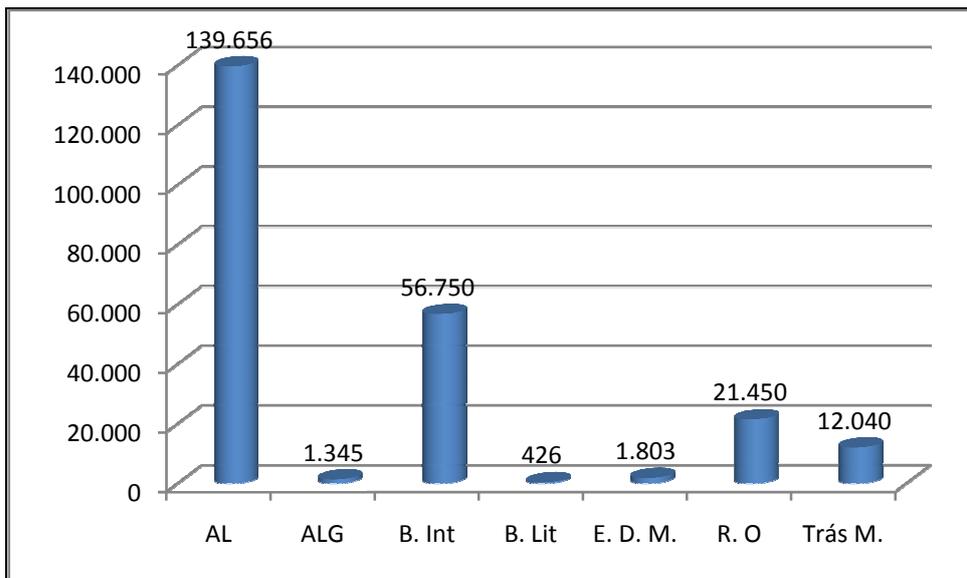


Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

Relativamente à área foi constatada uma diminuição nos últimos anos, de facto segundo os dados disponíveis, em 2009 a área certificada diminuiu para valores de 2004 com cerca de 157.000 ha. Esta situação deve-se, tal como referido anteriormente, à indefinição que existiu na regulamentação das novas medidas agro-ambientais, tendo alguns produtores optado por abandonar a certificação deste modo de produção. Esta diminuição ocorreu por exemplo no Alentejo, o que, visto ser a região com maior área média por produtor, influenciou na diminuição significativa da área total certificada no país.

No entanto, os aumentos anuais até 2006 foram significativas, tendo aumentado de 2.799 ha em 1993 para cerca de 270 mil hectares em 2006, com destaque para o período 1997-2000. A Beira Interior acompanhou a evolução nacional, no período entre 2000 e 2006 quase triplicou a área.

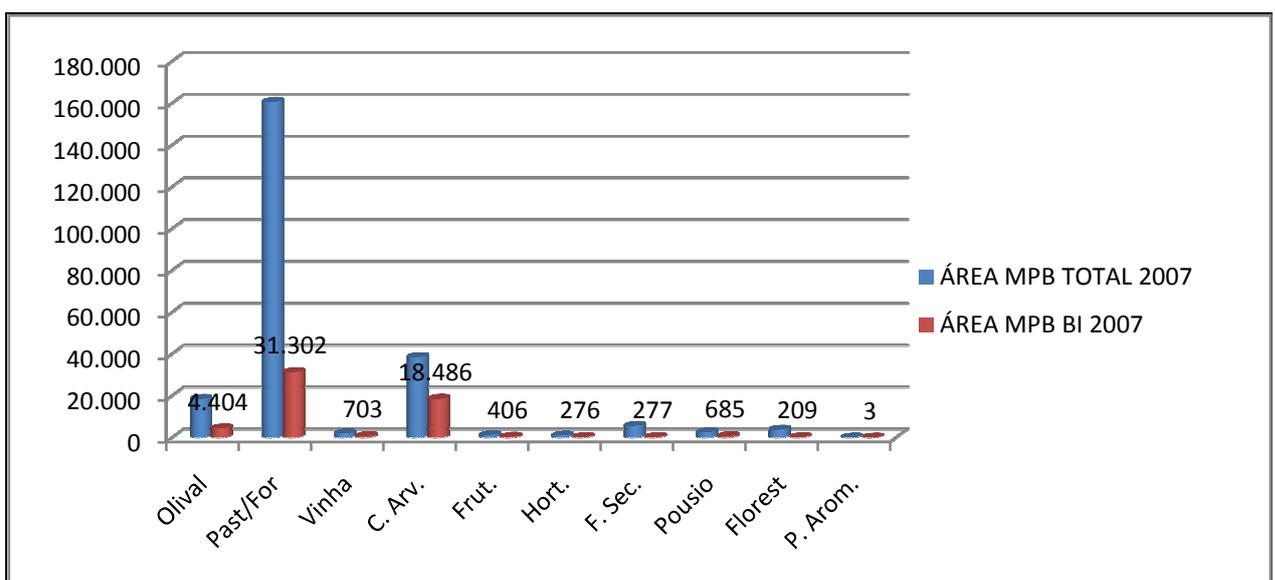
Gráfico 10 - Área em MPB por região em 2007



Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

Em 2007, o Alentejo com quase 140 mil hectares e a Beira Interior com cerca de 57 mil hectares são as regiões onde o MPB ocupa uma maior área. Trás-os-Montes, outra região importante neste modo de produção tem neste caso uma área relativamente reduzida. Tal facto é devido à reduzida dimensão das explorações, ou seja, existem muitos operadores mas com pequenas áreas.

Gráfico 11 - Áreas ocupada pelas culturas em 2007 em Portugal e Beira Interior



Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

As culturas principais neste modo de produção são as que tradicionalmente se fazem em regime extensivo, e que têm também grande importância no total da SAU do país.

As pastagens e forragens com quase 160 mil hectares e as culturas arvenses com perto de 40 mil surgem como as culturas predominantes, seguidas do olival. É importante salientar o fraco peso das culturas permanentes (frutícolas e vinha), bem como das hortícolas e plantas aromáticas, visto serem culturas muito procuradas neste modo de produção e no qual o país se encontra carenciado.

A região da Beira Interior acompanha neste aspecto a situação nacional, sendo de referir que existem cerca de 31 mil hectares de pastagens e forragens e mais de 4000 de olival.

2.3.5 – O Regulamento CEE 2092/91

A aprovação do Regulamento (CEE) 2092/91 do Conselho de 24 de Junho de 1991, relativo ao Modo de Produção Biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios, visou regulamentar este modo de produção já praticado de uma forma um pouco vaga por toda a Europa, bem como na sequência das exigências dos consumidores que aguardavam uma definição de modo a terem mais garantias e pôr termo às fraudes que já se registavam.

O objectivo a atingir com a elaboração deste regulamento é definir as regras aplicáveis à produção comunitária de produtos biológicos de origem vegetal.

Este regulamento aparece vulgarmente designado como Regulamento (CEE) nº 2092/91 modificado, em consequência das diversas alterações e acrescentos que foram surgindo posteriormente. Estas regras foram complementadas pela primeira vez pelo Conselho em 1992, e em 1995 quando se desenvolveu um rótulo para o sector da Agricultura Biológica, tendo também sido definidas várias regras técnicas respeitantes à rotulagem e importação.

Em 1999 o Conselho adoptou o Regulamento (CE) nº 1804/99 de 19 de Julho, que estabelece as regras relativas à produção de produtos biológicos de origem animal, e em 2000 foi aprovada a criação de logótipo comunitário para os produtos de agricultura biológica, funcionando como mais um meio de controlo contra possíveis fraudes.

O Regulamento (CEE) nº 2092/91 modificado era aplicável aos produtos vegetais e animais não transformados, aos produtos agrícolas transformados destinados à alimentação humana e aos alimentos para animais, cuja rotulagem, publicidade e documentos comerciais ostentem as indicações utilizadas em cada Estado Membro, para sugerir ao comprador que o produto em causa foi obtido segundo o modo de produção biológico definido no regulamento, que pode ser biológico (em Portugal, Itália, França ou Alemanha), ecológico (em Espanha ou na Suécia) ou orgânico (Reino Unido). Assim, constata-se que produtos não alimentares (cremes, roupa ou outros), o vinho, os produtos de aquacultura ou caça não estão abrangidos por este regulamento.

Neste regulamento estão definidas as regras de produção, preparação, comercialização, controlo, rotulagem e importação dos produtos que se destinam a comercializar em Modo de Produção Biológico.

De referir que o “biológico” é referente a um modo de produção, ou seja, não existe milho biológico, mas sim milho de modo de produção biológico.

As regras de base deste modo de produção, aplicáveis aos produtos vegetais estão enunciadas nos artigos 6 e 7 e na Parte A do Anexo I do regulamento, baseando-se em três pressupostos base:

- Utilização mínima de inputs externos à exploração;
- Promover através do meio envolvente as melhorias necessárias, que ao nível da fertilidade do solo quer o controlo de pragas;
- Sempre que possível conciliar a produção vegetal com produção animal devido à sua complementaridade.

Esta base permite que a exploração tenha tendência a ser auto-suficiente, aproveitando o estrume de animais e compostagem de produtos orgânicos para fertilizar o solo, e as culturas vegetais, pastagens ou restolhos para a alimentação animal, e criar o ecossistema equilibrado com vista ao controlo de algumas pragas e doenças.

Assim, é fundamental a manutenção ou melhoria da fertilidade e actividade do solo através da utilização de fertilizantes verdes ou cultivo de leguminosas, complementando-se com a incorporação de estrumes provenientes de animais que respeitem este modo de produção nos limites fixados pelo regulamento (170 Kg azoto/ha) ou outras matérias orgânicas preferencialmente compostadas. Apenas quando estes meios se revelarem insuficientes se poderão aplicar medidas complementares, de forma a assegurar uma adequada nutrição dos vegetais e correcção dos solos, apenas podendo ser utilizados os produtos enumerados na Parte A do Anexo II.

A protecção de plantas contra parasitas e doenças, assim como a eliminação das ervas daninhas devem ter por base primeiramente a escolha de espécies e variedades naturalmente resistentes, a rotação de culturas de forma a impedir a manutenção das pragas e doenças plurianualmente e por processos mecânicos e térmicos, a fim de evitar a utilização de produtos fitossanitários. O mesmo regulamento define que se for necessária a sua aplicação, e apenas em determinadas situações, como o perigo imediato para a cultura, podem ser aplicados os produtos referidos no Ponto B do Anexo II do regulamento.

Assim, apenas são permitidos como fertilizantes, tratamentos fitossanitários ou produtos veterinários os constantes desta lista, sendo proibida a utilização de todos os outros produtos químicos de síntese.

O Anexo I define ainda o período mínimo de conversão de uma exploração em modo convencional para a Agricultura Biológica, sendo em regra de 2 anos para as culturas anuais e de 3 anos para as culturas perenes (excepto prados). Estes prazos podem ser aumentados ou reduzidos em situações especiais.

A Parte B do Anexo I (conforme Regulamento CE nº 1804/99) fixa as regras mínimas (porque os Estados Membros podem adoptar regras mais restritas) relativas à produção biológica animal.

De acordo com os princípios gerais deverá ser respeitado o princípio da complementaridade entre solo e animais, ficando completamente excluída a denominada produção sem terra. O vínculo ao solo implica o acesso dos animais a zonas exteriores (pastagens) estando definido no regulamento encabeçamentos máximos e áreas mínimas por animal.

O princípio da separação implica que todos os animais na mesma unidade de produção respeitem este modo de produção podendo existir animais que não são criados segundo estas regras de produção desde sejam de espécie diferente e com áreas e edifícios completamente diferenciados.

Esta parte do regulamento define o período de conversão que os animais deverão cumprir (após o período de conversão das terras), que varia de espécie para espécie, sendo, por exemplo de 12 meses para bovinos e de 6 meses para ovinos.

Aquando da constituição inicial do efectivo, e posteriormente em renovações do mesmo, deve ser prestada especial atenção à escolha das raças de modo a que estas se adaptem o melhor possível às condições da região (recursos alimentares, clima, doenças), provenientes preferencialmente de explorações que respeitem as regras deste modo de produção, devendo ser criados durante toda a sua vida segundo as regras do MPB.

Foram igualmente adoptadas regras relativas à alimentação dos animais que deve ser nos primeiros tempos baseada no leite natural (mamíferos) durante um período mínimo definido neste regulamento. Posteriormente a alimentação deve ser proveniente do modo de produção biológico e preferencialmente da própria exploração, estando definidas regras acerca da composição e matérias-primas utilizadas nos alimentos dos animais.

Relativamente aos princípios aplicáveis à profilaxia e à assistência veterinária, é conferida prioridade à prevenção. A escolha de raças adequadas, a utilização de práticas de produção e manejo optimizados e susceptíveis de reforçar a resistência dos animais, bem como a alimentação em quantidade e qualidade e o encabeçamento existente são os principais meios para garantir a existência de animais saudáveis. Depois, se estas medidas não forem suficientes, e só nesta situação, é permitida a realização de tratamentos, preferencialmente com recurso a produtos homeopáticos¹⁸ ou fitoterapêuticos¹⁹ em detrimento dos produtos alopáticos de síntese química. Estes últimos podem todavia ser prescritos por um veterinário em situações especiais e

¹⁸ Produtos homeopáticos - produto obtido a partir de substâncias denominadas stocks ou matérias-primas homeopáticas

¹⁹ Produtos fitoterapêuticos – produtos obtidos de matérias-primas naturais ou vegetais.

seguinto regras muito específicas. É no entanto expressamente proibida a utilização de produtos para estimular o crescimento (hormonas) ou controlar a reprodução.

O regulamento define ainda regras para o maneo, produção e características dos alojamentos e áreas mínimas de que os animais deverão dispor, assim como relativas ao bem-estar animal, quer na produção quer no transporte (reduzir o stress ao mínimo), não sendo permitida por exemplo a estimulação eléctrica, bem como práticas como o corte da cauda, chifres, ou outras, com excepção da sua necessidade por razões de segurança, higiene, saúde ou bem-estar dos animais.

Na Parte C do Anexo I estão definidas regras específicas para a apicultura, tais como a localização dos apiários, a alimentação e os tratamentos.

De referir que neste regulamento existem inúmeras derrogações à legislação aplicável, quer para a produção vegetal ou animal, que no entanto está sempre sujeita a condições especiais ou à necessidade de reconhecimento por parte da entidade ou organismo de controlo. Apenas com autorização deste último é que se possibilita durante uma determinada situação ou período de tempo uma opção menos limitativa, como seja, no caso da produção animal, por exemplo, a incorporação de alimentos convencionais numa determinada percentagem máxima, e até um prazo devidamente definido, visto presentemente ainda não existir um mercado e disponibilidade de alimentos para animais produzidos segundo MPB.

Uma outra situação que é expressamente proibida neste regulamento é a utilização de OGM's quer na produção vegetal ou na animal (alimentação).

No Anexo II estão discriminados os produtos que podem ser utilizados neste modo de produção, com as devidas limitações e condições de utilização, estando divididos entre as Partes A e F do seguinte modo:

A – Fertilizantes e correctivos do solo;

B – Produtos fitossanitários;

C – Matérias-primas convencionais para alimentação animal;

D – Aditivos para alimentação animal, certas substâncias utilizadas na alimentação dos animais (Directiva 82/471/CEE) e auxiliares tecnológicos utilizados nos alimentos para animais;

E – Produtos autorizados para limpeza e desinfecção dos locais e instalações de pecuária (por exemplo equipamentos e utensílios);

F – Outros produtos.

No anexo III estão mencionadas as regras mínimas de controlo no âmbito do regime de controlo referido nos artigos 8 e 9 do regulamento. Aqui definem-se aspectos como as precauções a ter por parte do operadores, bem como os registos a efectuar, documentos necessários, o número mínimo de visitas de controlo e outras exigências. Este anexo está dividido em três partes, explorações agrícolas (Parte A), Unidades de Preparação (B) e Importadores (C).

As regras da rotulagem encontram-se descritas nos artigos 5 e as da importação de países terceiros no 11º.

No anexo VI do regulamento estão registadas as regras relativas à transformação de produtos agrícolas biológicos em géneros alimentícios, limitando a utilização de ingredientes não agrícolas (aditivos, aromatizantes, minerais, etc.), aos descritos nas partes A e B do Anexo VI, e dos ingredientes agrícolas de origem convencional aos descritos no Ponto C do mesmo anexo, se o mesmo não se encontrar disponível em modo de produção biológico. Neste anexo são ainda definidos os auxiliares tecnológicos permitidos. De referir que o recurso a OGM's e radiações ionizantes não é permitido.

Os Anexos IV, V, VII e VIII, apenas complementam os restantes e referem-se respectivamente, à notificação de actividade à entidade competente do Estado Membro, à indicação de conformidade com o presente regulamento, à tabela com o equivalente por hectare de azoto no estrume e animais e à tabela com áreas mínimas dos alojamentos para animais.

Segundo o regulamento, os operadores que produzam, preparem ou importam de países terceiros produtos obtidos em MPB, devem notificar a sua actividade à autoridade competente do seu Estado Membro, bem como sujeitar a sua actividade ao

controlo de uma entidade certificadora, sendo que apenas quando forem formalizados cumulativamente estes dois passos se iniciará o período de conversão. A autoridade de controlo deve ser responsável pela aprovação dos organismos de controlo (públicos ou privados), devendo estes apresentarem-se em conformidade com a norma EN 45011 (definida pela Organização Comum Europeia de Normalização).

No entanto em 2007 a Comissão Europeia, na sequência de uma necessidade de melhoria, clarificação e adaptação a novas realidades, já sugerida no Regulamento (CEE) N° 2092/91, revogou este regulamento substituindo-o pelo Regulamento (CE) N° 834/2007 de 28 de Junho, relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, complementado posteriormente pelo Regulamento (CE) N° 889/2008 de 5 de Setembro, que define as respectivas regras de execução. Mais tarde foi aprovado o Regulamento (CE) N° 1235/2008 de 8 de Dezembro relativo às disposições a aplicar para importações de países terceiros de produtos MPB.

Nesta altura foram ainda lançadas as bases de discussão das regras de aplicação para a aquicultura e algas marinhas em MPB.

Esta alteração é essencial visto o mercado do sector biológico estar a aumentar na maior parte dos estados membros, criando legislação específica para produtos que não estavam abrangidos pelo anterior regulamento como a aquicultura, algas marinhas, vinho ou leveduras (no entanto em alguns deles a inexistência de legislação específica impede a sua aplicação prática).

Os objectivos essenciais da elaboração deste novo regulamento, além de uma nova apresentação e compilação da legislação que existia, de referir que após a aprovação do Regulamento (CEE) 2092/91 foram acrescentadas inúmeras alterações e derrogações, o que tornava a anterior legislação pouco legível e prática, foram algumas (poucas) alterações introduzidas. De facto a essência do novo regulamento é igual, e as regras muito semelhantes às existentes anteriormente.

O objectivo principal da elaboração deste novo regulamento foi organizar e clarificar a legislação algo confusa que existia por motivo de sucessivas alterações e derrogações. Relativamente às alterações introduzidas, as mesmas são pouco significativas, resumindo-se à inclusão das culturas referidas anteriormente, a alguma definição na alimentação animal (extinção das permissões de alimentação não biológica

em ruminantes e permissão de utilização de alimentação em conversão menos restritiva), e rotulagem com as seguintes alterações: novo símbolo comunitário obrigatório, alteração da menção referente ao MPB, devendo incluir o modo de produção e o código da entidade certificadora, e possibilidade de apenas uma das matérias-primas de um produto ser certificada (obrigatória identificação do produto e percentagem em que se encontra).

2.3.6 – Controlo e a certificação

Conforme Referido, na União Europeia as regras inerentes ao MPB são definidas pelo Regulamento CEE 2092/91 modificado (actualmente Regulamento CE N° 889/2008 e Regulamento CE N° 1235/2008), no entanto no resto do mundo cada país possui normas e regras próprias, ou afectas a uma região (ou conjuntos de países), como o Brasil, Austrália, Argentina ou China. Os mais conhecidos sistemas que definem as regras deste modo de produção são nos Estados Unidos o NOP (National Organic Program) e no Japão o JAS (Japanese Agricultural Standard), que são depois seguidos por vários outros países. As regras nestes países são muito semelhantes às da União Europeia (até pelo reconhecimento mundial do que é a Agricultura Biológica), no entanto existem diferenças que implicam o não reconhecimento directo da certificação dos produtos entre países, ou seja, um produto certificado em Portugal segundo o regulamento europeu, quando é exportado para os Estados Unidos necessita de um controlo suplementar segundo as regras NOP para ser reconhecido no país de destino como sendo de Agricultura Biológica.

De referir que alguns países, classificados normalmente como subdesenvolvidos, particularmente em África, utilizam o regulamento europeu enquanto não possuem normas ou legislação própria.

Em relação à certificação, cada país tem as suas entidades (públicas, privadas ou mistas), que procedem ao controlo dos operadores segundo as regras definidas.

De acordo com o Regulamento CEE 2092/91 modificado (artigo 9), os Estados membros deverão definir um sistema de controlo a ser efectuado por entidades estatais ou privados, de modo a que todos os produtores, preparadores ou importadores sejam sujeitos a pelo menos um controlo anual por parte da entidade certificadora, estando

cada estado membro obrigado a enviar à Comissão Europeia as informações acerca desse controlo até ao dia 1 de Julho de cada ano, referente ao ano anterior.

É importante referir que a certificação da agricultura biológica não assegura uma determinada qualidade do produto mas sim o cumprimento de um modo de produção conforme regulamento definido.

Em 2006 foi publicado um relatório pela Comissão Europeia acerca das inspecções efectuadas pelos estados membros aos agricultores notificados no Modo de Produção Biológico, no ano de 2005²⁰. Embora não tenham sido recolhidos de igual forma os dados nos diversos países, visto os países enviarem os dados tratados de uma forma diferente, foi possível apurar algumas informações que parecem ser pertinentes para este trabalho, fornecendo um panorama europeu acerca do controlo e certificação efectuado a este modo de produção.

Neste âmbito, existem Estados Membros que efectuam o controlo através de autoridades públicas de controlo (como Dinamarca, Países Baixos, Malta ou Finlândia), em que é o próprio estado que efectua o controlo, através de entidades privadas de controlo (Alemanha, França, Itália ou Reino Unido) ou num sistema misto de entidades privadas e autoridades públicas (como Espanha, Polónia ou Republica Checa). Em Portugal, e de acordo com a Norma Europeia EN 45011 que estabelece os requisitos gerais para organismos de certificação de produtos, o controlo é obrigatoriamente efectuado por entidades privadas, ficando dependente do reconhecimento por uma autoridade pública.

Foi assim constatado que em Portugal aos 1727 operadores notificados foram efectuadas 2212 inspecções, das quais 1699 foram anunciadas. Estes factos são importantes visto ter de existir pelo menos um controlo anual a cada operador. Em casos como Grécia e Reino Unido isso não aconteceu, tendo-se constatado um número total de inspecções inferior ao de operadores. Nos outros países não é possível garantir que todos os operadores foram alvo de inspecção embora o número total de inspecções seja superior ao de operadores, no entanto (visto não existir diferenciação) pode ser devido a visitas suplementares.

²⁰ Comissão Europeia, 2006

O mesmo estudo refere que relativamente às infracções observadas, e embora ressalve que alguns estados membros apenas registam as infracções que dão origem a sanções não contando as que se seguem de advertência, a Eslovénia (1,4), Malta (1,0), Portugal (0,9) e Alemanha (0,7) são os países que possuem um ratio infracções/operadores mais elevado, contrastando com países como a Espanha (menos de 0,1) e Itália (0,1). Portugal conta assim com um valor elevado, significando que os operadores portugueses cometem um elevado número de infracções. No entanto isso pode ocorrer devidos a dois factores, um dele pode ser a exigência e os critérios aplicados pelas entidades certificadoras não serem os mesmos (embora o regulamento seja comunitário) e outra possível justificação é alguma falta de informação e de apoio por parte dos operadores.

Nos primeiros anos de agricultura biológica a comercialização dos produtos era efectuada num meio pequeno, onde produtores e consumidores se conheciam e confiavam uns nos outros, não existia necessidade de outras garantias ou certificações que encareceriam o produto através do seu custo. Actualmente a situação mundial é diferente, o mercado é muito abrangente e diversificado, sendo a maioria dos produtos transaccionados entre pessoas que não se conhecem e por vezes estão a milhares de quilómetros de distância.

Assim, a certificação funciona como uma garantia de que o produto cumpre com as regras de produção, ou seja, “certifica” o seu cumprimento. Tem ainda importância como estratégia de comercialização ou marketing. Com a concorrência que existe actualmente entre marcas e produtos, a certificação (DOP, MPB, ISO’s entre outros) dos produtos garante uma diferenciação para o consumidor, o que facilita a sua comercialização, pelo que cada vez mais agricultores optam por certificar o seu modo de produção biológico, mesmo tendo em conta o custo elevado.

A primeira entidade certificadora foi a Demeter em 1924²¹, existindo actualmente por todo o mundo muitas entidades certificadoras (públicas, privadas ou mistas), quer multinacionais, operando em vários países (Demeter, Ecocert), quer locais, operando apenas num país ou mesmo apenas em determinada região.

Em Portugal, quando apareceu o Regulamento (CEE) 2092/91 não existiam entidades certificadoras, pelo que até à obrigatoriedade de as mesmas serem organismos

²¹ Rundgren, 2002

privados de controlo e certificação na sequência do EN 45011 a solução encontrada foi a única associação existente à data – AGROBIO – garantir esse controlo. Assim, até 1996 foi esta associação a fazer o respectivo controlo aos seus associados, tendo em 1996 sido criada a primeira empresa privada de certificação, a Socert Portugal (Grupo Ecocert), que foi a única até ao ano 2000 quando apareceu uma outra empresa – Sativa. Actualmente existem diversas empresas a actuar em Portugal, sendo obrigatoriamente todas elas autorizadas para essa função pela entidade competente do Estado Membro.

2.4 – A produção animal em Modo de Produção Biológico

Portugal é um país vocacionado para a produção animal, tendo as regiões interiores, nomeadamente o Alentejo, a Beira Interior e Trás-os-Montes tradição na produção extensiva. Este tipo de produção apresenta diversas semelhanças com o Modo de Produção Biológico, tendo alguma facilidade na transição para este modo de produção.

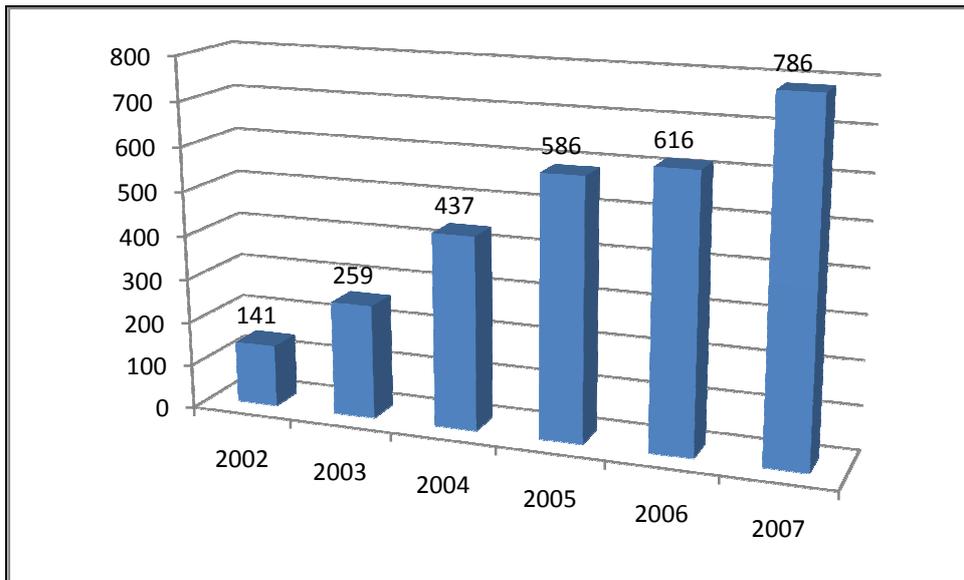
Um dos factores limitativos em termos de legislação do MPB é a alimentação animal, pelo que no regime extensivo, principalmente baseado nas pastagens, existe menor necessidade de recurso a inputs externos, facilitando a adaptação a este modo de produção.

No entanto, a produção animal em MPB apenas foi regulamentada em 2001, pelo que só posteriormente surgiram os primeiros operadores neste modo de produção.

A evolução ocorreu de forma mais rápida do que na produção vegetal, quer porque já existia algum conhecimento adquirido para as culturas da exploração, quer porque as medidas de apoio já se encontravam implementadas.

De 141 produtores certificados em 2002, Portugal passou para os quase 800 em 2007 (gráfico 12), o que se traduz em aumentos anuais de cerca de 40%. Em 2009 notou-se uma significativa diminuição do número de produtores (tabela5), tal como na produção vegetal, e possivelmente pelos motivos já expostos.

Gráfico 12 – Evolução do número de operadores em produção animal no MPB



Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

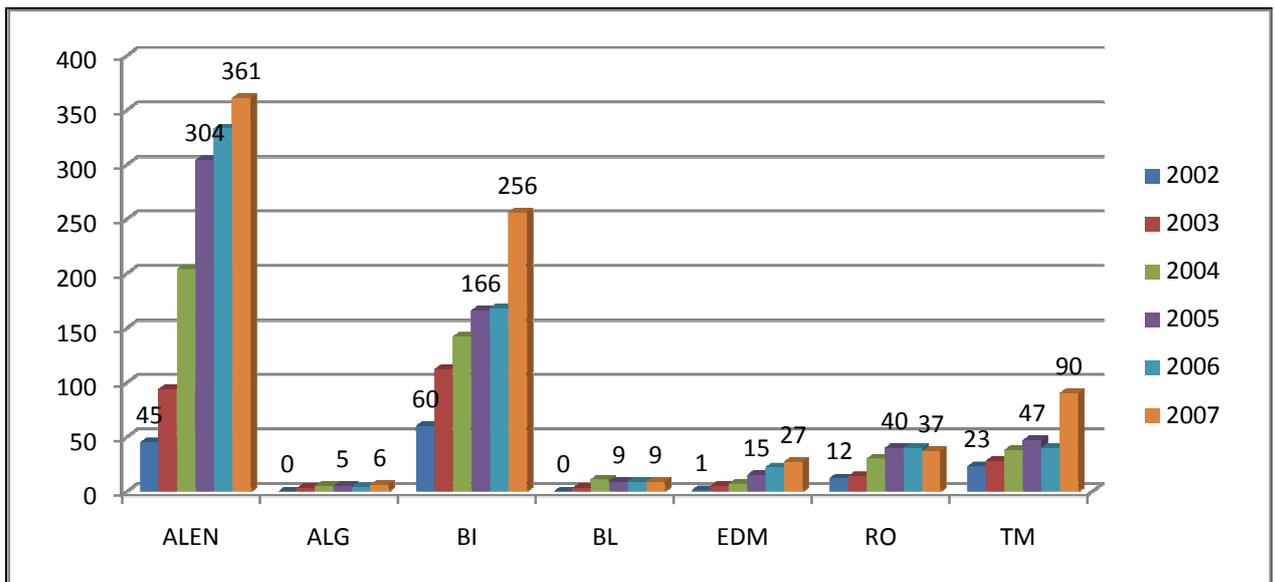
Tabela 5 – Numero de operadores com produção animal em MPB

	2007	2008	2009
Nº Operadores	786	792	662

Fonte: IFAP 2011

De referir que nas regiões do Algarve e Beira Litoral o número de produtores é pouco significativo (gráfico 13), devido principalmente à reduzida tradição na produção animal ou à predominância de sistemas mais intensivos (caso da Beira Litoral).

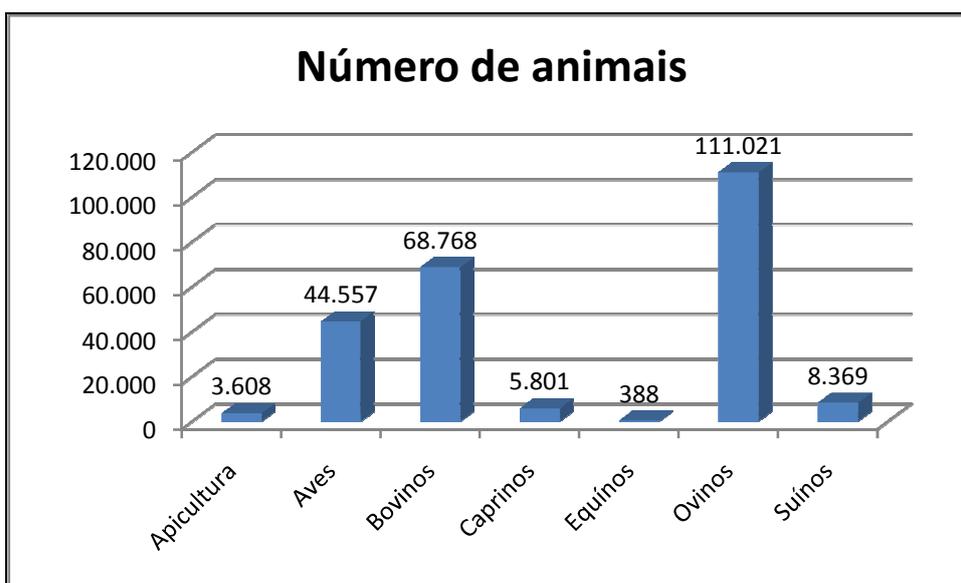
Gráfico 13- Evolução do número de operadores por região



Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

No que se refere às espécies animais criadas neste modo de produção, os ovinos com mais de 110 mil cabeças em 2007 e os bovinos são as mais representativas, surgindo as aves como terceira espécie (gráfico 14). As espécies suína e caprina são ainda pouco representativas e limitadas a zonas específicas onde a sua produção é característica. Convertendo em cabeças normais a espécie bovina é dominante em MPB.

Gráfico 14 - Número total de animais em MPB por espécie (2007)



Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

Relativamente à evolução do número de animais nos últimos anos, notou-se um grande desenvolvimento e aumento dos efectivos neste modo de produção, no entanto tal como no número de operadores, nos anos de 2008 e 2009 foi detectado um decréscimo acentuado, que no caso dos ovinos é impressionante, dos 115 mil que já existiram em 2005 restam agora menos de 80 mil (tabela 6).

Tabela 6 - Evolução do Número de animais por espécie nos últimos anos

Espécies	EFFECTIVOS							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
			nº					
Bovinos	8.202	18.329	36.653	56 896	58 968	68 768	69.097	62.376
Suínos	3.091	3.507	5.495	5 487	5 578	8 369	9.499	4.165
Caprinos	1.440	2.341	3.551	5 219	6 301	5 801	6.525	5.894
Ovinos	38.072	63.026	94.119	114 085	115 068	111 021	106.682	79.903
Equídeos	107	103	145	126	155	388	1.540	301
Aves	7.024	12.164	37.573	46 438	70 584	44 557	40.736	53.440
Apicultura (nº de colmeias)	130	248	738	1 439	1 499	3 608	6.122	9.494

Fonte: IFAP, 2011

2.5 – A região da Beira Interior em MPB

A Beira Interior é uma das regiões onde as pessoas “vivem mais” a agricultura. Como a maioria das regiões do interior, e ao longo dos anos, a Beira Interior desenvolveu uma aptidão e uma cultura agro-pecuária, devido também às dificuldades de acesso aos grandes centros urbanos e ao litoral, onde se faziam as maiores transacções comerciais.

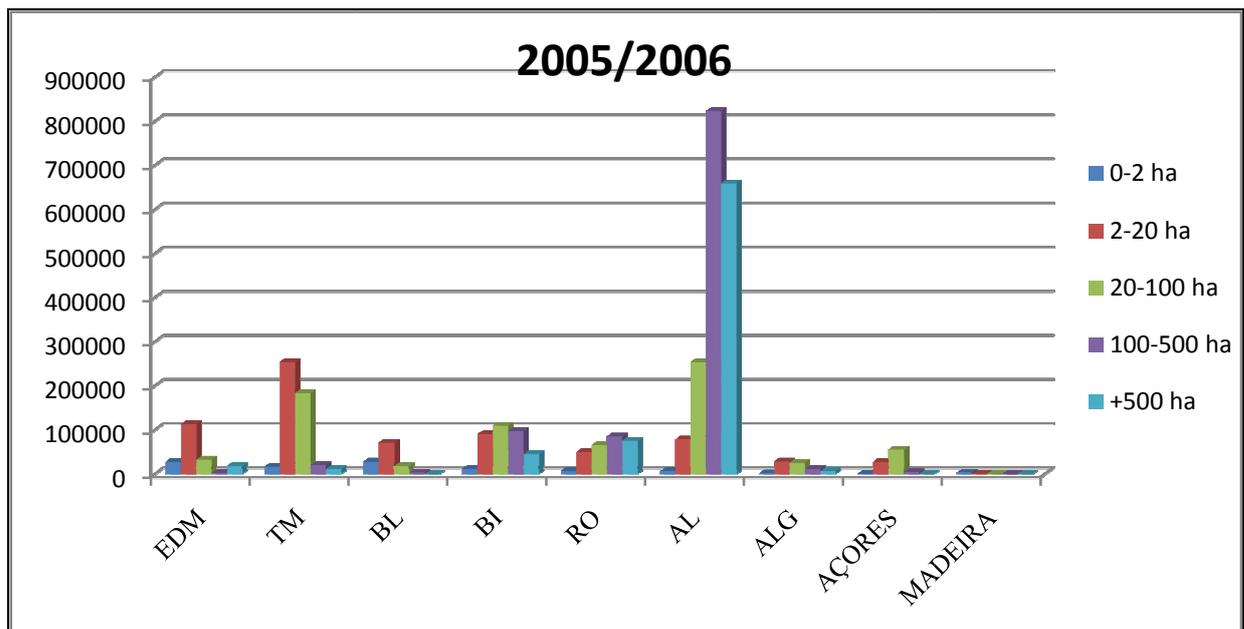
Este facto é perceptível ao nível dos produtos tradicionais (queijos, enchidos, presuntos e doces regionais) característicos desta região, bem como de determinadas produções animais (principalmente cabrito e borrego), em que existem raças específicas desta região (Merino da Beira Baixa, Charnequeira, Serra da Estrela).

Em relação ao clima e áreas, e salvaguardando as diferenças dentro da própria região, pode considerar-se esta zona como de transição, com características do Alentejo

(principalmente Idanha-a-Nova e parte da Covilhã, com poucos declives e áreas amplas), e de Trás-os-Montes (zonas de serra).

Este facto é confirmado pelos dados registados no gráfico 15, em que após o Alentejo e o Ribatejo, esta é a região com mais explorações com mais de 100 hectares, enquanto nas restantes regiões dominam as áreas inferiores a 100 hectares.

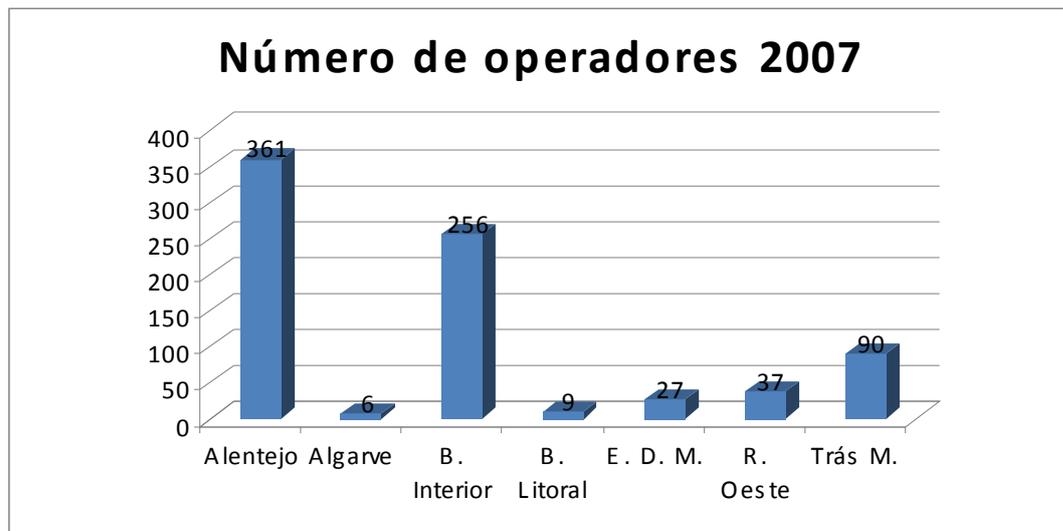
Gráfico 15- Número de Produtores candidatos a subsídios por escalão de área



Fonte: Anuário da campanha 05/06 – IFADAP/INGA

Também no Modo de Produção Biológica em produção animal a região se encontra bem representada, apenas superada pelo Alentejo, existindo 256 operadores certificados no ano de 2007 (gráfico 16).

Gráfico 16 - Número de operadores em MPB produção animal por região



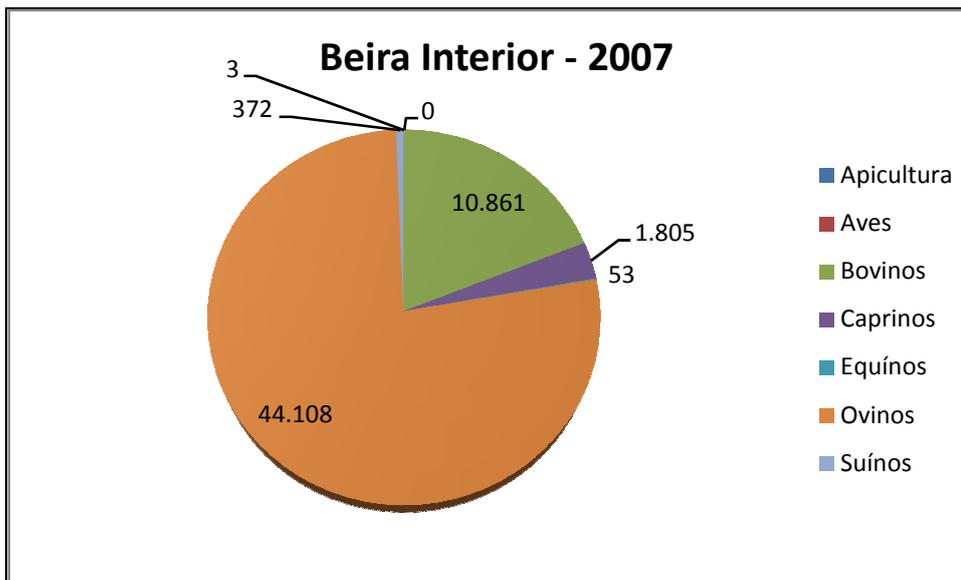
Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

Nesta região os ovinos dominam amplamente (gráfico 17), sendo uma região com tradições na produção desta espécie, tanto para a produção de carne como de leite para transformar em queijos. Uma das raças autóctones mais conhecidas é desta região, o Merino da Beira Baixa.

Os bovinos e caprinos surgem posteriormente como espécies de referência, sendo que dos 5.801 caprinos certificados a nível nacional quase 30% se encontram nesta região. Relativamente aos suínos com perto de 400 cabeças o efectivo surge como reduzido em função do actual valor das raças autóctones.

Os Equídeos (53 cabeças), aves (sem efectivo) e a apicultura são quase irrelevantes na conjuntura pecuária em MPB na região.

Gráfico 17 – Número de animais em MPB na Beira Interior por espécie



Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

É importante ainda estudar a evolução destas espécies nos últimos anos na região da Beira Interior tendo-se constatado crescimentos significativos entre 2002 e 2007 (gráficos 18 e 19).

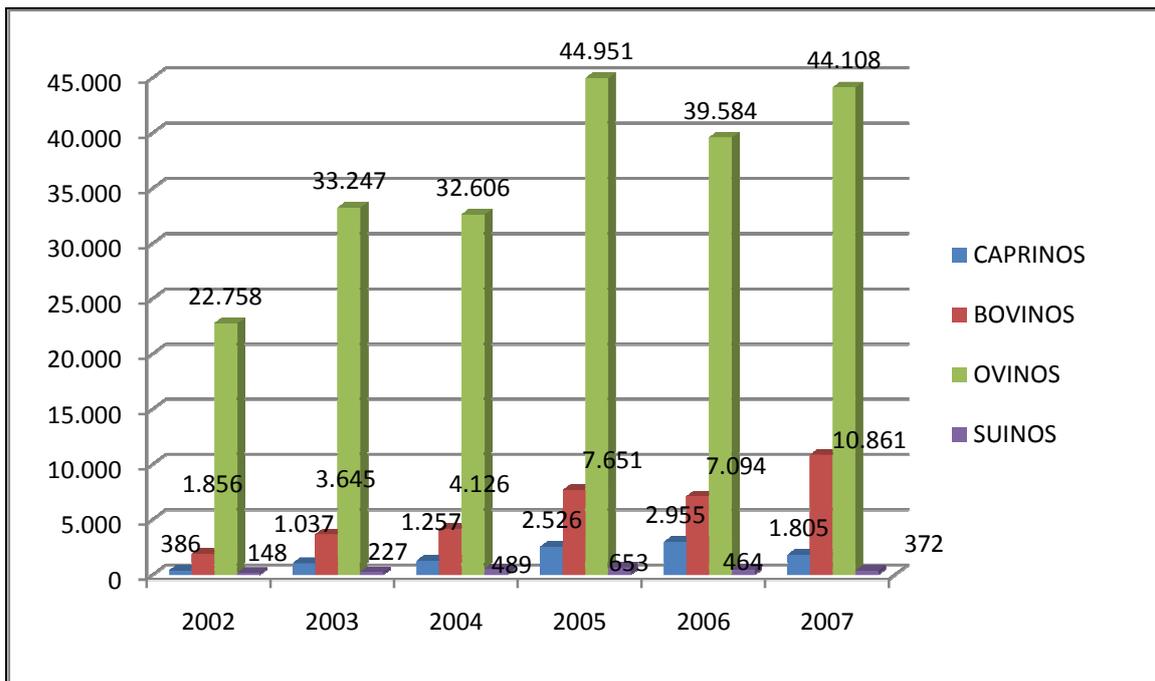
No que se refere aos ovinos, a espécie mais significativa em número de cabeças, foi verificada uma duplicação do efectivo entre 2002 e 2007, ocorrendo no entanto alguma oscilação nos últimos anos. O mesmo ocorreu nos bovinos, que no entanto nos últimos 5 anos quintuplicou o número de animais.

No caso dos caprinos e suínos a evolução não foi tão significativa, com excepção dos primeiros dois anos, tendo-se posteriormente os efectivos mantido aproximadamente constantes.

Relativamente aos equídeos não tem existido grande evolução, mas sim algumas oscilações, não sendo a espécie significativa, tal como as aves que actualmente não possuem efectivo na região e a apicultura é residual.

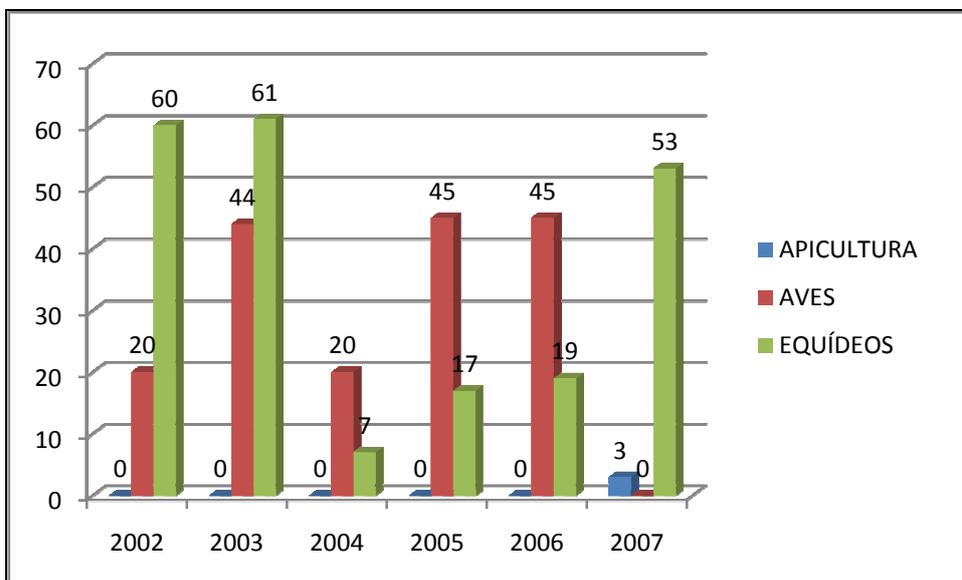
De referir que dentro dos dados disponíveis para 2008 e 2009 prevê-se que também esta região tenha sido abrangida pela diminuição significativa de animais neste modo de produção.

Gráfico 18 - Evolução do MPB produção animal na Beira Interior



Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

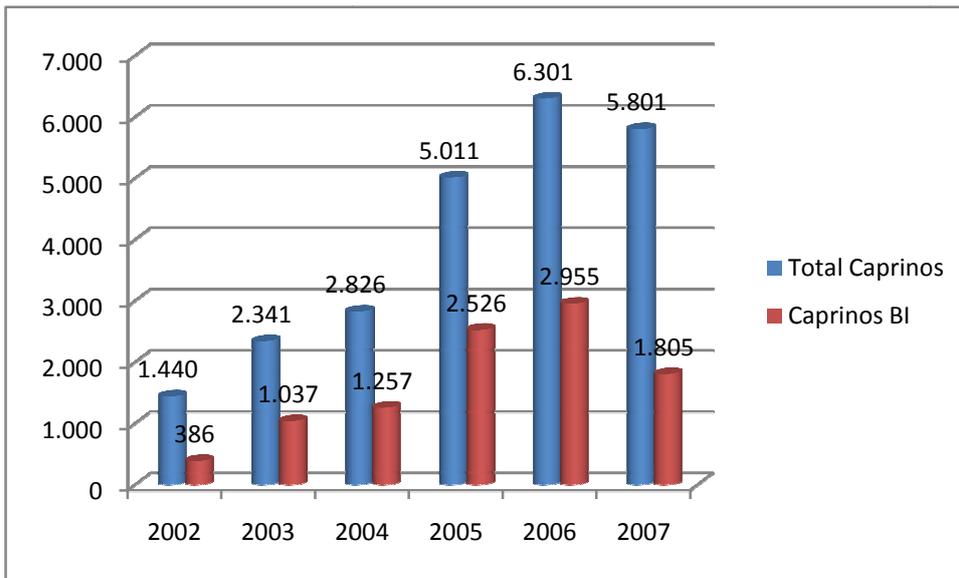
Gráfico 19 - Evolução do MPB produção animal na Beira Interior



Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

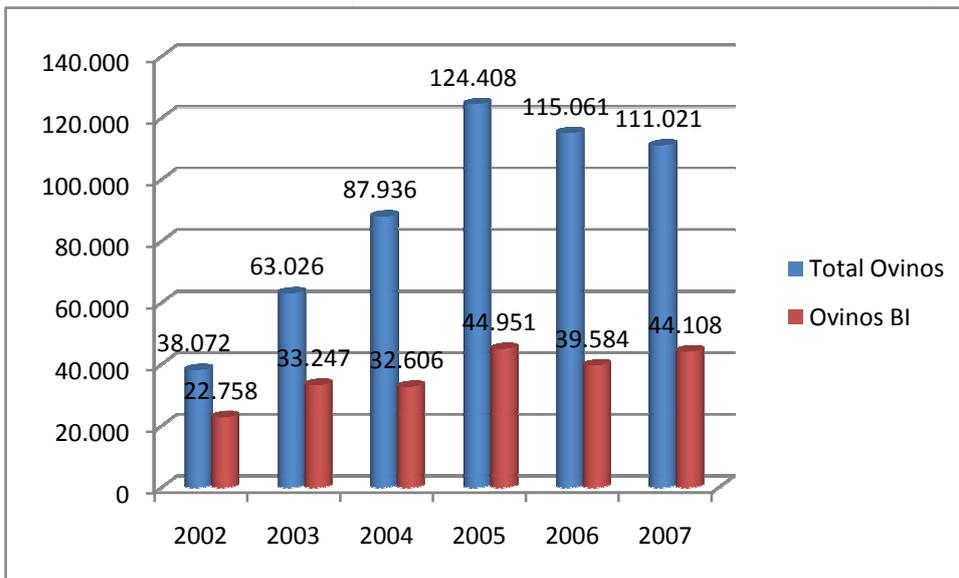
A importância da produção animal em MPB na Beira Interior relativamente ao total do país pode ser confirmada nos gráficos 20, 21 e 22, sendo óbvia a importância proporcional dos ovinos e caprinos, ao contrário dos bovinos em que o efectivo existente na região não é tão significativo no contexto nacional.

Gráfico 20 – Evolução da produção animal em MPB por espécie (Nacional e Beira Interior)



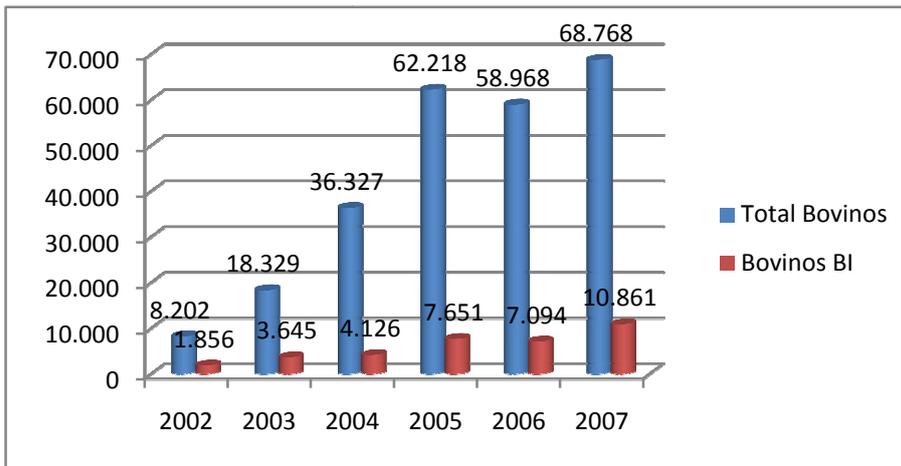
Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

Gráfico 21 - Evolução da produção animal em MPB por espécie (Nacional e Beira Interior)



Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

Gráfico 22- Evolução da produção animal em MPB por espécie (Nacional e Beira Interior)

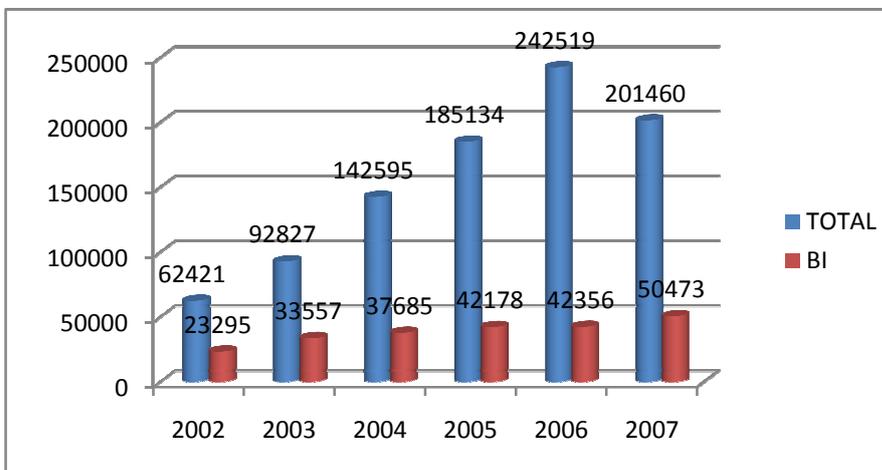


Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

Também é importante avaliar a evolução das áreas forrageiras neste modo de produção, visto serem a base da alimentação dos animais no regime extensivo.

Assim, foi constatada uma evolução significativa desta cultura a nível nacional, sendo a evolução mais reduzida na região da Beira Interior (gráfico 23). No entanto entre 2002 e 2007 duplicou a área destinada à alimentação animal na região. É importante referir a descida que ocorreu de 2006 para 2007 a nível nacional da área certificada, tal deve-se à diminuição dos produtores neste modo de produção que se verificou no Alentejo (região mais importante em termos de áreas de pastagens e forragens).

Gráfico 23 - Área de pastagens e forragens em MPB (pastagens CA e pousio)



Fonte: Idrha (2007); 2007 – dados provisórios

Capítulo 3 – Metodologia aplicada

3.1 - Introdução

Uma investigação, qualquer que seja a ciência, requer sempre um plano no qual se descrevem os procedimentos metodológicos, ou seja, o *desenho* da própria investigação. Deste modo, qualquer investigação deverá iniciar-se com a elaboração de um plano ou estrutura relativa à forma de condução do estudo. Esse plano ou estrutura deve definir as variáveis a ser estudadas e a forma como serão analisadas, em consonância com os objectivos pré-definidos.

Para a realização de uma investigação são necessários dados. Quer seja para a elaboração de uma teoria ou de um estudo, a argumentação definida deverá sempre sustentar-se na informação produzida com base nos dados recolhidos e utilizados, logo o rigor na sua obtenção é determinante para a qualidade final do trabalho.

Os dados a utilizar podem ser obtidos de duas formas, os dados primários e secundários. No caso dos segundos são aqueles que provêm de estatísticas existentes. São dados previamente recolhidos por outros investigadores ou instituições e com objectivos diferentes dos posteriores utilizadores²², como sejam os dados utilizados no capítulo 2 do presente trabalho, obtidos a partir da bibliografia existente acerca da matéria a estudar.

No entanto na elaboração de uma tese é normalmente necessário produzir novos dados. Estes dados são considerados dados primários, visto terem sido obtidos na investigação realizada e não em anteriores.

Um dos métodos de recolha de informação primária mais utilizado é o inquérito por questionário. O principal objectivo dos estudos que utilizam esse método é a recolha de informação com base nos indivíduos entrevistados, de forma a compreender as situações que se pretendem estudar.

²² Barañano, A.M., 2008

Para esta técnica de recolha de informação é necessário considerar aspectos como a população a estudar, a amostra, a estrutura do questionário, os procedimentos de campo e a análise dos dados.

Assim, no presente capítulo encontram-se descritas as considerações referentes à escolha da amostra, tanto na área geográfica de estudo como na dimensão da amostra a estudar. São ainda descritos os métodos utilizados para a realização do inquérito, bem como as técnicas para análise dos resultados obtidos.

3.2 – Dimensão da amostra

Para delinear uma amostra temos que conhecer primeiramente a população. A população é a totalidade dos indivíduos que se pretendem estudar ou o universo de estudo. A partir desta é seleccionada uma amostra, que corresponde à percentagem do universo que vai ser efectivamente estudada, neste caso como é através de inquéritos significa que vão responder a um questionário. Desta amostra poderá ser obtido um padrão para o universo.

Existem vários tipos de amostras. A aleatória, que consiste numa escolha “à sorte” da amostra; amostra por quotas, que é baseada na regra que a amostra estudada deverá ter sensivelmente as mesmas características da população a estudar. Nestas características incluem-se variáveis como o sexo, idade, região, etc. Outro método é o dos itinerários, que consiste em tentar reproduzir as condições de um sorteio fixando aos entrevistadores regras específicas de selecção das pessoas a entrevistar (exemplo, numa rua iniciar as entrevistas no nº1 e fazer apenas de 3 em 3 prédios). Finalmente, em casos mais raros, pode surgir o chamado método das amostragens arbitrarias, no qual se procede a um inquérito exploratório, findo o qual se estuda uma amostra restrita mas arbitrária, tendo como única preocupação respeitar uma certa variedade geográfica, demográfica e social.

Neste trabalho a população é constituída pelo universo dos produtores da região que certifica ou já certificou a sua produção pecuária em MPB. Ficou definido alargar aos produtores que já alguma vez certificaram neste modo de produção no sentido de avaliar os motivos da desistência e a opinião sobre o sector. A lista de produtores

integra os ainda activos em MPB e os que entretanto abdicaram desse modo de produção em termos de inscrição oficial, pelo que no processo de recolha também seriam inquiridos os que deixaram recentemente o MPB.

Apesar do título do trabalho identificar a região da Beira Baixa como localização geográfica do estudo, a parte empírica incidirá unicamente sobre o distrito de Castelo Branco. A razão para tal deve-se às restrições de tempo e de recursos e aos custos elevados que estariam associados à realização de inquéritos numa região muito vasta. Limitando ao distrito de Castelo Branco torna-se mais seguro atingir taxa de resposta razoável para tratamento de dados e continua-se a cumprir o objectivo do trabalho.

O distrito de Castelo Branco subdivide-se em 11 municípios: Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

Assim sendo, e visto a dimensão do “alvo” (população) do estudo ser relativamente restrita, optou-se por um levantamento exaustivo tendo-se decidido inquirir a totalidade dos produtores em MPB de produção animal nesta região.

O levantamento de todos os produtores foi efectuado com base nos dados de todas as empresas de controlo e certificação (Ecocert Portugal, Sativa, Certiplanet, Certis, Agricert e Codimaco), que forneceram os dados dos clientes actuais e antigos, os quais foram cruzados com os constantes no *site* do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP). Com base no levantamento realizado foi elaborada uma listagem dos produtores do distrito de Castelo Branco, onde constam 130 registos e que constitui o Anexo III.

3.3 – Estrutura do questionário

Considerando o problema a investigar, as questões e a natureza das variáveis, optou-se pelo recurso a inquérito por questionário por se tratar de um instrumento que permite recolher de forma relativamente simples a informação pretendida. Segundo Gil²³, este método consiste numa “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por

²³ Gil, 1999

objectivo o conhecimento de opiniões, crença, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”. Este instrumento de análise distingue-se dos restantes na medida em que a intervenção do investigador procura ser mínima, resumindo-se à normalização da informação apurada. A sua unidade de observação é o indivíduo, em contraponto a outros métodos que visam directamente unidades mais vastas. Contudo, não são os indivíduos pessoalmente que interessam ao investigador, mas a possibilidade de obter do que eles dizem “conclusões mais vastas”. Deste modo, o instrumento serve para suscitar um conjunto de discursos individuais, a fim de interpretar e generalizar, e a sua utilização tem benefícios económicos visto não requerer a existência de equipas especializadas²⁴.

Na redacção do questionário deverão ser tidas em atenção várias questões a fim de facilitar e motivar os inquiridos para o seu preenchimento ou colaboração. Assim, a extensão do questionário é bastante importante visto determinar o número de pessoas que aceitarão responder. Um questionário muito extenso desencoraja as pessoas a responder. Nesse sentido é fundamental eliminar todas as questões marginais. A extensão não se resume apenas ao número de questões, mas também ao tempo de duração do questionário, ordem das questões e ao grau de esforço que exigirá por parte do entrevistado. Deve evitar-se questões muito extensas e de difícil compreensão visto desmotivarem o entrevistado. A utilização de expressões que possam induzir a uma determinada resposta também deverá ser acautelada.

A formulação do questionário teve como suporte diversa bibliografia consultada e a experiência do autor no domínio da temática objecto de estudo. Um exemplar do questionário aplicado, bem como da carta de apresentação encontra-se em anexo (Anexos IV e V).

Relativamente às questões, estas podem ser de natureza aberta (a pessoa interrogada tem total liberdade quanto à forma e extensão da resposta), fechada (permite ao inquirido escolher apenas entre um lote restrito de respostas previamente definidas), pré-formatadas (além de uma escolha limitada de respostas, o inquirido tem ainda a hipótese de expressar a sua opinião) e as escalas de atitudes. Neste último caso o inquirido escolhe com base numa escala o seu grau de acordo ou desacordo com uma afirmação, também designada por escalas de Likert (normalmente com 5 níveis:

²⁴ Ghiglione e Matalon, 1992

discordo completamente, discordo, não concordo nem discordo, concordo, concordo completamente).

O presente questionário é constituído essencialmente por questões de natureza fechada, no entanto para um melhor conhecimento e caracterização dos agricultores é necessário incluir questões de resposta aberta e pré-formatada, onde se procura que os produtores indiquem valores e opiniões. Apesar de neste tipo de estudo contendo algumas questões de opinião ser usual a aplicação da escala de Likert, optou-se por não a incluir devido à realização do inquérito não ser por recolha directa. Com efeito, a via postal ou correio electrónico dificulta o cumprimento da obrigação de resposta para todas as alíneas que constituem a questão estruturada em escala de Likert, pelo que o risco de resposta não válida era muito elevado.

As variáveis seleccionadas para integrar o questionário aplicado distribuem-se por diferentes temas, tendo sido definidos 9 grupos de questões que se passam a descrever na sua forma e objectivos pretendidos:

GRUPO 1: CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR

Neste grupo pretende-se caracterizar o produtor, tendo sido seleccionadas as variáveis “sexo”, “idade”, “nível de instrução” e “tipo de exploração”. O objectivo é perceber se existe um padrão para os produtores MPB nesta região, assim como utilizar estas variáveis na análise bivariada cruzando-as com outras variáveis do questionário.

GRUPO 2: EXPLORAÇÃO EM MPB

O objectivo principal é avaliar quando iniciou este modo de produção, se eventualmente desistiu e os motivos que o levaram a essa situação. Procurado ainda avaliar a relação entre este modo de produção e os subsídios específicos que são atribuídos.

GRUPO 3: RECURSOS HUMANOS

Neste item pretende-se caracterizar os recursos humanos nas explorações em MPB, conhecendo qual a origem do factor trabalho em termos de trabalho permanente e sazonal, assim como a participação directa dos próprios produtores.

GRUPO 4: CARACTERÍSTICAS DA EXPLORAÇÃO EM MPB

Neste grupo pretende-se caracterizar a exploração agrícola no que respeita a alterações decorrentes da adesão a MPB (incluindo informação sobre actividades praticadas antes do MPB e com MPB) e área da exploração.

GRUPO 5: PRODUÇÃO ANIMAL

Recolha de informação referente às actividades de produção animal das explorações: número de animais por espécie, tipos de produtos comercializados, elementos sobre origem da alimentação dos animais, técnicas de produção utilizadas e dificuldades sentidas na aplicação do MPB.

GRUPO 6: APOIO TÉCNICO

Neste grupo pretende-se avaliar a opinião dos produtores relativamente ao apoio técnico, ligando-o com o papel das associações de produtores e natureza de serviços prestados.

GRUPO 7: COMERCIALIZAÇÃO

Neste item pretende-se identificar o destino e de que forma são comercializados os produtos, se é aproveitado o “nome” agricultura biológica e se o produtor adiciona a este modo de produção outro tipo de certificações. Também são colocadas questões sobre quantidade e valor de vendas e acções de promoção desenvolvidas.

GRUPO 8: CERTIFICAÇÃO

Pretende-se aqui avaliar a opinião dos produtores no que se refere à certificação recorrendo-se neste grupo a uma questão aberta. As restantes questões são orientadas para avaliar se existiram mudanças neste aspecto por parte do produtor e o modo como, segundo o mesmo, se deveria processar a certificação.

GRUPO 9: CONCLUSÕES

Finalmente são colocadas duas questões de opinião sobre a viabilidade futura do MPB e sobre a importância dos apoios financeiros como sustentação para a opção por MPB.

No final do questionário foi incluído um pequeno espaço para os produtores poderem colocar alguma observação ou comentário que acharem oportuno.

3.4 – Trabalho de campo

Existem cinco métodos principais de realização de questionários:

Inquéritos postais – Este método consiste no envio de um questionário pelo correio às pessoas que fazem parte da amostra, adicionando um envelope para a resposta. Apresenta como principais vantagens o facto de ser relativamente económico e cómodo, no entanto apresenta taxas de resposta previsivelmente baixas e obriga a que as questões sejam de fácil interpretação, visto não poderem ser esclarecidas as dúvidas.

Por telefone – Os elementos da amostra são contactados telefonicamente para responderem ao questionário. Além de obrigar à existência deste meio de comunicação este método tem como dificuldade a não possibilidade de apresentação de elementos visuais e a obrigatoriedade de ser um questionário relativamente curto. Como principais vantagens incluem-se ser económico e apresentar taxas de respostas superiores ao anterior.

Via E-mail/internet – Neste caso o questionário é enviado por e-mail. Cada vez mais popular devido ao seu baixo custo, comodidade e rapidez, tem como desvantagem o facto de que o entrevistado ter que possuir acesso à internet/e-mail.

Face a face – Entrevistas pessoais, na rua ou no domicílio, constitui o método mais seguro e com maiores taxas e fiabilidade nas respostas. Como inconveniente tem o facto de ser um método caro e mais demorado.

Por observação – Este método pressupõe uma recolha de informação através da observação directa dos elementos da amostra por parte do entrevistador.

No presente trabalho, devido ao elevado número de questionários da amostra, à extensão geográfica e à indisponibilidade do autor para fazer as entrevista presencialmente, optou-se pelo método dos inquéritos via postal, em que os questionários foram enviados para os produtores via correio, sendo a devolução realizada em local previamente definido ou por via postal, tendo o autor realizado diversas insistências por contactos telefónicos e em deslocações aos inquiridos, de forma a incentivar e conseguir a sua resposta. Como ponto a destacar refira-se que todos os produtores a quem foram enviados inquéritos também foram contactados telefonicamente, presencialmente ou através da associação de agricultores, a fim de garantir a sua resposta (o que nalguns casos acabou por não acontecer), com excepção dos (poucos) que ou por não possuírem telefone ou associação (não é obrigatório neste último QCA) não foi possível contactar.

Existiram alguns casos pontuais em que a troca de inquérito ou o seu envio foi efectuado via e-mail. Com a decisão de definir alguns locais de entrega dos inquéritos (em carta fechada), bem como contactar os inquiridos, tentou-se garantir um valor aceitável de taxa de resposta; com o tipo de público-alvo deste trabalho, se os inquéritos fossem realizados na totalidade por via postal normal a taxa de resposta seria previsivelmente baixa. Ainda foi equacionada a hipótese dos inquéritos serem realizados na totalidade via e-mail mas, sendo o público-alvo constituído maioritariamente por pessoas com mais idade e menor nível de formação, implicaria menos possibilidades de acesso e utilização de meios informáticos.

Nos inquéritos enviados anexou-se uma folha de apresentação e um envelope com selo para o seu reenvio após preenchido, sem qualquer custo. Foram enviadas as cartas para a morada identificada de cada produtor.

No final da elaboração do questionário foi realizado um teste de pré-aplicação a 5 produtores, que teve como objectivo testar o tempo médio da entrevista, a fluidez do percurso do próprio inquérito e o grau de dificuldade das respostas. Desse teste concluiu-se que a duração média de realização de cada inquérito foi de cerca de 13 minutos, não tendo existindo dúvidas significativas acerca da interpretação das questões.

Os questionários válidos foram finalmente submetidos a uma revisão visual para detecção de erros. Os questionários revistos foram transcritos numa matriz de dados de suporte informático, a fim de serem submetidos à validação de coerência e fiabilidade de informação.

3.5 – Avaliação dos inquéritos efectuados

Após o início da recepção dos inquéritos preenchidos, constataram-se situações pertinentes de descrever visto a sua interpretação será importante no desenvolvimento da análise dos resultados, o que é o caso das questões 2.1.1 e 4.2 que aquando do pré-teste não se apresentaram como complexas, mas que com a recepção dos inquéritos se foi aferindo que não foram bem entendidas pelos inquiridos.

Assim, devido também a esta situação, alguns produtores que responderam e reenviaram o inquérito não responderam a todas as questões do mesmo e em algumas (exemplo 2.1.1), não responderam da forma como a questão tinha sido estruturada. A situação não foi grave visto na análise dos resultados ter-se tido em atenção esses aspectos.

3.6 – Taxa de resposta

Relativamente à taxa de resposta obtida na maioria das questões, e tendo em conta a especificidade dos inquiridos, parece bastante razoável e passível de caracterizar a população. Assim, em termos de resposta ao inquérito, dos 130 produtores a quem foi enviado responderam 77, o que dá uma taxa de resposta de 59,23 %.

Os motivos principais para esta ausência de colaboração por parte de alguns inquiridos poderão ser de natureza cultural, visto algumas pessoas terem tendência a desvalorizar este tipo de trabalhos, por não lhes possibilitarem qualquer mais-valia directa na sua actividade, por ausência de disponibilidade, por extravio (visto ter sido efectuado o envio por correio normal), desactualização nas moradas, ausências prolongadas ou até esquecimento.

Especificamente em relação às questões, após a análise das respostas foi constatado que a maioria das questões teve uma taxa de resposta acima de 75 %, sendo que algumas questões, nomeadamente as que correspondem a perguntas abertas (em que os inquiridos tinham que expressar uma opinião), as referentes a valores (quantidades de produtos vendidos e volume de negócios) e pontualmente onde existiram dificuldades de interpretação tiveram taxas de resposta bastante baixas.

É importante salientar que algumas dessas dificuldades já eram previsíveis pelo autor, mas os recursos disponíveis e a disponibilidade de tempo impediram que as mesmas fossem colmatadas.

3.7 – Tratamento e análise dos resultados

Por muito adequadas que sejam as técnicas de inquérito, estas apenas têm utilidade se as informações forem tratadas. É esse tratamento dos dados que permite a elaboração das conclusões.

A estatística descritiva “consiste na recolha, apresentação, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos”²⁵.

Assim os principais métodos de tratamento estatístico disponíveis podem dividir-se em métodos de análise das relações de interdependência, que são métodos descritivos com o objectivo de resumir e sintetizar dados em bruto (Análise Univariada), e os métodos de análise de relações de dependência (Análise Bivariada e Multivariada), que são métodos explicativos, para medir relações entre grupos de variáveis dependentes e grupos de variáveis independentes.

De entre as medidas descritiva existentes, as mais comuns (e utilizadas neste trabalho) são as medidas de localização, nomeadamente as medidas de tendência central. Estas medidas incluem a Média (aritmética, geométrica ou harmónica), a Moda e a Mediana.

Média (aritmética) – é uma medida muito utilizada e de fácil interpretação e corresponde à soma de todos os valores dividida pelo número de observações. De referir que este dado é importante porque nos fornece uma apreciação geral de todos os valores observados, no entanto tem a desvantagem de ser influenciada por valores extremos, podendo transmitir incorrecções científicas.

Mediana – a função desta medida é obter o valor central (o número de valores que lhe são inferiores deve ser igual ao número de valores que lhe serão superiores). Este valor tem a vantagem de não ser muito influenciado por valores extremos. Assim, em conjunto com a média poderá fornecer dados mais concretos para o investigador.

Moda – é o valor mais frequente nas observações efectuadas (não foi utilizado neste trabalho visto não se ter considerado pertinente).

De referir que além das medidas de localização foi ainda utilizada uma medida de dispersão – o Desvio-padrão. As medidas de dispersão dão-nos a indicação da dispersão dos valores da variável, servindo para verificarmos a representatividade das medidas de localização. Relativamente ao desvio-padrão este indica-nos a dispersão dos valores relativamente à média, ou seja, quanto maior for o desvio-padrão maior será a dispersão de valores relativamente à média, confirmando-se também o inverso.

²⁵ Reis, 2009

No presente trabalho, após obtidos os dados, elaborou-se uma matriz de dados em suporte informático através do programa Excel. Para a recolha de dados, e de forma a sistematizar as respostas, as questões foram codificadas, conforme registado no Anexo VI. Com essa matriz de dados foram efectuadas as análises consideradas adequadas ao objectivo do trabalho, tendo-se dividido em dois tipos: Análise Univariada, e Análise Bi e Multivariada.

Na análise Univariada foram elaborados quadros e gráficos de forma a obter de forma rápida informação acerca dos dados estatísticos estudados. Neste estudo foram utilizadas as medidas de estatística descritiva referidas anteriormente: Percentagens, Média, Mediana e Desvio-padrão.

Nas análises Bi e Multivariada os dados organizados em ficheiro Excel são transferidos para o programa de análise estatística SPSS (*Statistic Package for Social Sciences*), através do qual se fez o tratamento dos dados.

O objectivo da análise bivariada é avaliar relações entre as características do titular da exploração agrícola (sexo, idade, nível de instrução e incluindo também o tipo de exploração) e as respostas dos inquiridos a algumas questões, de forma a avaliar relações de dependência. Aplicar-se-á o teste de Qui-Quadrado, χ^2 , para verificar se as variáveis são independentes, ou seja, se as diferenças entre os valores observados e os valores esperados são estatisticamente significativas.

Na multivariada aplicar-se-á a análise em componentes principais (ACP), que consiste numa “técnica de análise exploratória multivariada que transforma um conjunto de variáveis correlacionadas num conjunto menor de variáveis independentes, combinações lineares das variáveis originais, designadas por ‘componentes principais’²⁶. É possível apresentar formalmente as combinações lineares de p variáveis originais correlacionadas em m componentes da seguinte forma²⁷;

$$\begin{aligned} CP_1 &= a_{11}X_1 + a_{21}X_2 + \dots + a_{p1}X_p \\ CP_2 &= a_{12}X_1 + a_{22}X_2 + \dots + a_{p2}X_p \\ &\dots \\ CP_m &= a_{1m}X_1 + a_{2m}X_2 + \dots + a_{pm}X_p \end{aligned}$$

²⁶ Maroco, 2003

²⁷ Reis, 1997

As componentes principais são calculadas para que a primeira explique o máximo possível da variância dos dados originais, a segunda o máximo possível da variância ainda não explicada pela primeira e assim sucessivamente. Desta forma, a última componente principal será a que menor contribuição apresenta para a explicação da variância total dos dados originais.

O objectivo da análise em componentes principais “não é explicar as correlações entre as variáveis mas apenas encontrar funções matemáticas entre as variáveis iniciais que expliquem o máximo possível da variação existente nos dados e os permitam descrever e reduzir”²⁸.

²⁸ Reis, 1997

Capítulo 4 – Análise e discussão de resultados

Este capítulo do trabalho baseia-se no inquérito realizado a partir do questionário descrito no Capítulo 3. Os quadros contendo a informação que suporta os resultados aqui apresentados encontram-se nos anexos VI, VII e VIII.

A análise subdivide-se em univariada, bivariada e multivariada.

4.1 – Análise univariada

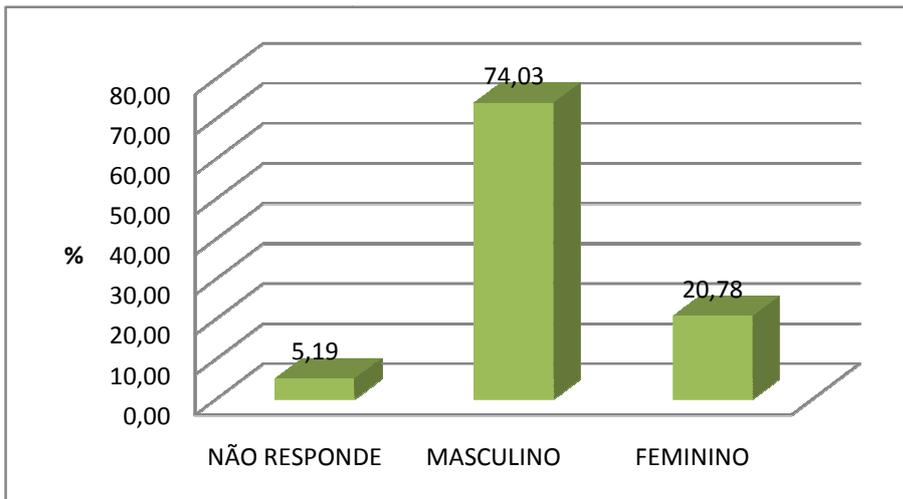
Nesta análise as questões foram divididas por capítulos e utilizadas medidas estatísticas como a percentagem de respostas, e no caso de valores quantitativos foram calculados a Média, Mediana e Desvio Padrão conforme referido anteriormente.

4.1.1 - Caracterização do produtor

Neste grupo foram analisadas as quatro questões colocadas, tendo-se obtido em todas elas um grau de resposta superior a 90%. Os resultados são expressos em valores percentuais.

Conforme gráfico 24, a maioria dos produtores é do sexo masculino (74,03%), o que está de acordo com o panorama da agricultura portuguesa na predominância a nível de titulares de explorações agrícolas. Ainda assim é importante salientar que mais de 20% dos produtores em agricultura biológica são do sexo feminino, o que significa uma grande adesão das mulheres ao MPB. De referir ainda que é corrente várias pessoas na mesma família (Pai, Mãe e Filhos) terem uma exploração em seu nome, ou seja, divide-se a propriedade pelos vários membros da família mas em certos casos mantém-se a gestão e o trabalho sob responsabilidade de apenas um dos elementos da família.

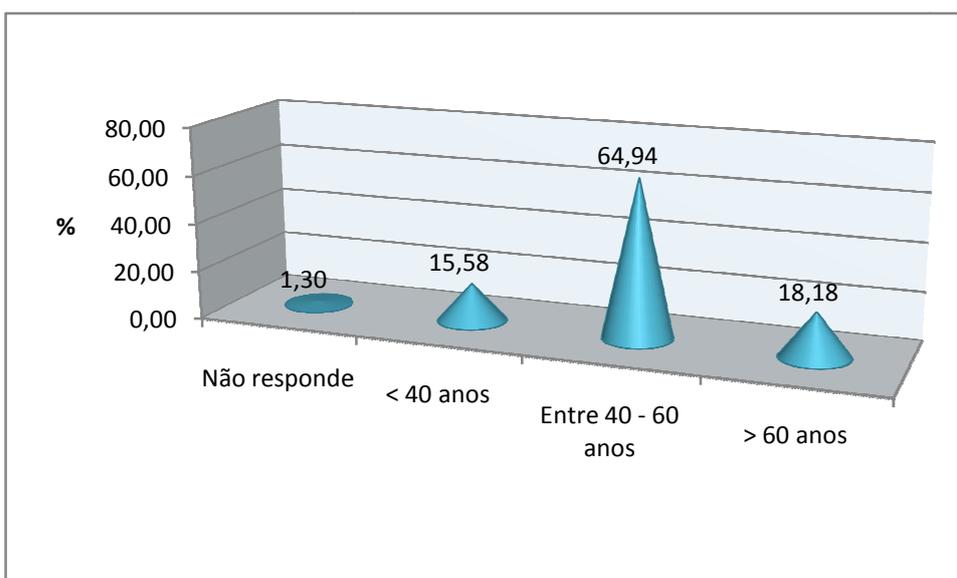
Gráfico 24 – Questão 1.1 - Sexo



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

No caso da idade (gráfico 25) é importante salientar que a maior percentagem de produtores se inclui no escalão entre os 40 e 60 anos, com quase 65% dos casos. Nesta questão é de referir que comparando com a idade média dos produtores agro-pecuários portugueses existe um apreciável número de agricultores com produção animal em MPB com idade inferior a 40 anos (mais de 15%), o que indicia uma maior apetência dos jovens agricultores para estes modos de produção alternativos.

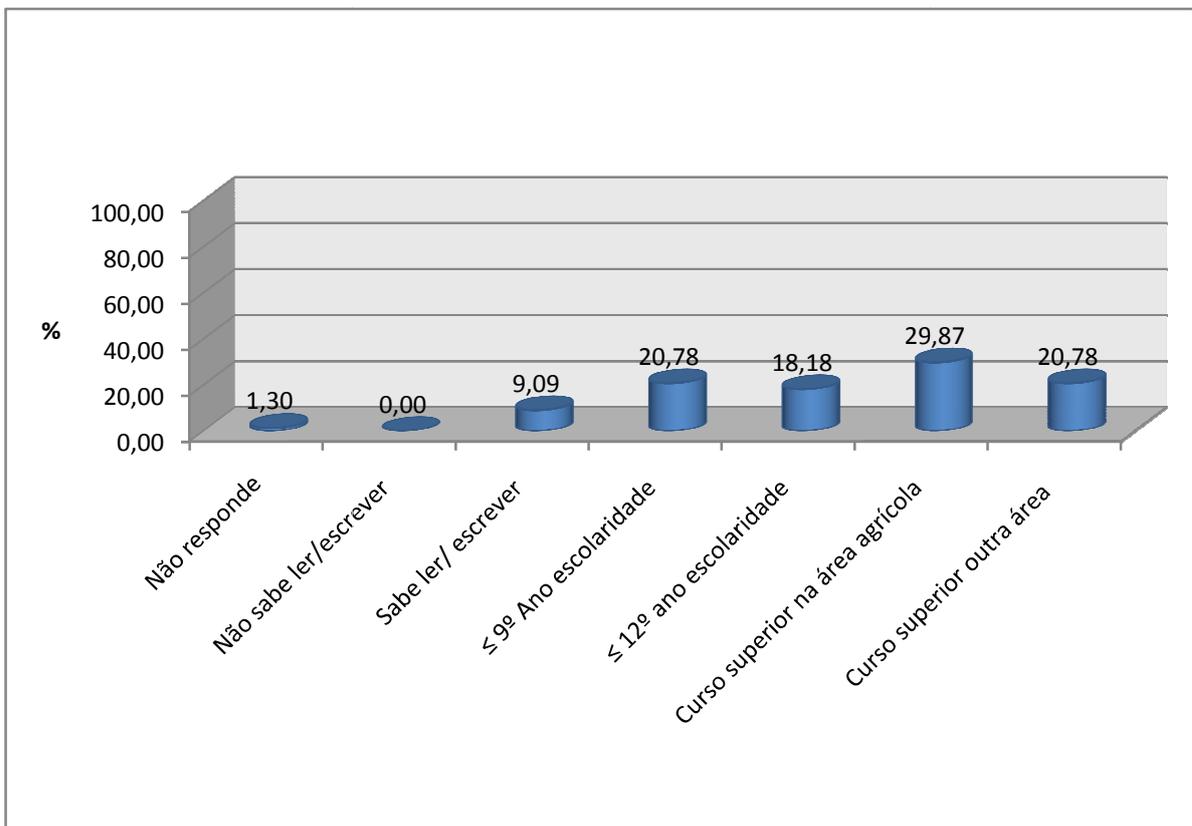
Gráfico 25 - Questão 1.2 - Idade



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

No seguimento da questão anterior, além de mais jovens as pessoas que praticam este modo de produção também têm em regra maior formação académica; relativamente aos respondentes ao questionário mais de 50% têm formação superior (gráfico 26), sendo residual (menos de 10%) os produtores sem escolaridade. De referir que nos apoios agro-ambientais e na própria certificação (necessária para se considerar um produtor biológico), a exigência em documentos que são obrigados a possuir e atualizar obriga a que quem produz nestes modos de produção tenha capacidade para acompanhar e gerir assuntos administrativos.

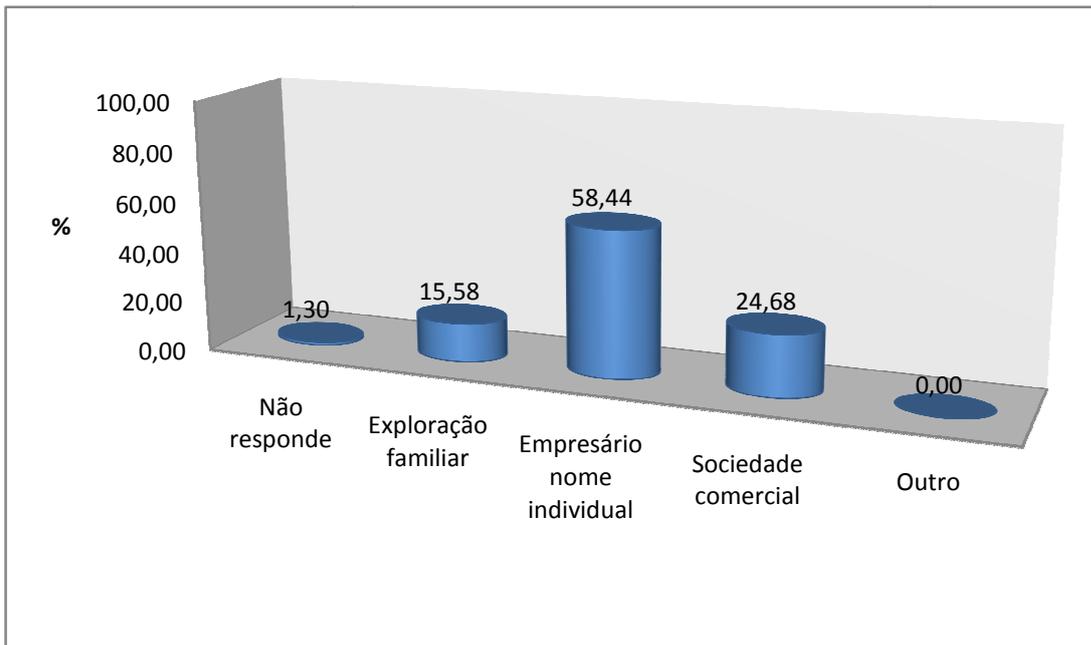
Gráfico 26 – Questão 1.3 - Instrução



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Relativamente ao tipo de exploração o inquérito mostrou que a larga maioria corresponde a empresas (gráfico 27), sendo quase 60% empresários em nome individual e 25% sociedades. De salientar que as pequenas explorações familiares correspondem apenas a cerca de 15% do total. Estes dados vêm mostrar que para este tipo de agricultura existe já alguma profissionalização.

Gráfico 27 – Questão 1.4 – Tipo de Exploração



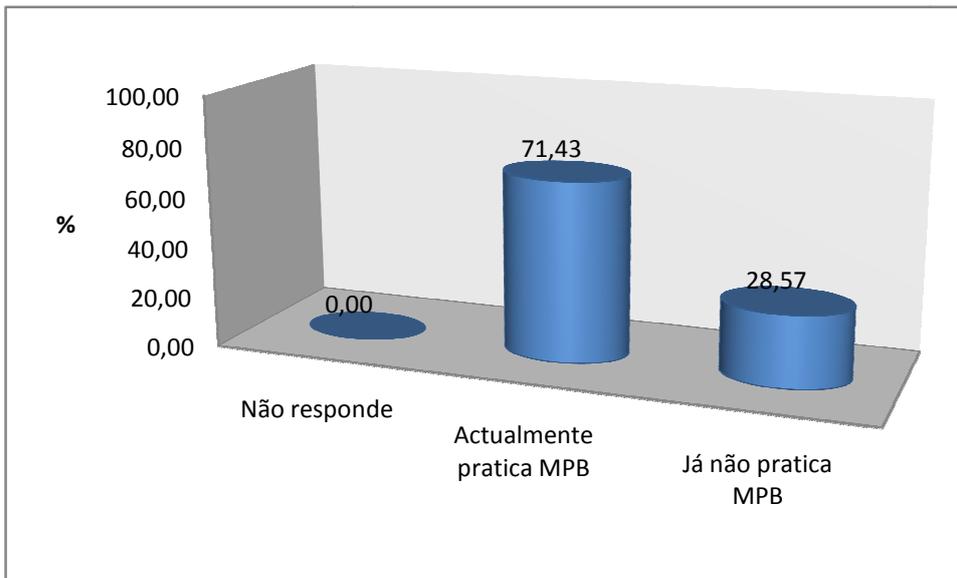
Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

4.1.2 – Exploração em Modo de Produção Biológico

Neste conjunto de questões foi obtida uma taxa de resposta sempre superior a 89% dos inquéritos respondidos, podendo-se aferir da situação da exploração relativamente ao MPB.

Na primeira questão, e de acordo com a análise do gráfico28, 55 continuam a praticar este modo de produção (cerca de 70% das respostas obtidas), tendo apenas 22 já desistido (de referir que o universo a quem foi realizado o inquérito compreendia todos os produtores que fazem ou já alguma vez tivessem produzido em MPB).

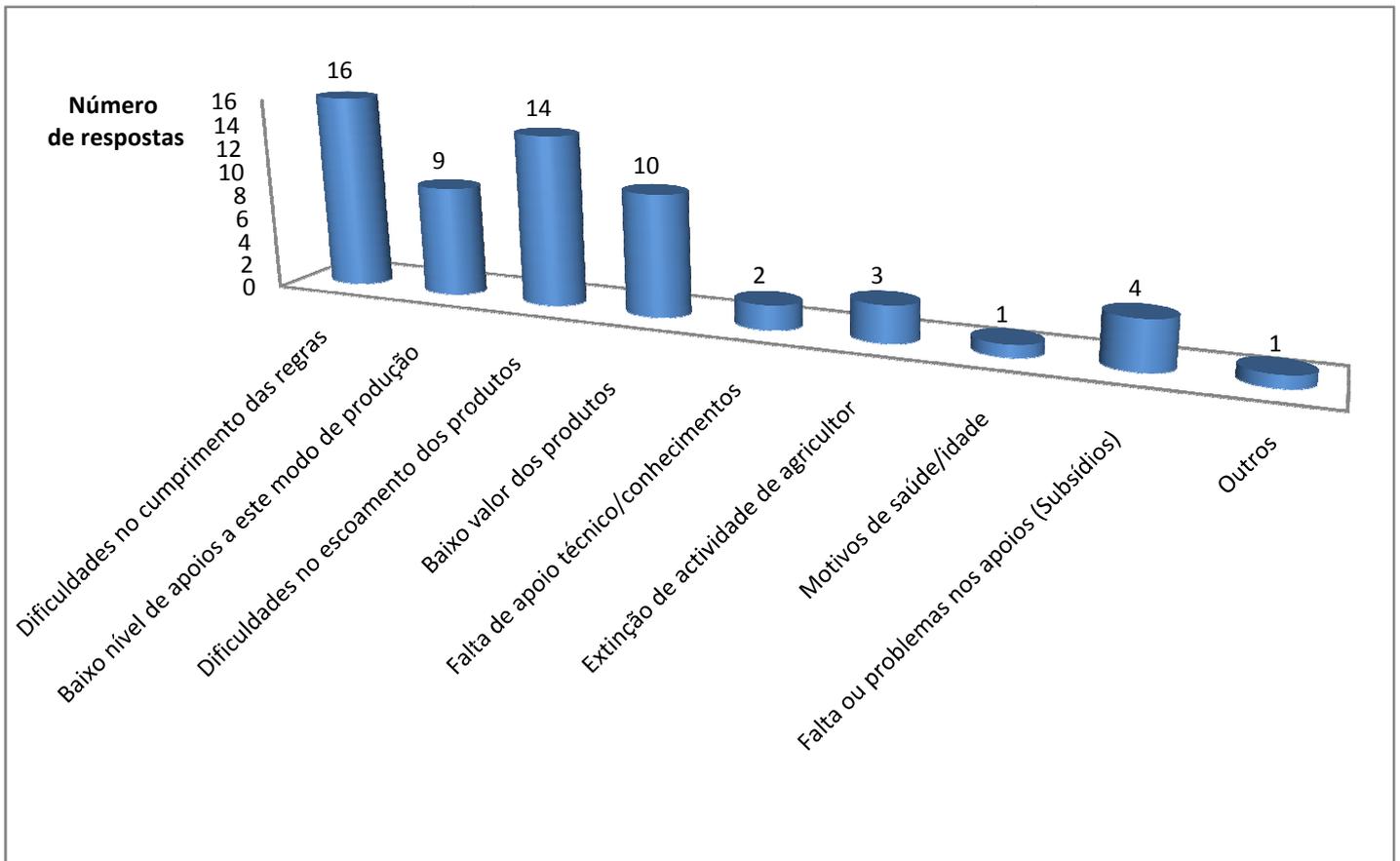
Gráfico 28 – Questão 2.1 – Situação da Exploração



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Aos produtores que responderam terem desistido era perguntado quais os motivos da desistência, pedindo até três razões por ordem decrescente de importância. Constatou-se aquando da análise dos dados que os produtores não compreenderam bem esta questão, tendo-se optado por fazer o somatório de todas as hipóteses de resposta escolhidas pelos produtores. A maioria referiu como motivos principais dificuldades no cumprimento das regras e no escoamento dos produtos. Logo a seguir referem o baixo valor dos produtos e o baixo nível de apoios a este modo de produção. De referir ainda os casos de três produtores que deixaram a actividade de agricultor e quatro que tiveram problemas na atribuição de subsídios (gráfico 29).

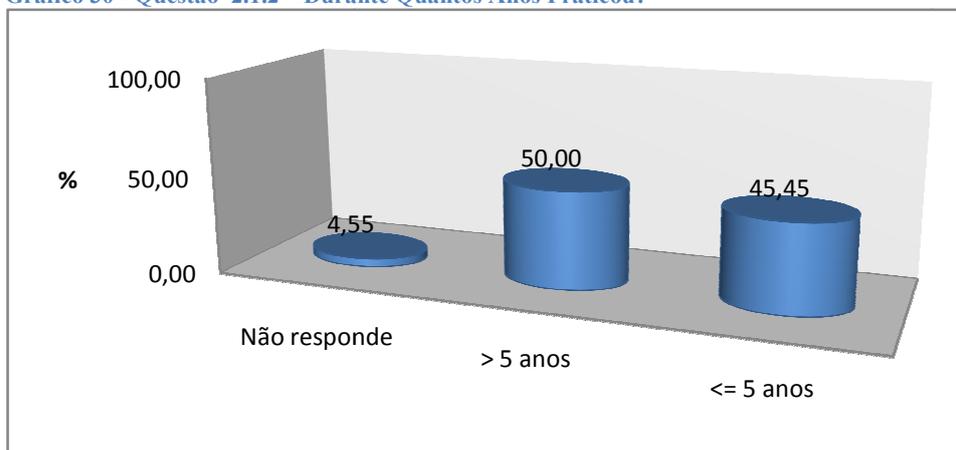
Gráfico 29 – Questão 2.1.1 – Motivos da Desistência



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Relativamente ao número de anos que os produtores que declararam já ter desistido se mantiveram neste modo de produção (gráfico 30), foi constatado que a maioria (50%) respondeu ter-se mantido mais que 5 anos, tendo 45% respondido menos de 5 anos.

Gráfico 30 - Questão 2.1.2 – Durante Quantos Anos Praticou?

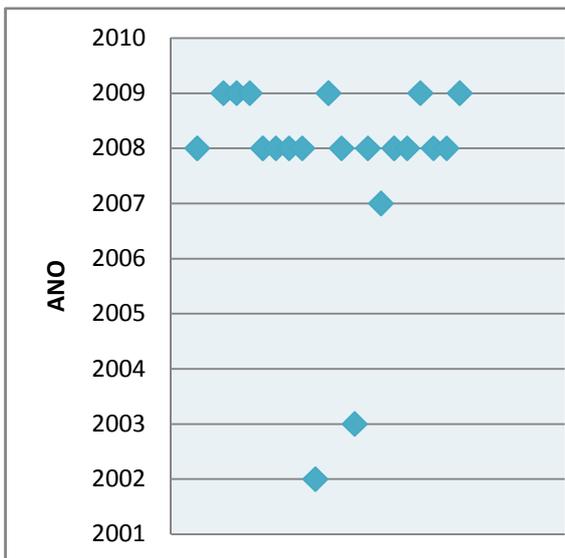


Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Dos 22 produtores que desistiram do MPB foi apurado que metade (considerando ainda 2 que não responderam à questão) desistiu no ano de 2008, e 6 (27,27%) no ano de 2009 (gráficos 31 e 32). Este facto não pode ser dissociado dos apoios agro-ambientais visto os compromissos de 5 anos referentes ao anterior quadro comunitário de apoios ter finalizado na maioria dos produtores nos anos referidos, ou seja, os produtores não se candidataram novamente aos apoios agro-ambientais relativos ao MPB.

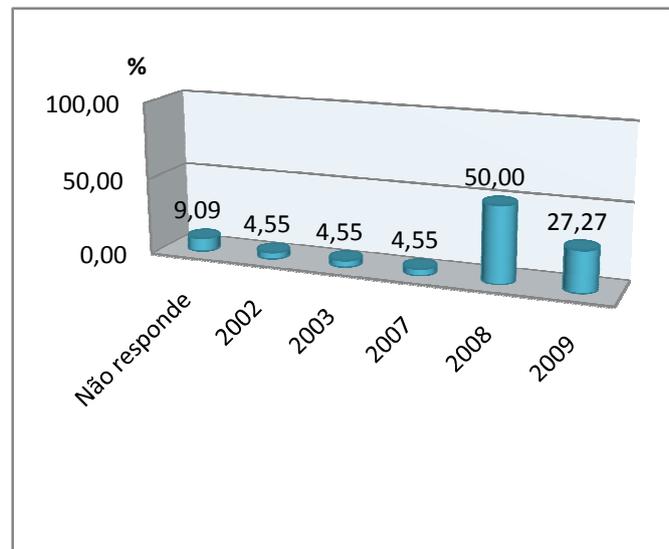
2.1.3 - EM QUE ANO DESISTIU

Gráfico 32 – Questão 2.1.3 – Em que ano desistiu?



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Gráfico 31 – Questão 2.1.3 – Em que ano desistiu?

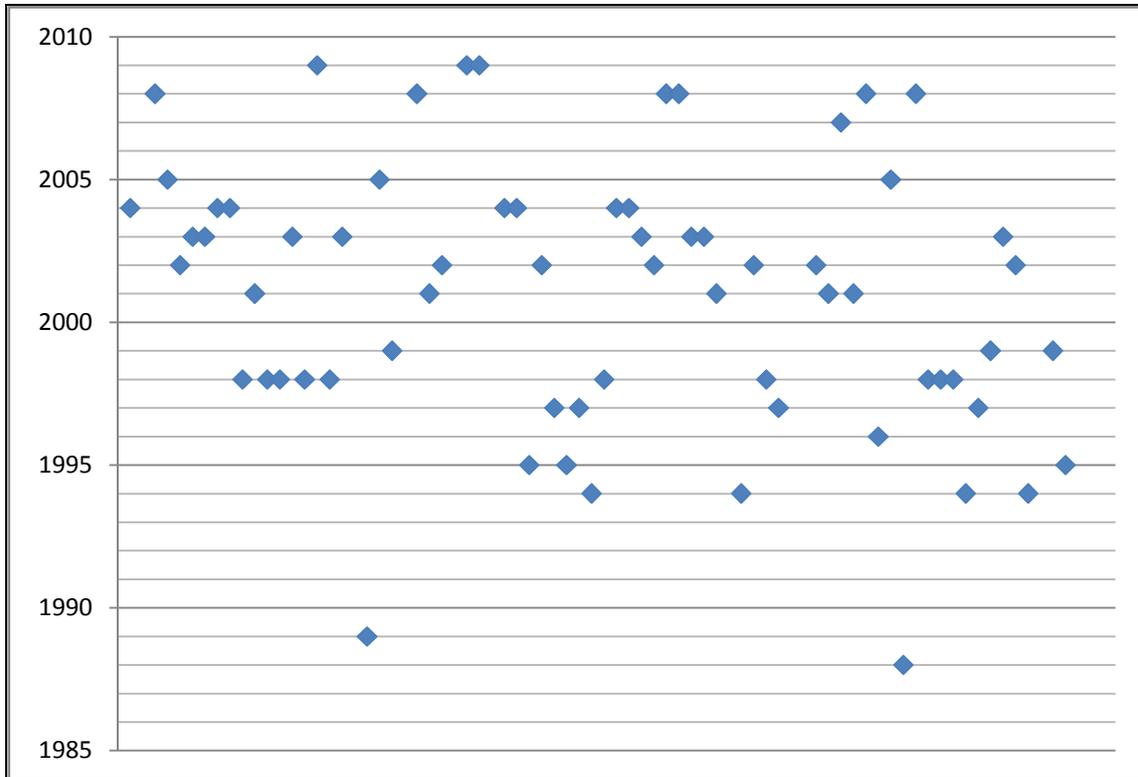


Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Relativamente ao ano de início neste modo de produção, dos 77 inquiridos responderam a esta questão 67 (87,01%), tendo-se constatado conforme é possível aferir do gráfico 33 que existiu uma grande adesão no ano de 1998 e de 2001 a 2004. Este facto é também decorrente dos apoios agro-ambientais, visto estes apoios terem tido início em 1998. Outro facto significativo é da aprovação do (anterior) regulamento comunitário referente ao MPB produção animal (Regulamento CE nº 1804/99 de 19 de Julho) ter entrado em vigor em 2001 e o anterior QCA ter terminado em 2004 (em 2005

já não existiram candidaturas agro-ambientais aprovadas) logo este período foi profícuo em adesões por parte dos produtores pecuários a este modo de produção.

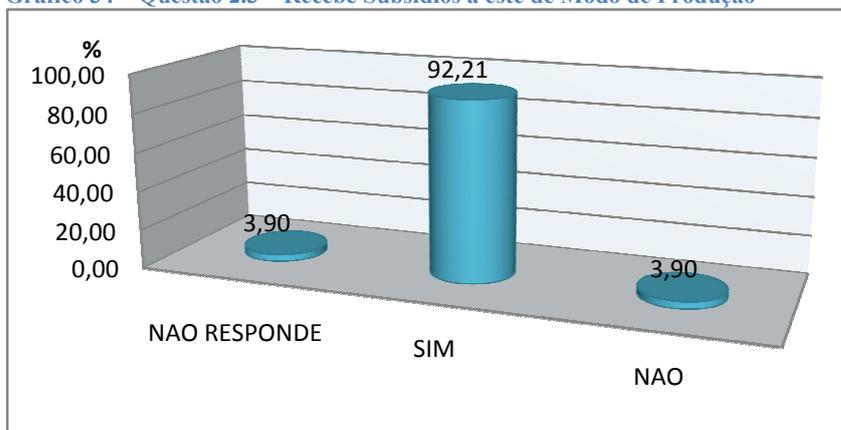
Gráfico 33 – Questão 2.2 – Ano de início do MPB



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

No que se refere à questão dos subsídios recebidos (gráfico 34), só três responderam negativamente a esta questão (3,90%).

Gráfico 34 – Questão 2.3 – Recebe Subsídios a este de Modo de Produção

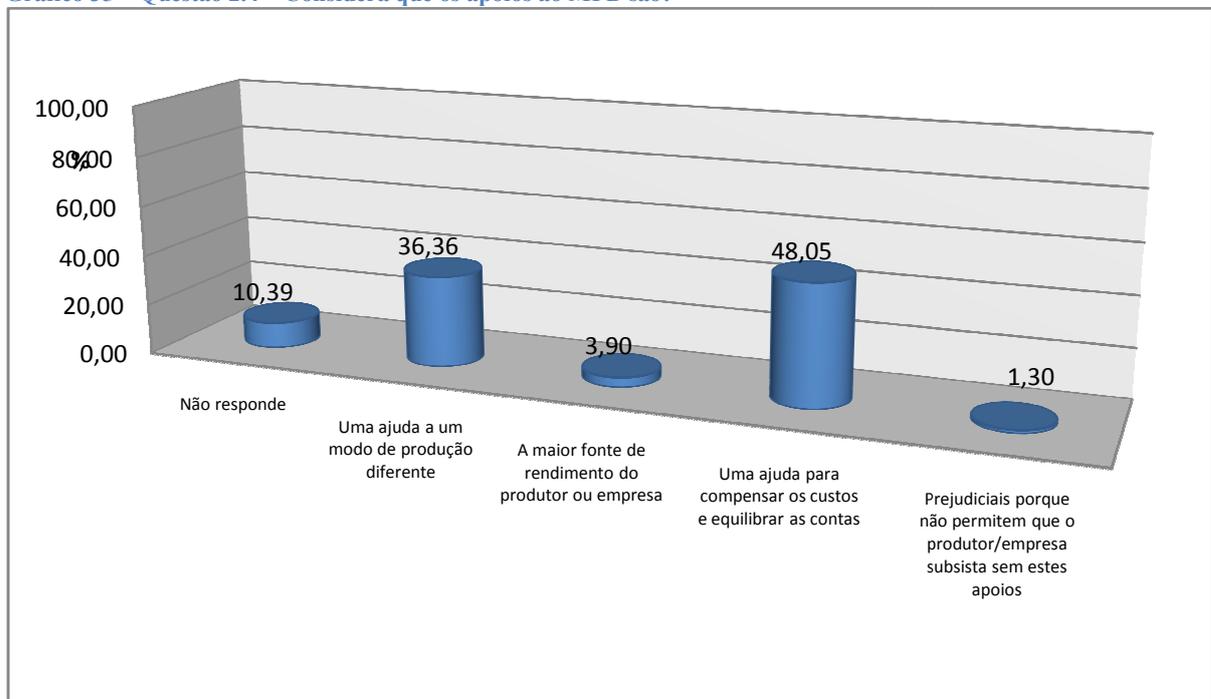


Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Ainda relativamente aos apoios que são atribuídos perguntou-se qual a melhor definição que lhes atribuem (gráfico 35). Quase metade dos produtores considera que os apoios financeiros são uma ajuda para compensar os custos deste modo de produção e equilibrar as contas. Dos restantes cerca de 36% considera que são uma ajuda a um modo de produção diferente e 3,9% considera os apoios a maior fonte de rendimento da exploração. De referir ainda uma percentagem residual (1,3%) considera que são prejudiciais porque não permitem a subsistência das explorações sem estes apoios.

A análise deste gráfico permite aferir da importância e necessidade destes apoios nas explorações em MPB.

Gráfico 35 – Questão 2.4 – Considera que os apoios ao MPB são?



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

4.1.3 – Recursos humanos

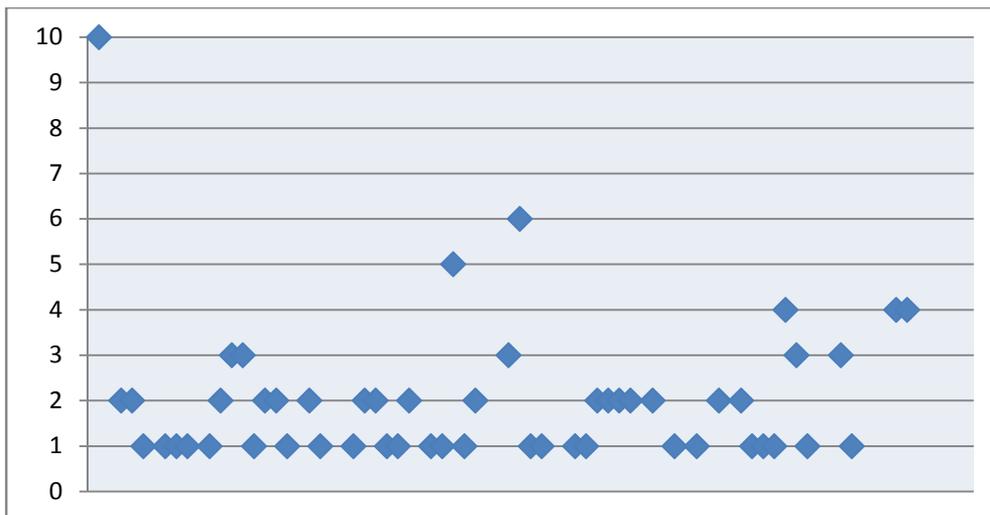
Neste conjunto de questões caracteriza-se o factor trabalho afecto a cada exploração/empresa a tempo inteiro ou tempo parcial (ou sazonal), bem como a experiência que possuem nesta área.

Além dos gráficos que nos permitem visualizar de forma rápida qual é a situação geral deste modo de produção foram obtidos os valores médios, a mediana e o desvio padrão, encontrando-se os dados apurados registados no Anexo VI.

Na questão do número de trabalhadores permanentes (gráfico 36) foi obtida uma taxa de resposta de 68,8% referente a 53 respostas válidas dos 77 inquéritos. As respostas mais obtidas foram 1 (32,47% dos 77 inquéritos) ou 2 (22,08%) trabalhadores, existindo respostas muito diferentes como 10, 6 ou 5 trabalhadores permanentes. Relativamente aos dados estatísticos a média apurada foi 2,02 trabalhadores, a mediana obtida foi 2,00 e o desvio padrão é 1,59.

Da análise destes dados constata-se que em regra o número de trabalhadores permanentes é baixo, principalmente para reduzir os custos de exploração.

Gráfico 36 – Questão 3.1.1 – Número de Trabalhadores Permanentes



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

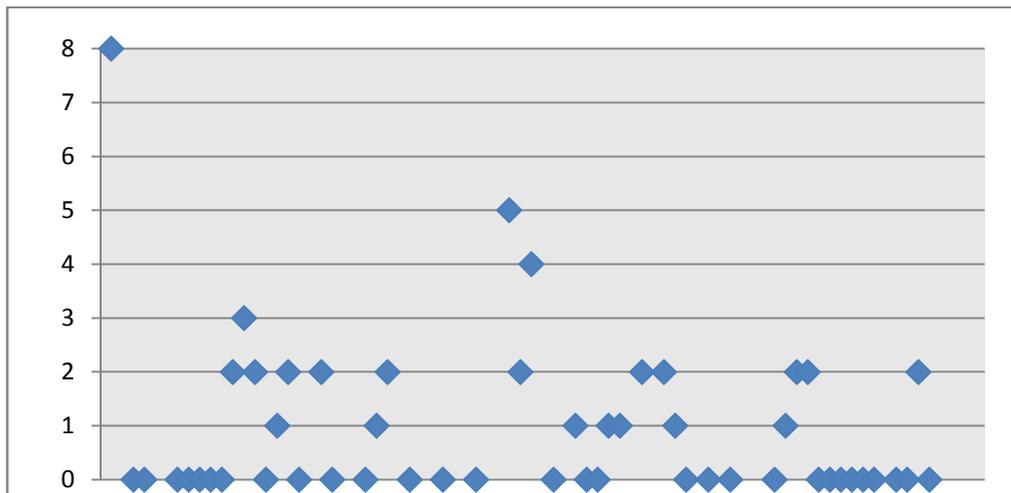
Quando se excluem os proprietários as respostas são diferentes (gráfico 37). Nesta questão foram obtidas apenas 52 respostas válidas (67,53% do total dos 77 inquéritos) tendo-se constatado que 38,96% (dos 77 inquéritos) respondeu que não tem trabalhadores permanentes com exceção dos proprietários, 9,09% possui um trabalhador permanente e 14,29% tem 2 trabalhadores.

Relativamente aos dados estatísticos a média nesta questão é 0,94, a mediana apurada é 0 e o desvio padrão é 1,53 o que indica que se excluirmos os valores

marginais referentes a explorações com 4, 5 ou 8 trabalhadores permanentes além dos proprietários, a média desce significativamente.

Da análise desta questão constata-se que na grande maioria das explorações a única fonte de trabalho permanente são os proprietários.

Gráfico 37 – Questão 3.1.2 – Número de Trabalhadores Permanentes (excepto proprietários)

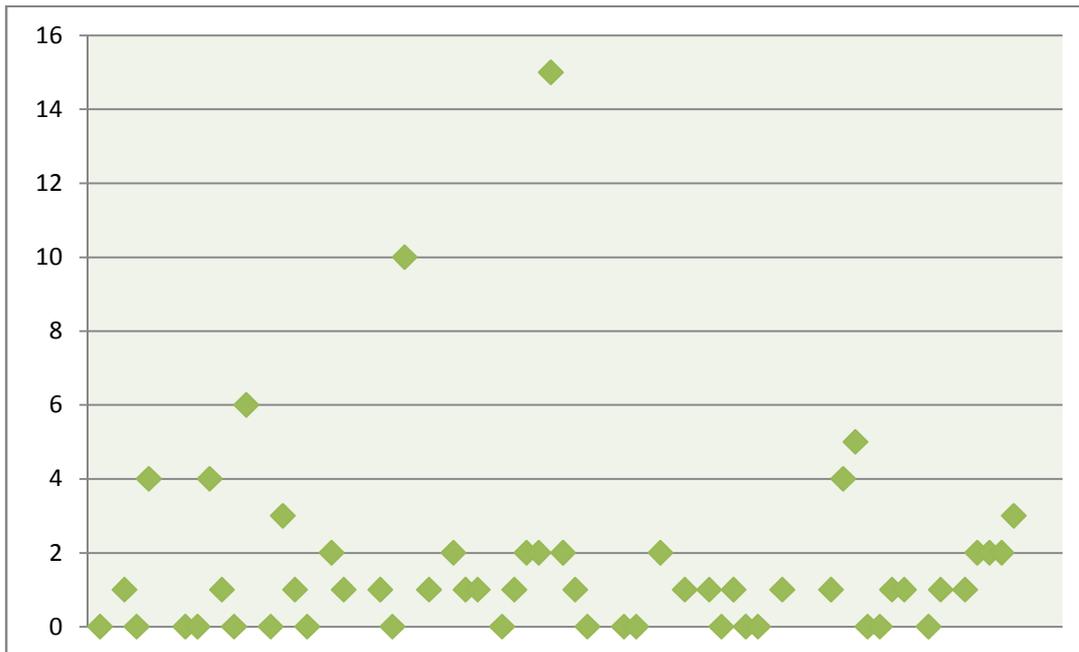


Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Quanto ao número de trabalhadores a tempo parcial (gráfico38) foram obtidas 55 respostas válidas nos 77 inquéritos respondidos correspondendo a uma taxa superior a 70%. Assim da análise do gráfico constata-se que existem algumas respostas marginais, com 6, 10 ou 16 trabalhadores, mas a maioria das explorações neste modo de produção possui 2 (24,68% dos 77 inquéritos), 1 (11,69%) ou mesmo nenhum trabalhador temporário (23,38%).

Quanto aos dados estatísticos obtidos nesta questão, a média foi 1,65, a mediana 1,00 e o desvio padrão obtido foi 1,31.

Gráfico 38 – Questão 3.1.3 – Número de Trabalhadores a Tempo Parcial



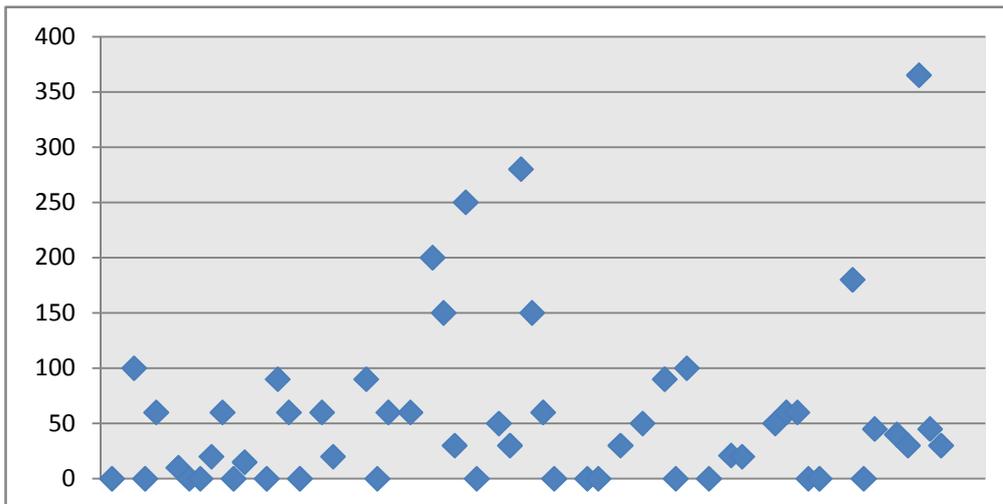
Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Na questão “Número de dias (médio) de trabalho de cada trabalhador temporário por ano” (gráfico 39), foi obtida uma taxa de resposta de 71,43% (55 respostas válidas em 77 inquéritos).

Da análise do gráfico constata-se que a média de dias de trabalho por ano é baixa, sendo de 18% com menos de 50 dias, 22% entre 50 e 150 dias e 9% mais de 149 dias de trabalho/ano. De referir ainda que 22% dos inquiridos não tem trabalhadores temporários.

No que se refere aos dados estatísticos, a média apurada é 56,75, a mediana é 30 (diminui bastante relativamente à média visto existirem alguns valores marginais e completamente díspares relativamente à média apurada), e o desvio padrão é 75,86.

Gráfico 39 – Questão 3.1.4 – Média de Dias de Trabalho/Ano



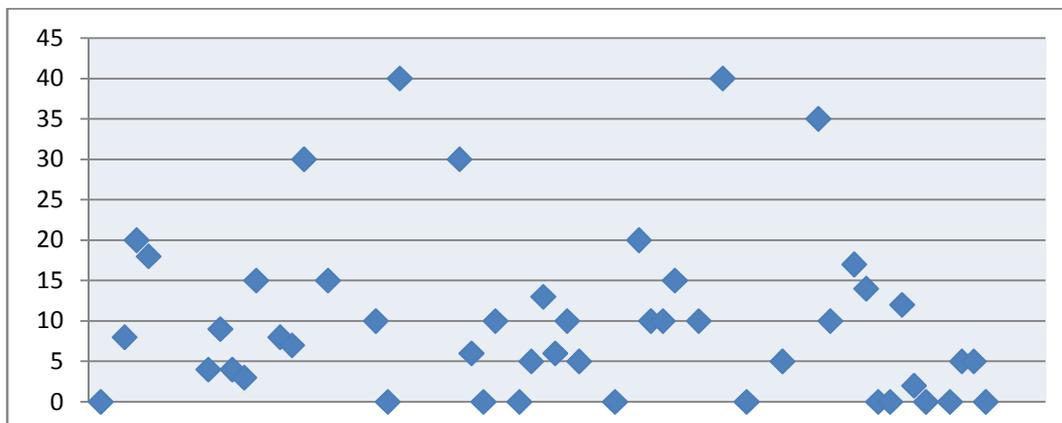
Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

No que se refere à questão “Número médio de anos de experiência (nesta área) dos trabalhadores permanentes” (gráfico 40) a taxa de resposta obtida foi 62,34% correspondendo a 48 respostas válidas dos 77 inquéritos.

Da análise do gráfico constata-se uma dispersão muito grande neste item, tendo no entanto a maioria dos trabalhadores menos de 20 anos de experiência nesta área. Assim, sem experiência a percentagem de respostas foi de cerca de 14%, menos de 10 anos 29%, entre 10 e 20 anos 13%, e finalmente com mais de 20 anos apenas 6% de respostas.

Relativamente aos dados estatísticos, a média apurada é 10,13, a mediana é 8, e o desvio padrão obtido foi 10,42.

Gráfico 40 – Questão 3.1.5 - Média de Anos de Experiência dos Trabalhadores Permanentes



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

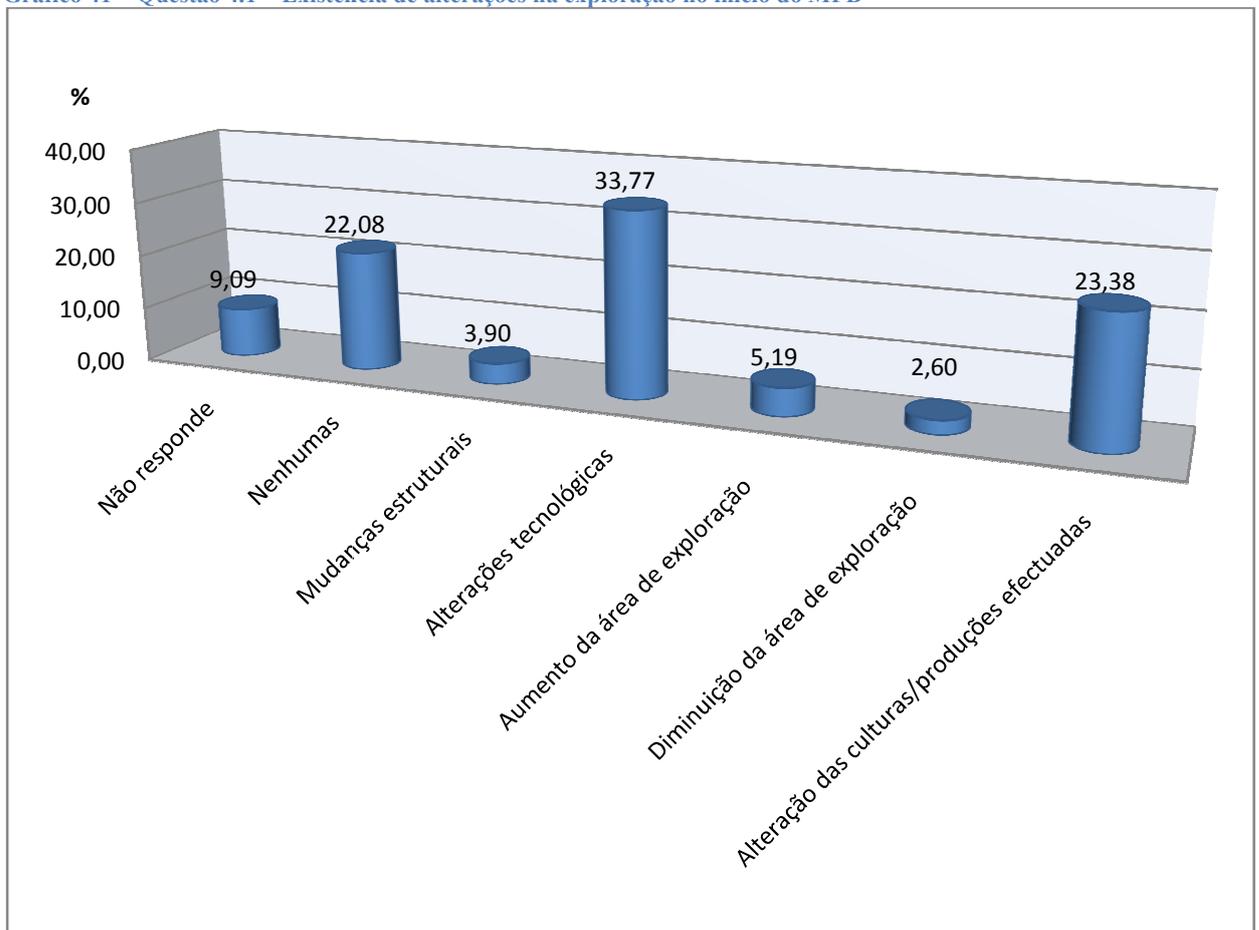
4.1.4 – Características da exploração em MPB

Quanto às características em termos de áreas, bem como alterações introduzidas na exploração quando foi iniciada a conversão para este modo de produção, foi obtida uma taxa de resposta bastante elevada, entre 85 e 90% de respostas válidas relativamente aos 77 inquéritos.

Relativamente às principais alterações ocorridas nas explorações quando do início da prática deste modo de produção (gráfico 41) foram obtidas 70 respostas válidas, apenas 7 produtores dos 77 inquéritos não reponderam a esta questão (9%).

Foi assim constatado que as alterações ocorridas mais frequentemente foram alterações tecnológicas (alteração de métodos e práticas culturais), com 34%, e alteração de culturas/produções efectuadas (23%). Importante ainda salientar que mais de 20% dos 77 inquiridos referiu não ter efectuado qualquer alteração.

Gráfico 41 – Questão 4.1 – Existência de alterações na exploração no início do MPB

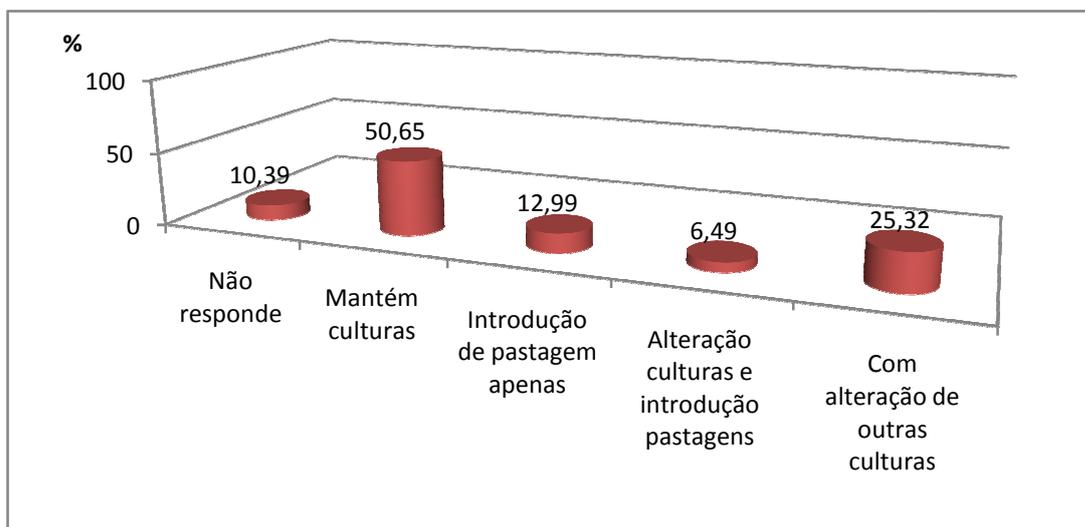


Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Quanto às alterações de ocupação cultural das explorações por motivo da adesão ao MPB (gráfico 42), foram obtidas 69 respostas válidas (cerca de 90%), constatando-se que na maioria dos casos (51%) as culturas foram mantidas, e que a percentagem de produtores que iniciaram a exploração com pastagens ou os que alteraram outras culturas para pastagens é baixa (13% e 6% respectivamente).

Esta situação (em conjunto com a questão anterior) permite afirmar que os produtores que iniciam este modo de produção certificado já realizam esse tipo de práticas culturais anteriormente, ou seja, é relativamente simples a conversão para este modo de produção visto não carecer de grandes alterações.

Gráfico 42 – Questão 4.2 – Culturas Efectuadas na Exploração Antes e Depois de Iniciar MPB



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

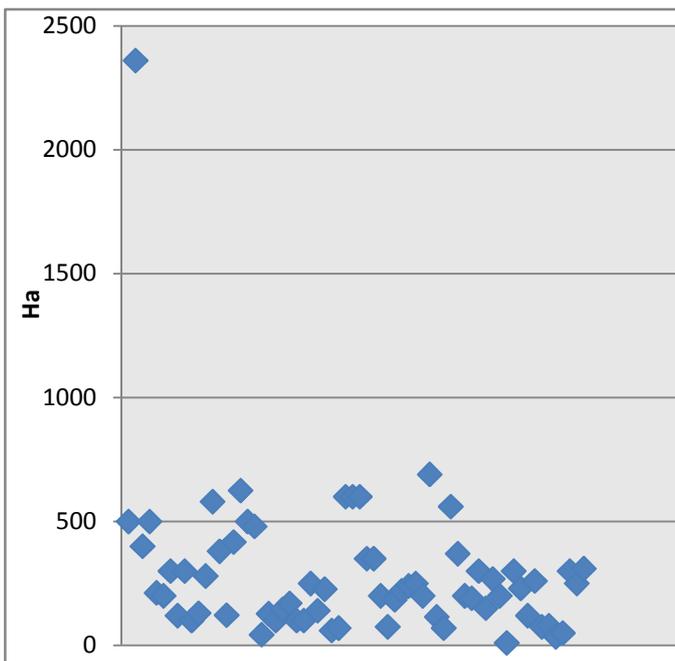
No que se refere à questão da área explorada, foram consideradas 66 respostas válidas (85,71%), tendo-se constatado que neste modo de produção, e para esta região, a maioria das explorações se encontram no escalão entre 100 e 300 ha (42%), 17% no escalão entre os 300-500 ha e 14% com mais de 500 ha. De referir ainda que apenas 13% das explorações têm menos de 100 ha.

Da análise destes dados (gráficos 43 e 44) conclui-se que as explorações são de média/grande dimensão, o que é compatível com os sistemas tradicionais de extensivo, característicos desta região e deste modo de produção.

Relativamente aos dados estatísticos, verifica-se que a área média da explorada é de 288.5 ha, e que a mediana apresenta um valor bastante inferior (devido essencialmente a uma exploração com uma área muito dispare relativamente às restantes) de 223.5 ha. Quanto ao desvio-padrão apresenta o valor de 310.07 ha.

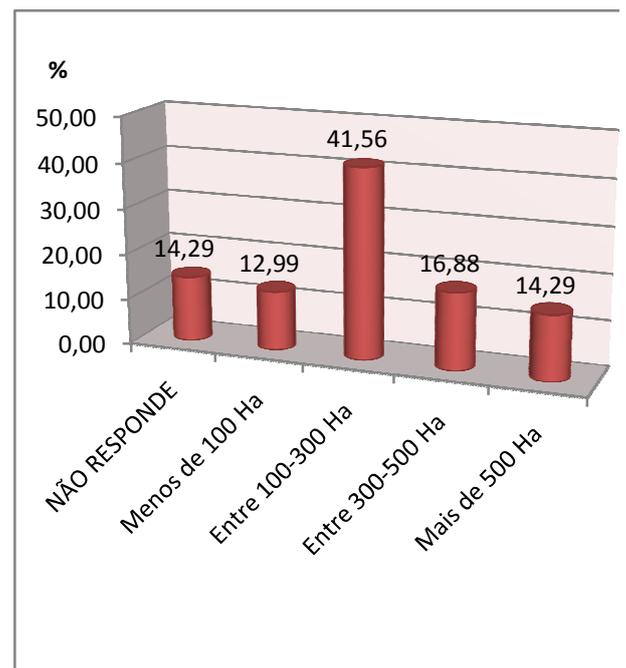
4.3 - DIMENSAO DA EXPLORACÃO (SAU)

Gráfico 44 – Questão 4.3 – Dimensão da Exploração



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Gráfico 43 - Questão 4.3 – Dimensão da Exploração



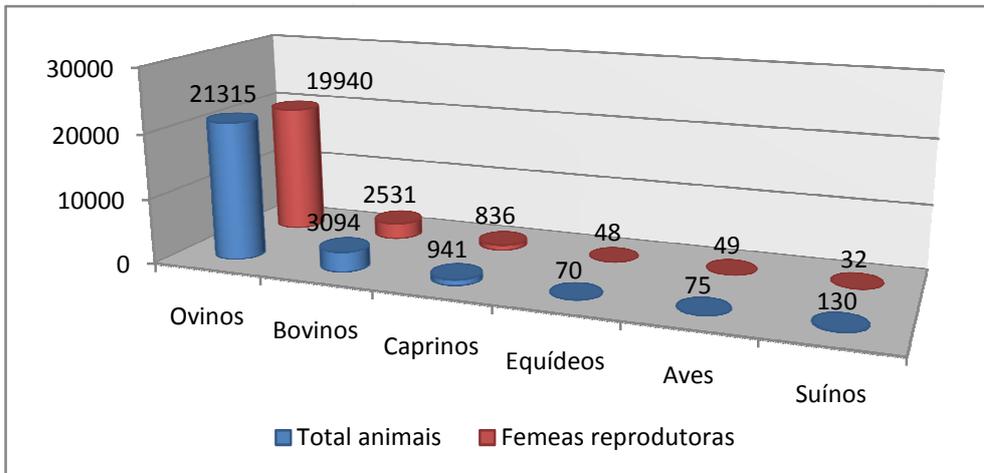
Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

4.1.5 – Produção animal

Na questão relativa ao número de animais foi obtida uma taxa de resposta de 92.21% (71 respostas válidas).

Relativamente ao número e espécie de animais (gráfico 45), foi constatado que os ovinos são a espécie dominante, com 19.940 fêmeas reprodutoras nos produtores inquiridos, seguindo-se os bovinos com cerca de 2500 vacas e os caprinos com 836 cabras. As restantes espécies são residuais, não tendo dimensão económica neste tipo de agricultura.

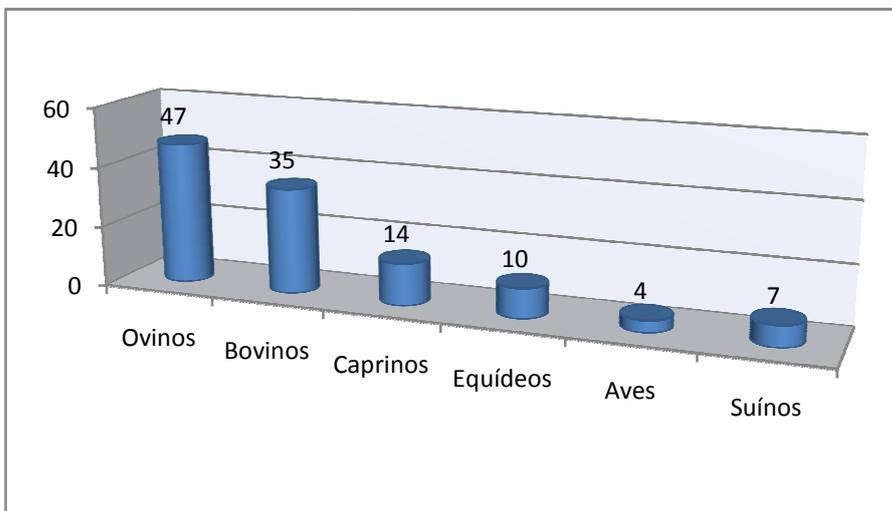
Gráfico 45 – Questão 5.1 – Número de Animais (Total e Reprodutoras)



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Relativamente ao número de produtores por espécie (gráfico 46) mantém-se a mesma ordem, sendo que alguns exploram duas ou mais espécies. Dos 71 inquiridos válidos 47 são produtores de ovinos, 35 produtores de bovinos e 14 produtores de caprinos.

Gráfico 46 – Número de Inquiridos que Explora cada uma das Espécies



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

No que se refere aos dados estatísticos (tabela 7) foi constatado que a média de reprodutoras por produtor (só foram considerados os produtores que exploram essa espécie) é de cerca de 425 no caso dos ovinos, 74 no caso dos bovinos e 67 no caso dos

caprinos, descendo bastante esses valores quando passamos a falar de mediana, significando isso que se excluirmos alguns valores muito diferentes da média os produtores possuem um encabeçamento médio baixo (a dimensão média das explorações já foi verificado anteriormente que é alta).

Esse facto comprova que este modo de produção, devido às restrições existentes referentes às regras definidas, implica que predomine um baixo encabeçamento nas explorações.

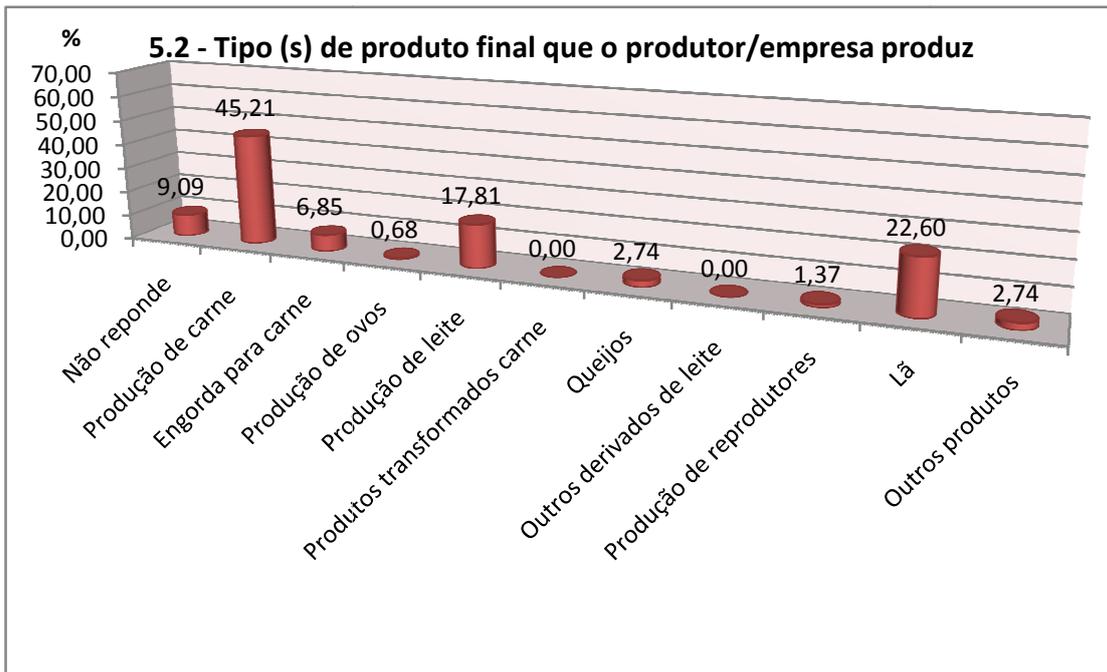
Tabela 7 - Dados Estatísticos Referentes ao Número de Animais

	Ovinos	Bovinos	Caprinos
MÉDIA (Total)	453,5	88,4	67,2
MEDIANA (total)	329,0	72,0	43,5
DESV PADRAO (total)	431,6	70,7	74,9
MÉDIA (reprodutoras)	424,3	74,2	67,2
MEDIANA (reprodutoras)	300,0	57,0	43,5
DESV PADRAO (reprodutoras)	414,2	59,6	74,9

Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

No que se refere à questão “5.2 - Tipo (s) de produto final que o produtor/empresa produz” os produtores escolheram uma ou mais opções (conforme a sua situação), tendo-se obtido uma taxa de reposta superior a 90%. Assim, cerca de 45% dos produtores exploram os animais para carne e apenas 18% para leite (gráfico 47). De referir que isto reflecte as produções típicas da região, a produção de borregos e a produção de leite. Importante ainda salientar que mais de 20% exploram lã, decorrente da significativa existência de ovinos, e que produtos tradicionais como os queijos são produzidos por menos de 3% dos inquiridos (devido à exigência das regras neste modo de produção), bem como produtos que poderiam ter alguma importância na região, como os transformados de carne ou outros derivados de leite não têm aderentes entre os inquiridos.

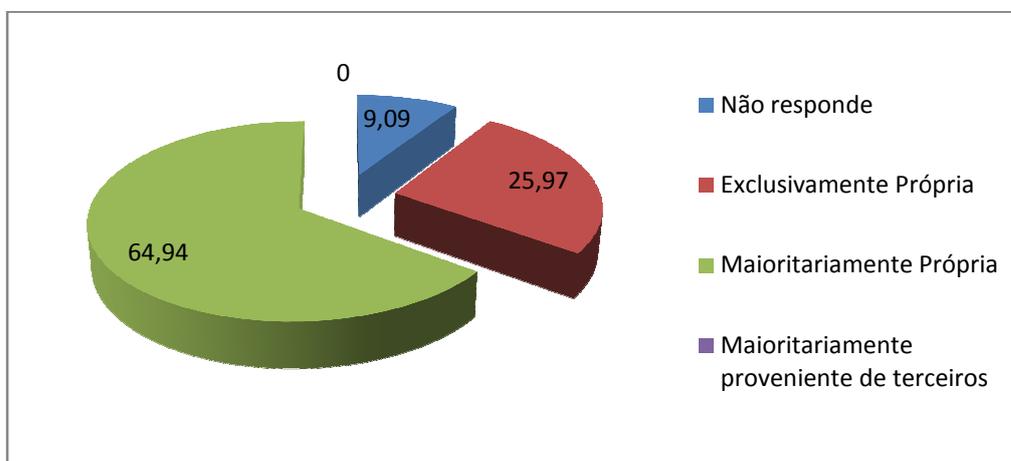
Gráfico 47 – Questão 5.2 – Tipo de Produto Final Produzido



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Relativamente à origem da alimentação, foi obtida uma taxa de resposta superior a 90% (gráfico 48), tendo-se constatado que na grande maioria dos produtores (65%) a alimentação é maioritariamente própria, sendo 26% os que utilizam apenas alimentação da própria exploração. De referir que, devido às exigências do regulamento e à dificuldade em se encontrar alimento biológico no mercado, nenhum produtor utiliza maioritariamente alimentação proveniente do exterior.

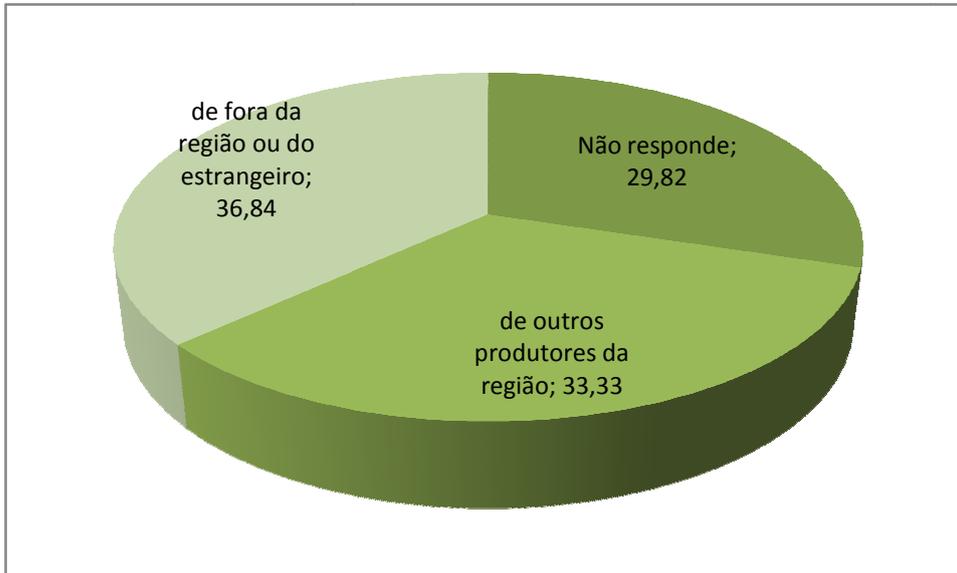
Gráfico 48 – Questão 5.3 – Origem da Alimentação dos Animais



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Dos produtores que adquirem alimentos próximo de metade fá-lo a agricultores da própria região (gráfico 49).

Gráfico 49 – Questão 5.3.1 - Se utiliza alimentação proveniente de terceiros, a origem dominante é:



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Relativamente à questão 5.4, referente às técnicas de produção que os produtores adoptam, encontram-se descritas no gráfico 50, tendo-se constatada uma taxa de resposta, consoante as questões, entre 74 e 89%.

Assim, no que se refere à utilização de raças autóctones conforme definido como preferencial no regulamento que rege este modo de produção, 35% utilizam estas raças e 42% não as utilizam. A inseminação artificial não é utilizada nos produtores desta região (sem qualquer resposta positiva nesta questão).

Relativamente à utilização de ração convencional, a mesma no regulamento é restringida, tendo a maioria dos produtores (57%) afirmado não as utilizar nunca, e 18% referir que tem que recorrer a estas em determinados períodos. Nas respostas acerca da utilização de ração certificada em MPB verifica-se que 55% não utilizam e apenas 22% recorrem a este tipo de rações em determinados períodos. Este facto é facilmente explicável pela dificuldade de acesso a este tipo de alimento específico e pelo elevado preço a que estas se encontram no mercado, no entanto dificulta o desenvolvimento deste modo na produção animal, visto em determinados anos e determinadas épocas do

ano os animais poderem necessitar de um apoio alimentar para que o produtor consiga obter um produto economicamente viável.

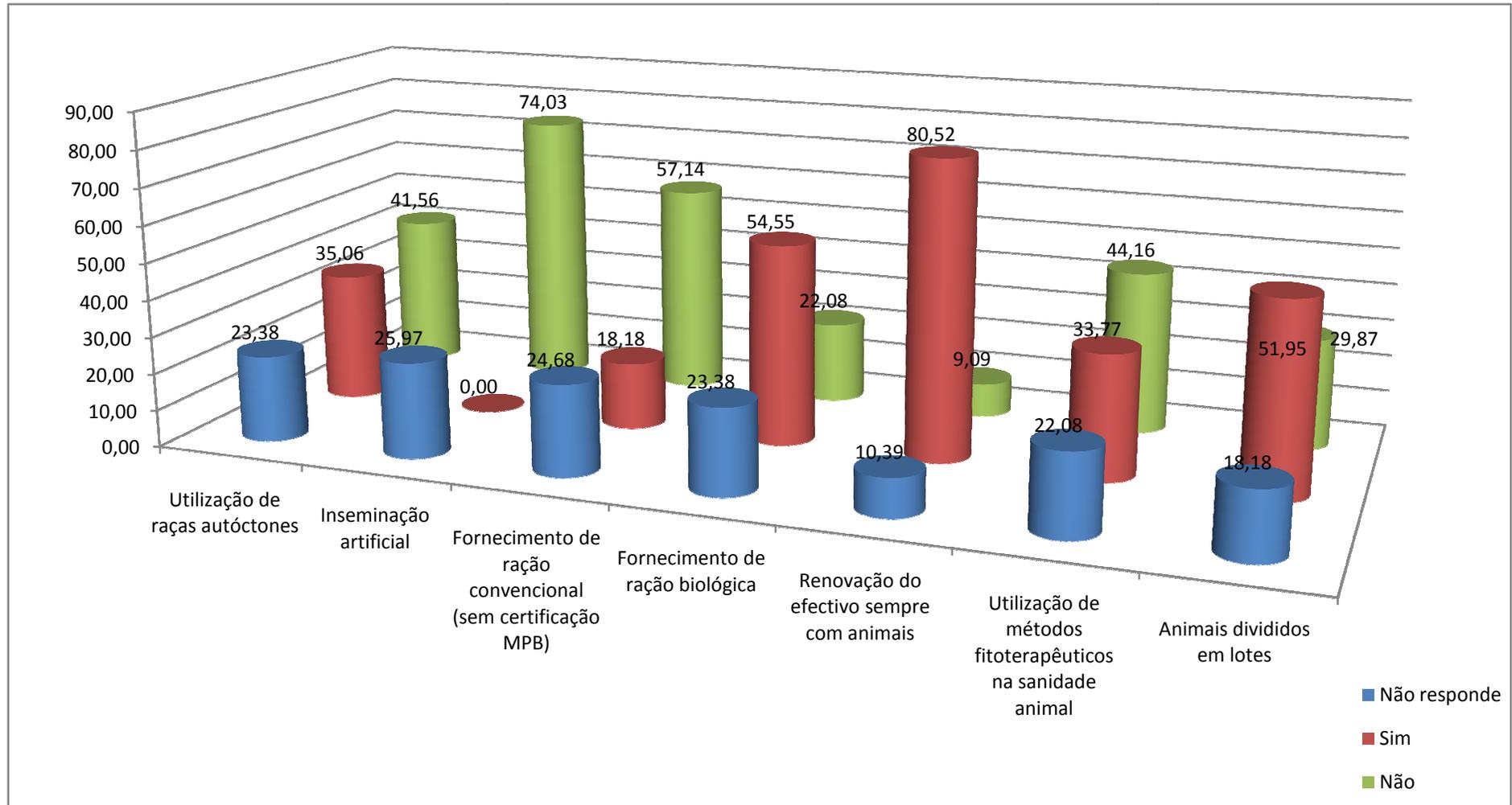
No que se refere à renovação do efectivo, em 81% dos casos esta é efectuada com recurso a animais próprios, tendo apenas 9% dos inquiridos afirmado que recorre a animais fora da exploração para renovar o efectivo. A utilização de métodos fitoterapêuticos ocorre em 34% das explorações, tendo 44% referido que não os utiliza. Finalmente na questão dos animais divididos em lotes a maioria dos inquiridos (52%) afirma utilizar esta técnica de produção, e apenas 30% não a utiliza.

Na questão 5.5 – “Dificuldades sentidas neste modo de produção”, foram obtidas taxas de resposta entre os 73 e os 88%, e na opção “não sabe”, inserida para o caso de os produtores não terem conhecimento objectivo acerca desta dificuldade, a percentagem de respostas (com excepção das questões “ausência de alternativas tecnológicas” e “ausência de técnicos especializados” que suscitaram mais dúvidas) é residual. Os resultados das respostas a estas questões encontram-se de forma fácil de observar no gráfico 51, e os dados encontram-se registados em anexo.

Assim, no que se refere às dificuldades sentidas foram qualificadas as seguintes:

- No cumprimento das regras ambientais (BCAA's) a que se encontram sujeitos, 47% referiu sentir dificuldades e apenas 35% respondeu não as sentir;
- Já no que se refere ao cumprimento das regras específicas deste modo de produção, a grande maioria dos inquiridos (70%) sente dificuldades no cumprimento dessas regras, tendo apenas 14% respondido não sentir essas dificuldades. Uma das razões para isso acontecer pode ser o facto de ser um regulamento muito extenso e complicado de cumprir na sua plenitude;
- Na ausência de alternativas tecnológicas, por exemplo alimentos ou produtos veterinários mais adaptados a este modo de produção, embora a taxa de respostas úteis tenha sido relativamente baixa, 35% dos inquiridos referiu dificuldades neste parâmetro, e apenas 22% não as sente;
- No que se refere à aquisição de alimentos para os animais criados neste modo de produção, 62% afirma sentir dificuldades, e 19% não as sente;

Gráfico 50 – Questão 5.4 – Técnicas de produção adoptadas

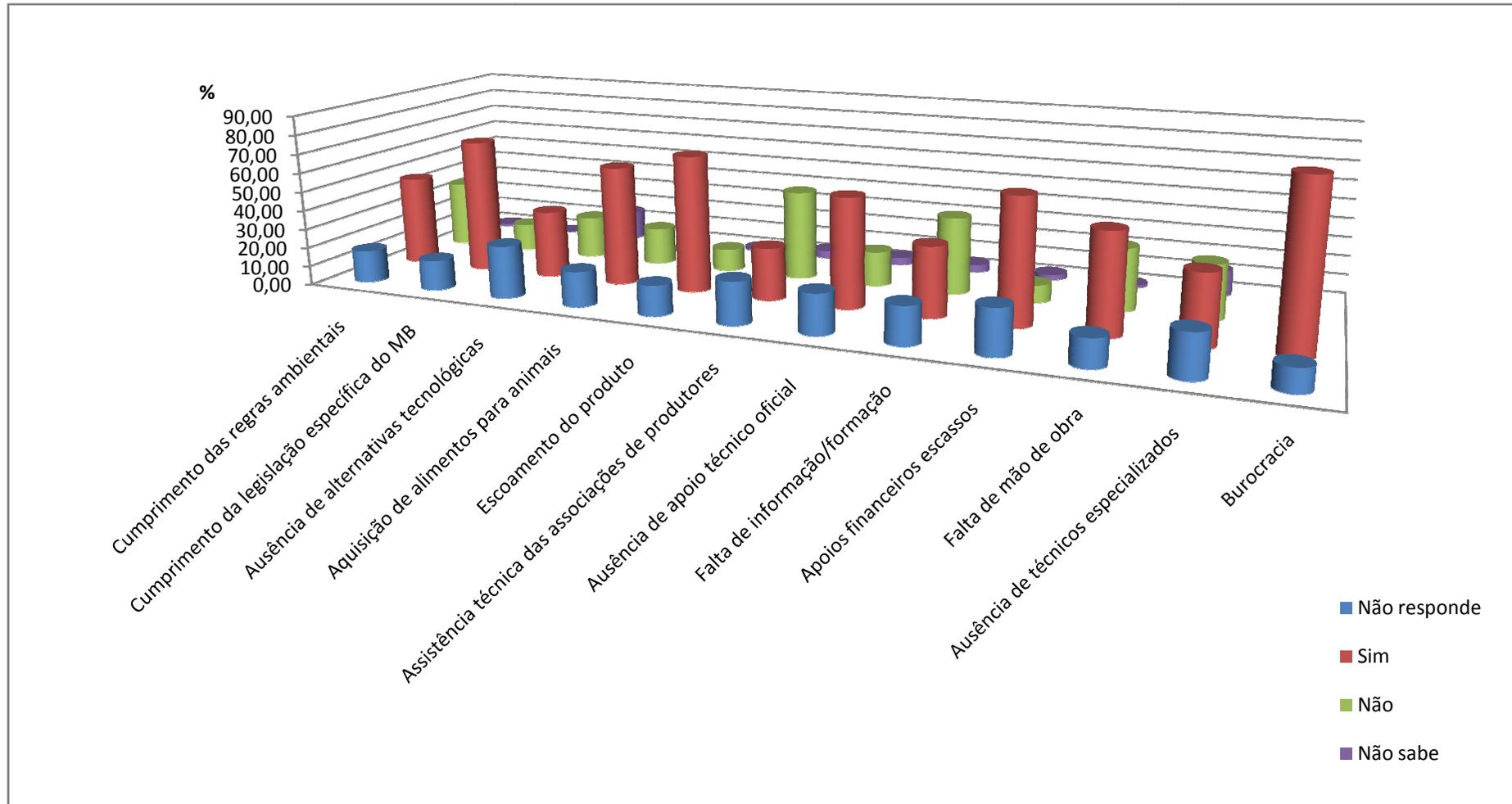


Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

- Já relativamente ao escoamento do produto, a percentagem de produtores que sente dificuldades é assinalável (71%), sendo apenas 12% os que não têm dificuldade no escoamento dos seus produtos;
- Na assistência técnica foi constatado que os produtores sentem mais dificuldades com a ausência de apoio técnico oficial (57% contra 18% que não o sentem) do que o apoio fornecido pelas associações de produtores, sendo que neste caso apenas 27% referem sentir dificuldades contra 47% que não as sentem;
- Quanto à falta de informação/formação dos produtores, as respostas dividem-se muito, tendo 36% referido sentir dificuldade e 40% não as sentir;
- Relativamente aos apoios financeiros e à mão-de-obra, a grande maioria considera que os apoios financeiros são escassos (65% contra 9% que não o sentem) e que existe falta de mão-de-obra (52% contra 32% que não considera existir falta de mão-de-obra);
- Relativamente à ausência de técnicos especializados neste modo de produção, 36% considera que estes não se encontram disponíveis no mercado de trabalho e 29% refere que não é por esse motivo que encontram dificuldades neste modo de produção;
- No entanto se falarmos da burocracia a que os produtores em MPB se encontram sujeitos, 84% dos produtores referem este facto como uma dificuldade no desenvolvimento deste modo de produção e que eles próprios sentem, tendo apenas 4% referido que não sentem essa dificuldade.

Assim, como conclusão foi constatado das respostas dos inquiridos que as maiores dificuldades reportadas foram a burocracia, o escoamento do produto e a dificuldade de cumprir as regras específicas deste modo de produção.

Gráfico 51 – Questão 5.5 - Dificuldades sentidas neste modo de produção



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

4.1.6 – Apoio técnico

Neste conjunto de questões tentou-se identificar os tipos de serviços prestados pelas associações aos produtores e o grau de satisfação destes relativamente a essas entidades.

Na questão “é associado de alguma associação de produtores?” as respostas foram claras tendo 83% dos inquiridos respondido que sim (gráfico 52), e apenas 9% refere não ser apoiado por qualquer associação. Este facto é natural e decorre das exigências e dos controlos que este modo de produção implica, pelo que os produtores têm que encontrar apoio técnico especializado.

Gráfico 52 – Questão 6.1 - É associado de alguma associação de produtores?

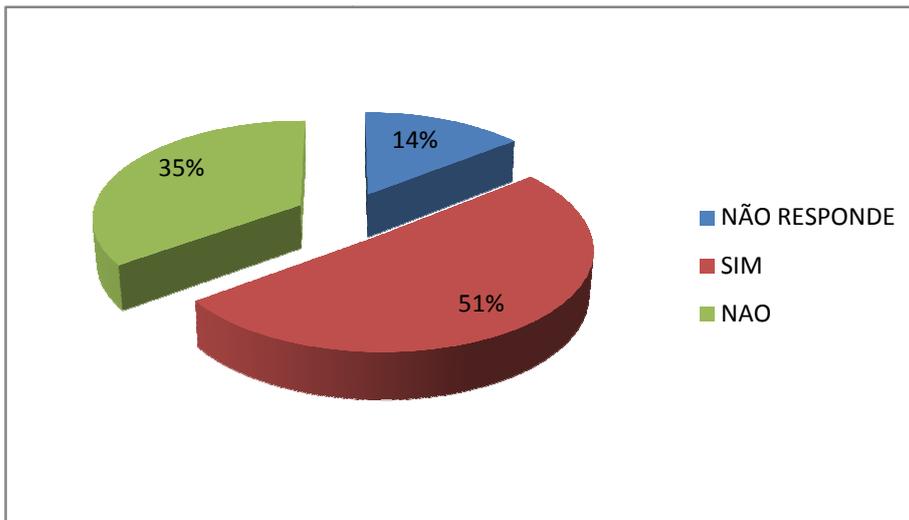


Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Relativamente ao bom desempenho das associações (gráfico 53), foi constatado que 14% dos inquiridos não respondeu, o que em parte corresponde aos produtores que não são associados de nenhuma (alguns mesmo não sendo associados responderam pelo conhecimento que têm da actividade das mesmas).

Neste caso 51% dos produtores consideram que as associações desempenham bem o seu papel, tendo 35% considerado que o seu desempenho não corresponde às expectativas. Esta situação permite concluir que uma percentagem significativa, mesmo sendo associado de uma, não está contente com os serviços efectuados.

Gráfico 53 – Questão 6.1.1 - Considera que as associações desempenham bem o seu papel?



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

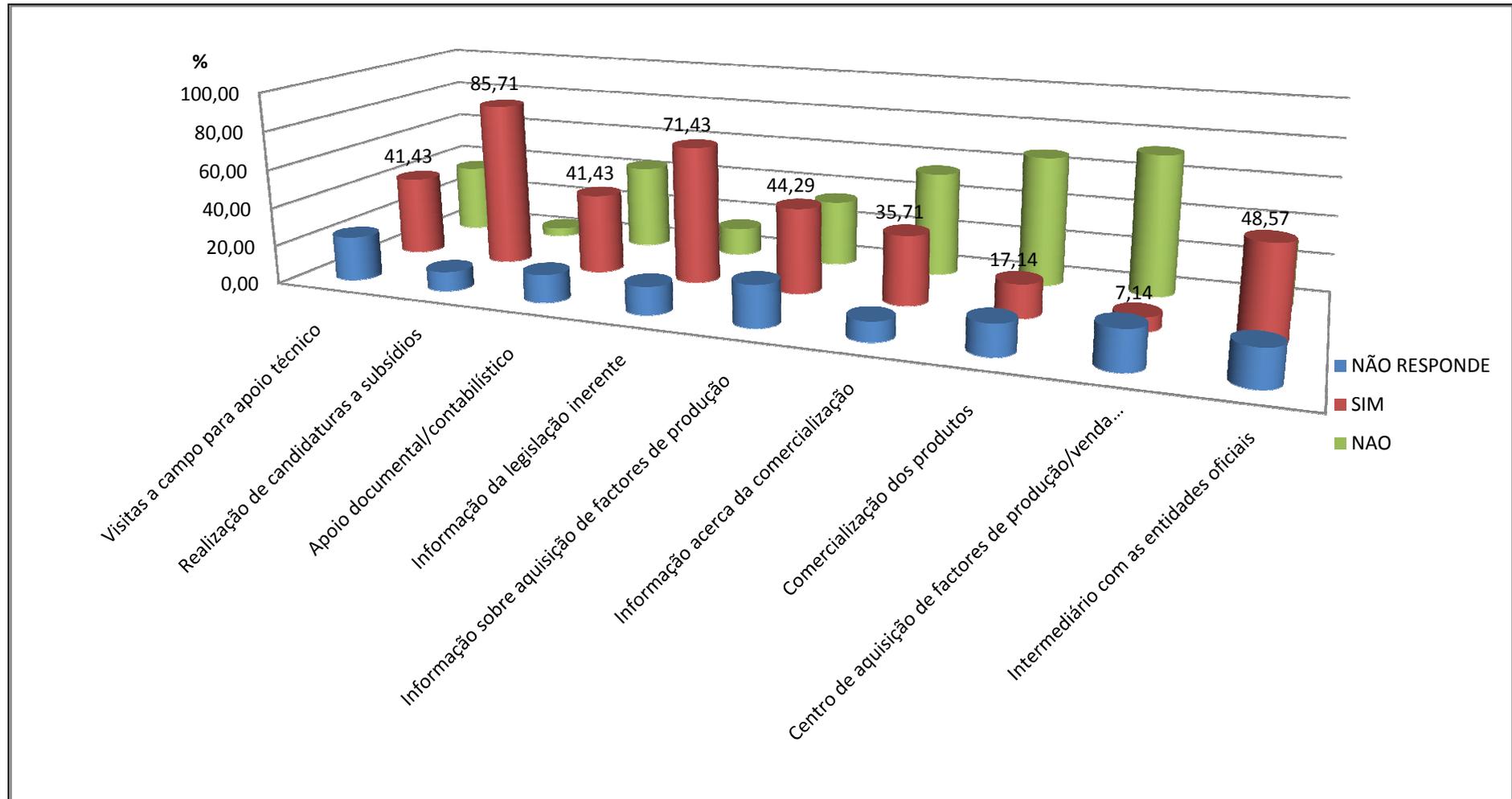
Relativamente à questão 6.1.2, referente aos serviços prestados pelas associações que fornecem apoio técnico, apenas foram consideradas as 70 respostas dos produtores que são associados de uma, encontrando-se os resultados registados no gráfico 54 e no Anexo VI, tendo-se constatada uma taxa de resposta, consoante as questões, entre os 77 e os 90%.

Assim os inquiridos responderam que 41% são visitados no campo pelos técnicos das associações, de forma a fornecerem apoio e ajudarem nas dificuldades que sentem, e 36% refere que nunca é visitado pelos técnicos para esse fim.

No que se refere à realização de candidaturas quase 86% afirma que recebe apoio e apenas 4% consideram que a sua associação não os apoia. Semelhante ordem de valores ocorre quando questionados acerca da legislação inerente a este modo de produção, tendo mais de 70% afirmado que recebe da associação essas informações e apenas 14% afirma não as receber.

Relativamente ao apoio documental e contabilístico e ao apoio junto das entidades oficiais, os valores são mais próximos, tendo 41% afirmado que recebe por parte da associação apoio documental/contabilístico (contra 44% que não o recebe) e 49% afirma o apoio junto das entidades oficiais (33% refere descontentamento com este parâmetro).

Gráfico 1 – Questão 6.1.2 - Se é associado de uma organização de produtores, quais são os apoios que a mesma lhe fornece?



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

No que se refere a compras, 44% alegou que lhe são fornecidas informações sobre a aquisição de factores de produção específicos neste modo de produção, caso de adubos, alimentos para animais e outros (34% refere que não tem esse apoio).

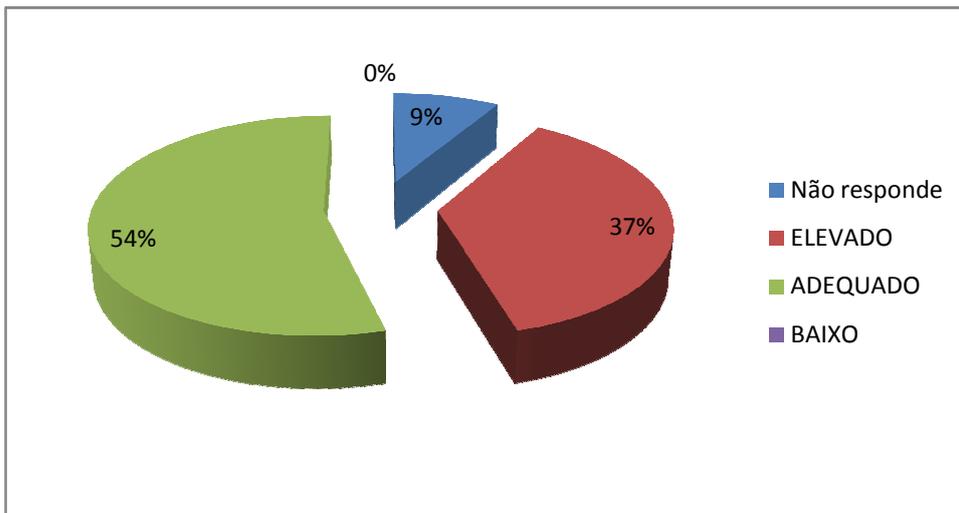
Na parte da comercialização os valores são significativamente mais preocupantes. Na informação acerca da comercialização dos seus produtos é referida como apoiada pela associação em apenas 36% dos inquiridos, enquanto 54% afirmam que não é dado qualquer apoio nesse sentido, e quando se questiona acerca de actos concretos para a comercialização dos produtos no mercado, só 17% refere que a sua associação fornece apoio e 67% não tem qualquer apoio nesse sentido.

Finalmente, quando questionados se a sua associação funciona como um centro de aquisição de factores de produção e venda de produtos, a exemplo de algumas associações que conseguem centralizar compras e vendas dos seus associados, para com base em economia de escala negociar os respectivos preços dos factores de produção e produtos comercializados (bem como organizar a sua distribuição anual para negociar), apenas 7% dos inquiridos refere essa hipótese como fornecida pela sua associação, tendo 73% afirmado que não dispõem dessa possibilidade.

Em conclusão, relativamente aos apoios fornecidos pelas associações pode-se constatar que as mesmas apenas apoiam efectivamente os seus produtores na realização das candidaturas, na informação acerca da legislação referente a este modo de produção e também um pouco na resolução de problemas com as entidades oficiais, verificando-se que toda a área da comercialização e apoio na aquisição de factores de produção carece de desenvolvimento e melhorias.

Acerca do valor da anuidade que os produtores pagam às associações em função do serviço prestado (gráfico 55), a maioria (54%) responde que o mesmo é adequado e 37% dos inquiridos refere que o valor da quota anual é elevado (nenhum dos produtores considera que o valor pago é baixo).

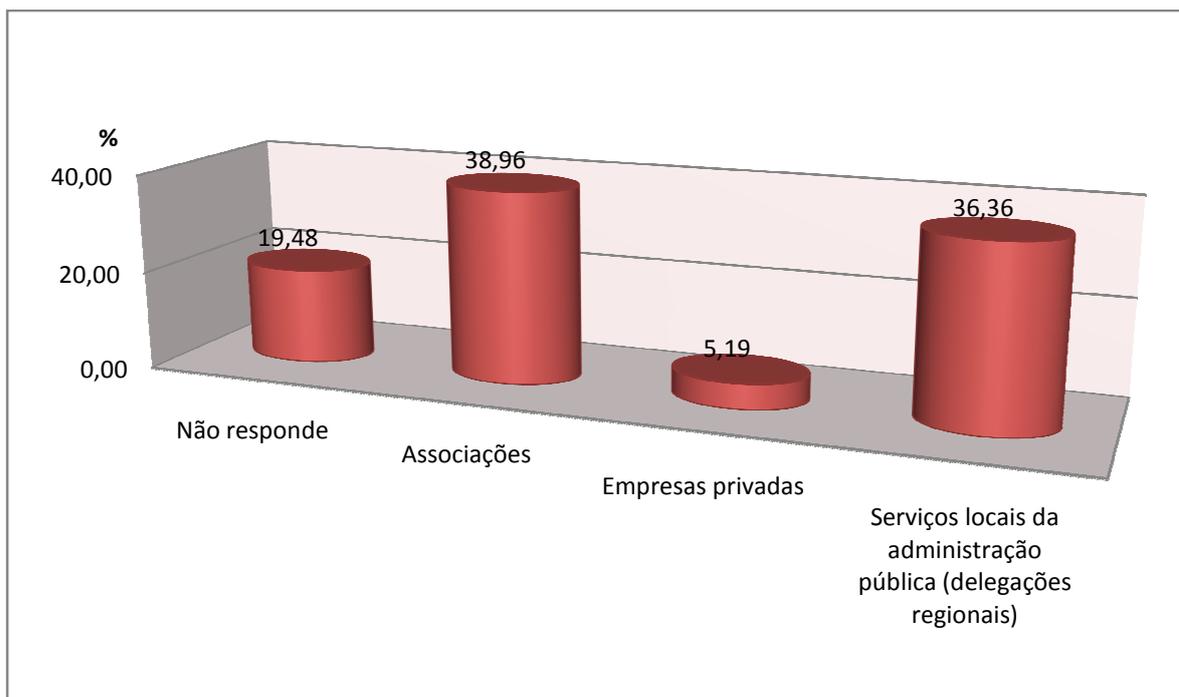
Gráfico 55 – Questão 6.1.3 – Considera que o valor da anuidade paga à associação, em função dos serviços prestados é:



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Finalmente acerca do apoio técnico era importante saber quem os produtores consideram que deveria fornecer esse apoio, tendo-se obtido uma taxa de resposta de 81%. Cerca de 39% dos inquiridos responderam que deveriam ser associações de produtores, 36% considera que deveria ser o Estado a fornecer este apoio, e apenas 5% considera que deveriam ser empresas privadas a assegurar este serviço.

Gráfico 56 – Questão 6.2 – Considera que este apoio técnico deveria ser fornecido por:



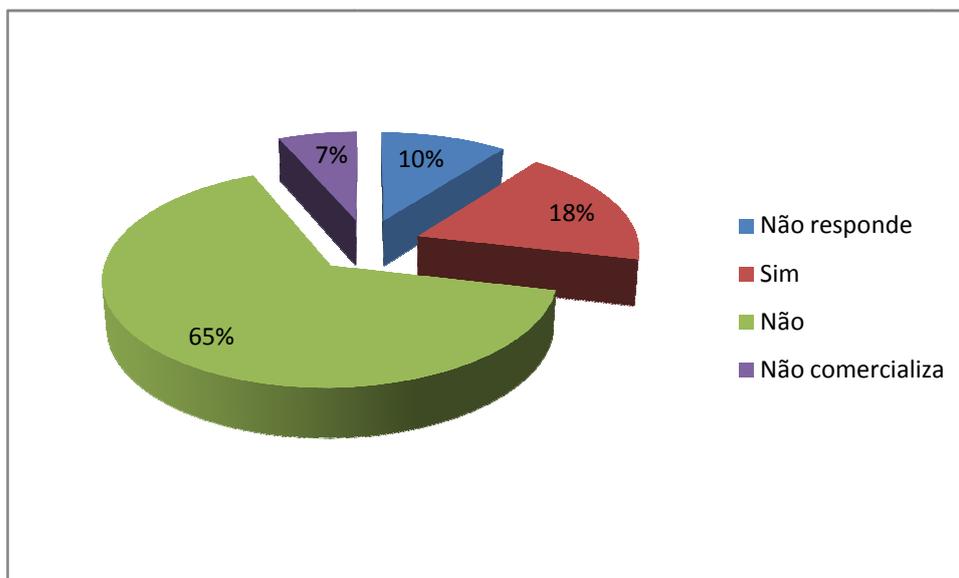
Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

4.1.7 – Comercialização

Neste conjunto de questões tentou-se caracterizar a comercialização dos produtos e perceber a importância que os produtores conferem à comercialização ao marketing.

Na questão se o produtor comercializa os seus produtos em modo de produção biológico (gráfico 57), obtendo daí uma mais-valia por serem vendidos como certificados, a grande maioria (65%) afirma não os vender neste circuito e apenas 18% refere que sim, tendo 7% dos inquiridos referido não vender quaisquer produtos da exploração. De salientar ainda que 10% dos inquiridos não respondeu.

Gráfico 57 – Questão 7.1 - Comercializa os produtos no circuito de produção do MPB?

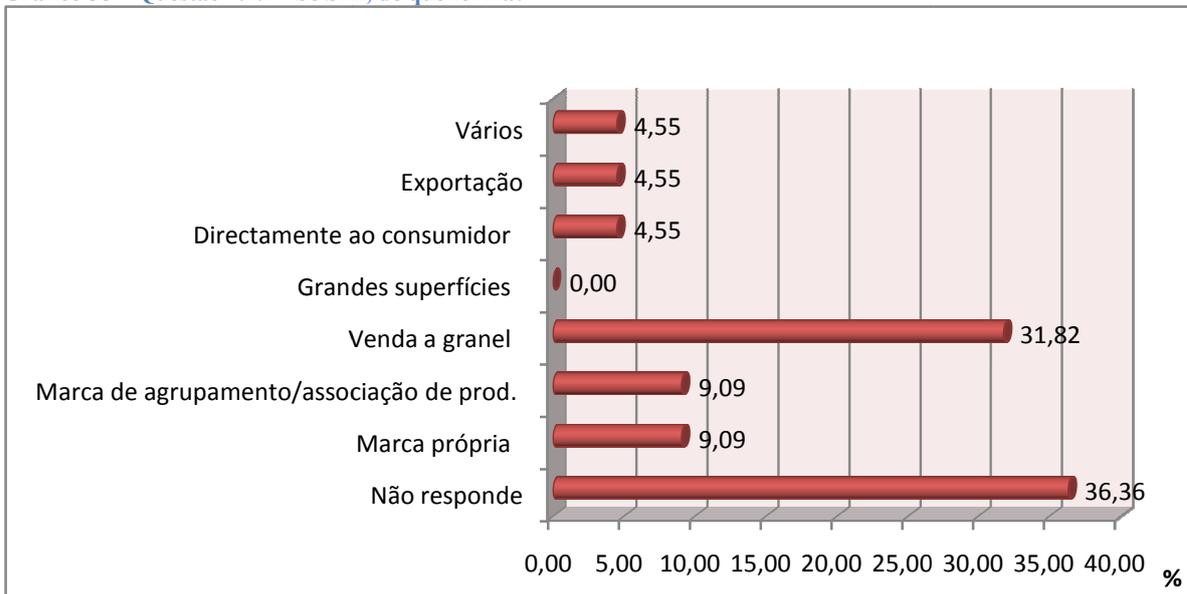


Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Nesta questão apenas foram consideradas válidas as respostas dos inquiridos que comercializam ou não responderam à questão anterior (neste caso foram os mesmos 8 produtores) perfazendo um total de 22 respostas em análise. Assim, além dos já referidos 36% que não responderam, constatou-se que a maioria dos produtores que vende neste modo de produção o faz através de vendas a granel, sendo que os restantes o fazem de forma muito diferenciada, como sejam marca própria, marca de

agrupamento ou directamente ao consumidor final. De referir ainda que nesta respostas existiu apenas um produtor que explora o mercado da exportação.

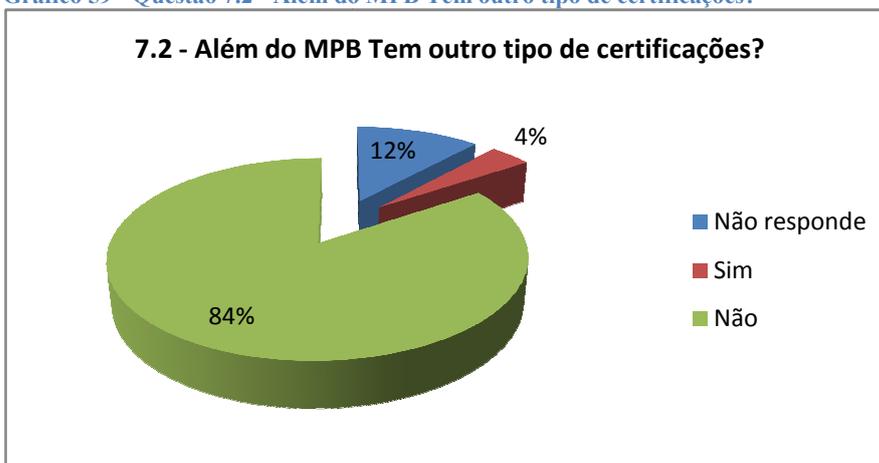
Gráfico 58 – Questão 7.1.1 - Se Sim, de que forma?



Fonte: Inquérito Realizado, 2011

Outra questão considerada importante era saber se além da certificação MPB, e visto estes produtos serem normalmente associados a produtos tradicionais, os produtores faziam uso de outro tipo de certificações (DOP, IGP, ou outras) de forma a valorizarem os seu produto, tendo-se obtido uma taxa de resposta de 88% (gráfico 59). Assim, foi constatado que apenas 4% dos inquiridos associam a esta certificação uma outra, sendo que a grande maioria (84%) não o fazem.

Gráfico 59 - Questão 7.2 - Além do MPB Tem outro tipo de certificações?



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Na questão referente ao volume de vendas dever-se-á referir que existiu uma percentagem baixa de respostas (32% referentes a 25 respostas válidas). O motivo deve-se ao facto de ser uma pergunta extremamente pessoal e que os inquiridos evitam responder neste tipo de inquéritos por algum receio. Com os dados disponíveis é possível verificar que as vendas se mantêm mais ou menos constantes ao longo dos anos, sendo que a maioria das explorações obtiveram valores inferiores a 15000 kg/Litros, existindo um restrito número com valores superiores aos 4000 kg/Litros.

Quanto aos valores estatísticos foi constatado que o valor médio nos três anos estudados se situa entre os 16000 e 18000 kg/litros, muito por responsabilidade de alguns valores muito altos, visto a mediana se situar entre os 4500 e os 7000 kg/Litros. Estes dados permitem concluir que o volume de vendas é em regra baixo.

Estes dados e gráficos encontram-se no Anexo IX.

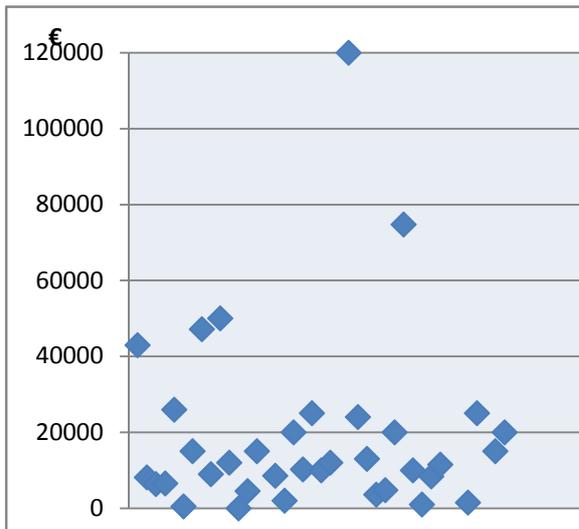
Quando a questão das vendas passa para o valor em euros (gráficos 60 a 63), a percentagem de respostas foi bastante superior (51% correspondente a 39 respostas válidas). Na maioria das explorações o valor de vendas é inferior a 20000 Euros, mantendo-se constante ao longo dos três anos, existindo poucas respostas com valores superiores a 50000 Euros.

Relativamente aos valores estatísticos foi constatado que o valor médio nos três anos estudados se situa perto dos 18000 Euros, devido a alguns valores muito elevados e não representativos do universo de produtores, visto a mediana se situar entre os 12000 e os 13000 Euros.

Constata-se assim que, tal como o volume de vendas, o valor médio de vendas dos produtores neste modo de produção é baixo.

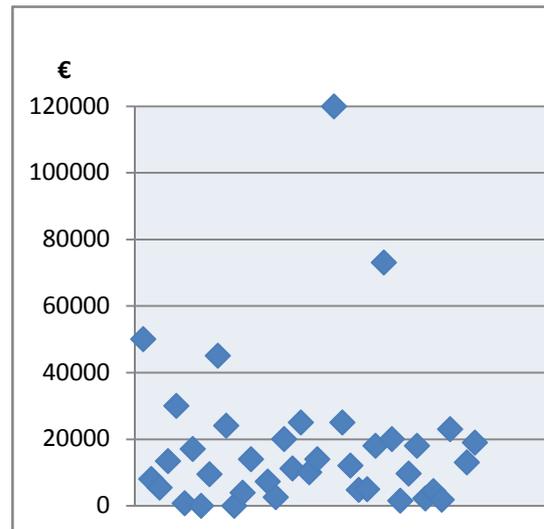
7.3 – Vendas em Valor

Gráfico 61 – Valor Vendas 2007



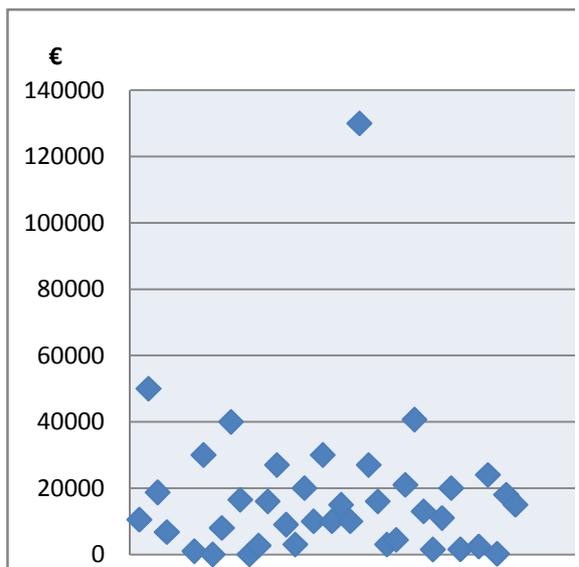
Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Gráfico 60 – Valor Vendas 2008



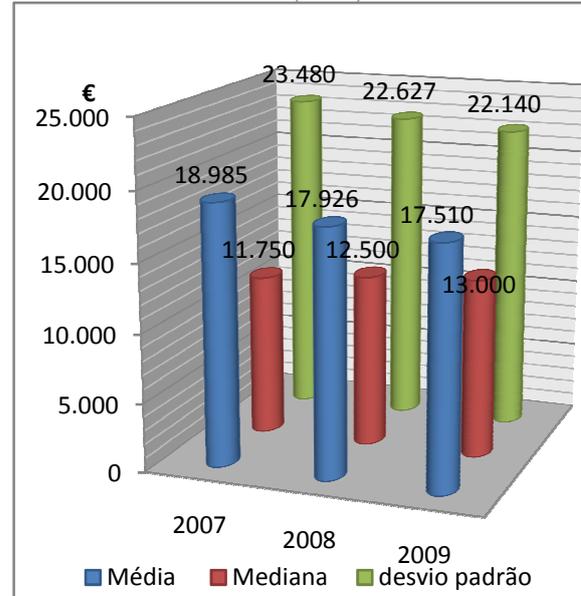
Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Gráfico 62 – Valor Vendas 2009



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

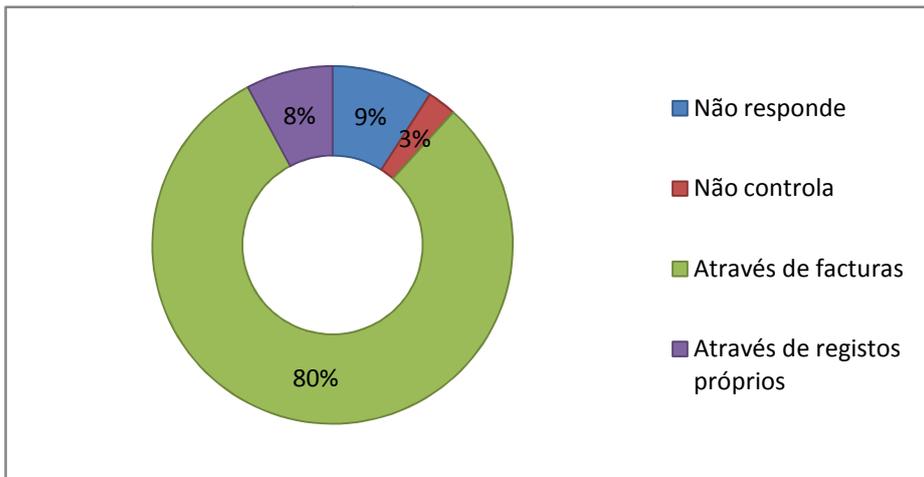
Gráfico 63 - Vendas Totais (euros)



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Quanto à forma como são controladas as respectivas vendas (gráfico 64), foi obtida uma taxa de resposta superior a 90%, tendo-se constatado que 80% dos inquiridos as controla através de facturas, 8% possui registos próprios e apenas 3% não faz qualquer controlo de vendas, sendo que estes últimos correspondem certamente a produtores de muito reduzida dimensão em que as vendas não são significativas.

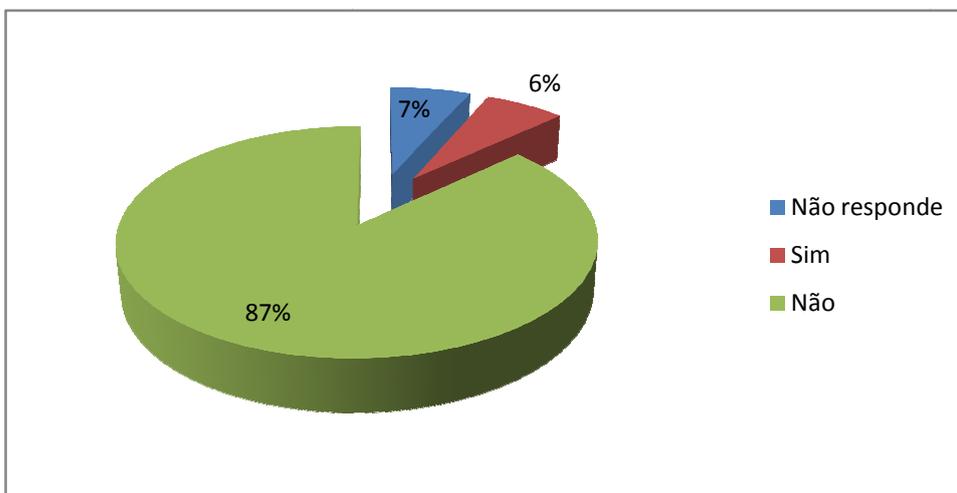
Gráfico 64 – Questão 7.3.1 - De que forma controla as respectivas vendas?



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Relativamente às actividades de marketing foi obtida uma taxa de respostas de 93% (gráfico 65), tendo-se constatado que 87% dos inquiridos não desenvolve qualquer actividade de marketing, sendo que apenas 6% utilizam estas técnicas. Assim é fácil constatar o reduzido grau de desenvolvimento destas técnicas nos produtores aderentes ao MPB.

Gráfico 65 – Questão 7.4 – O produtor/empresa desenvolve actividades de marketing?



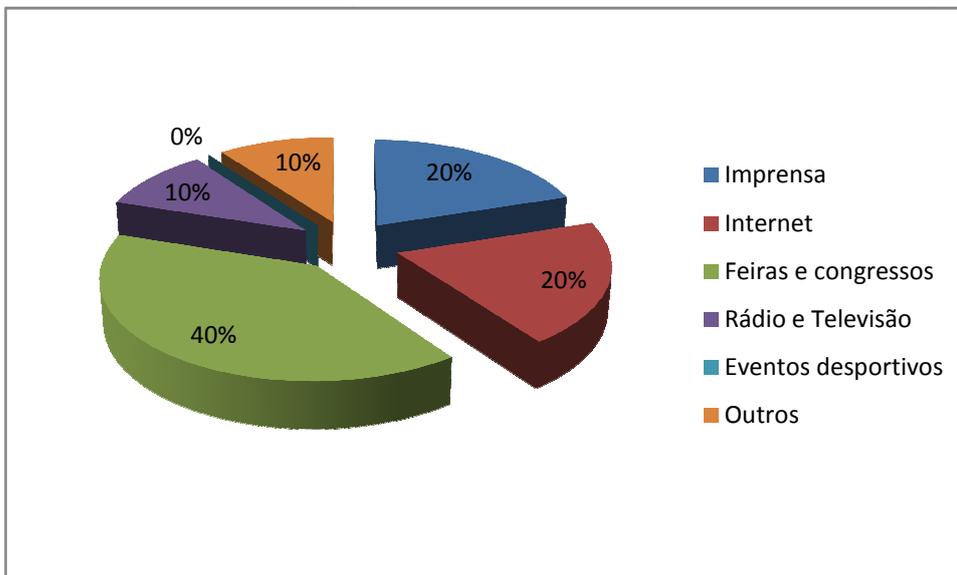
Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Dos 5 inquiridos a quem esta questão se aplica, decorrente da questão anterior (em 67 não é aplicável visto terem respondido não e os mesmos 5 voltaram a não

responder a esta questão), e visto terem assinalado várias opções em alguns casos, foi constatado (gráfico 66) que a maioria das actividades de marketing se desenvolve em feiras e congressos (40% visto 4 dos 5 inquiridos terem escolhido esta opção), seguindo-se a internet e a imprensa com 20%, e a rádio/televisão e outras assinaladas por um produtor cada (10%).

A análise a esta questão é complicada visto o número de produtores que utilizam técnicas de marketing é residual, no entanto é possível verificar que os meios economicamente mais acessíveis como as feiras/congressos e a internet são preferidos.

Gráfico 66 – Questão 7.4.1 - Se sim, Principal canal de divulgação utilizado:



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Quanto aos valores dispendidos em marketing pelos que responderam às questões anteriores foi constatado que dos 5 produtores que desenvolvem esta actividade apenas 4 responderam a esta questão, tendo-se obtido os valores registados no quadro registado no Anexo VI.

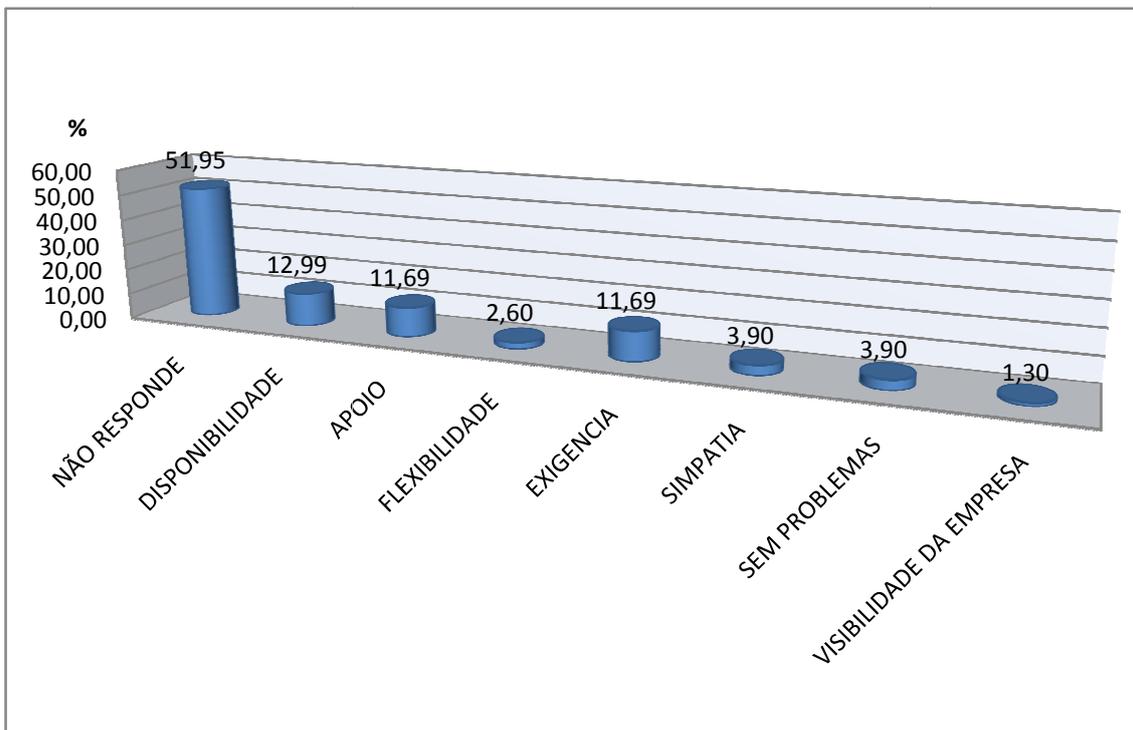
Assim, o valor médio gasto é de 1300 Euros, sendo a mediana (1350) muito semelhante o que indicia que não existem valores muito díspares. Tal facto é confirmado pelo valor baixo do desvio padrão (627).

4.1.8 – Certificação

No que se refere à certificação o objectivo do estudo foi tentar aferir a opinião dos produtores acerca das empresas privadas que fazem essa certificação. Nesta questão os inquiridos referiram sucintamente um ponto positivo do trabalho desses organismos privados de certificação. Sendo uma questão aberta foi obtida uma taxa de resposta relativamente baixa (48% correspondente a 37 respostas válidas).

Assim, conforme dados do gráfico 67, os produtores referiram com maior frequência a disponibilidade das empresas (13%), seguindo-se o apoio e a exigência como pontos positivos com 12% de respostas. A simpatia e a ausência de problemas com a empresa (com 4%) e a flexibilidade (com 3%) são outras palavras que caracterizam os pontos positivos das empresas que lhes prestam esse serviço. De referir ainda um produtor que mencionou como ponto positivo o nome e a visibilidade do Organismo de Controlo, o que lhe poderia fornecer mais-valia em termos de credibilidade e marketing.

Gráfico 67 – Questão 8.1.1 - Refira um ponto positivo acerca da empresa que lhe garante a certificação dos produtos

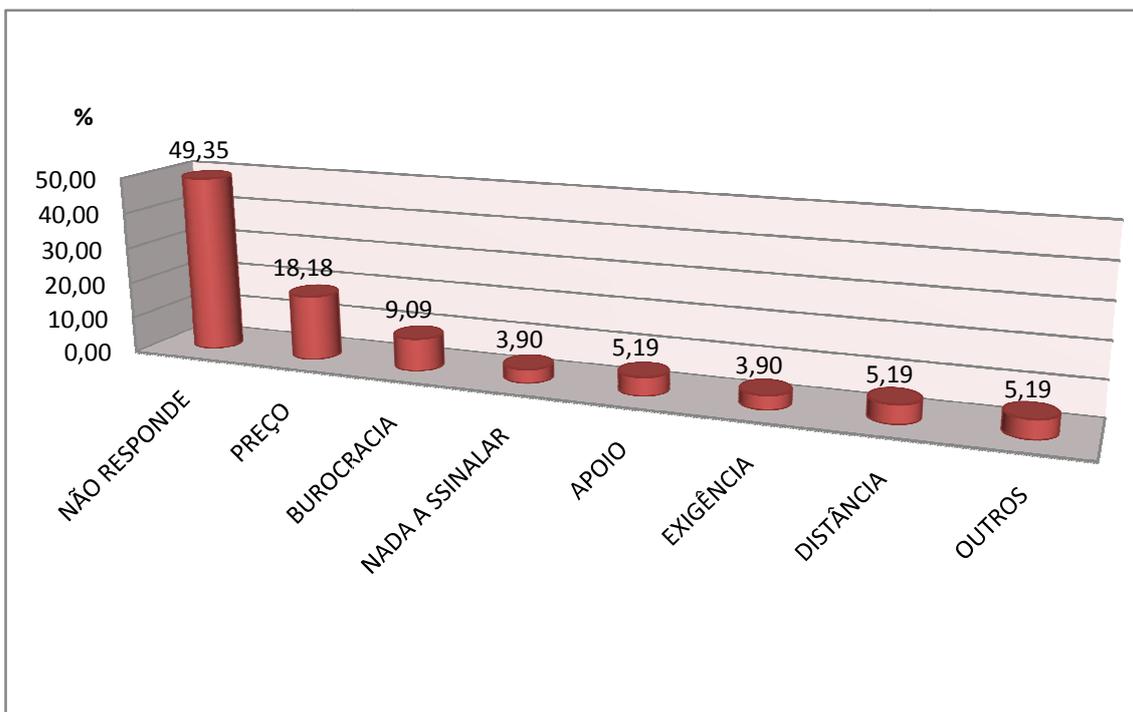


Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Relativamente ao ponto negativo (gráfico 68) foi obtida uma taxa de resposta ligeiramente superior mas mesmo assim baixa, pelos mesmos motivos referidos (51% correspondente a 39 respostas válidas).

Os produtores referiram o preço que pagam por estes serviços com maior frequência (18%), seguindo-se a burocracia decorrente deste serviço de certificação com 9%, depois referiram a falta de apoio, a distância a que a empresa se encontra e outros (nos quais se incluem vários motivos de descontentamento como problemas judiciais) como pontos negativos com 5% de respostas. O excesso de exigência é referido por último com 4%, tendo ainda a mesma percentagem referido que não tinham qualquer ponto negativo a assinalar.

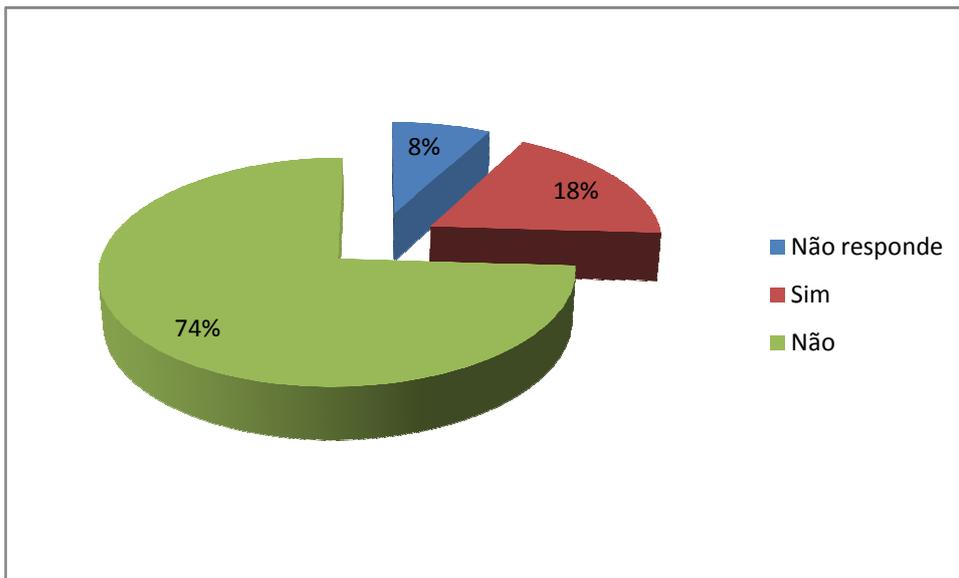
Gráfico 68 – Questão 8.1.2 - Refira um ponto negativo acerca da empresa que lhe garante a certificação dos produtos:



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Relativamente à questão se existiu durante a certificação em MPB mudança do Organismo de Controlo (gráfico 69), foi obtida uma taxa de resposta de 92%, tendo 74% dos inquiridos respondido que não e apenas 18%, referente a 14 produtores respondido que sim.

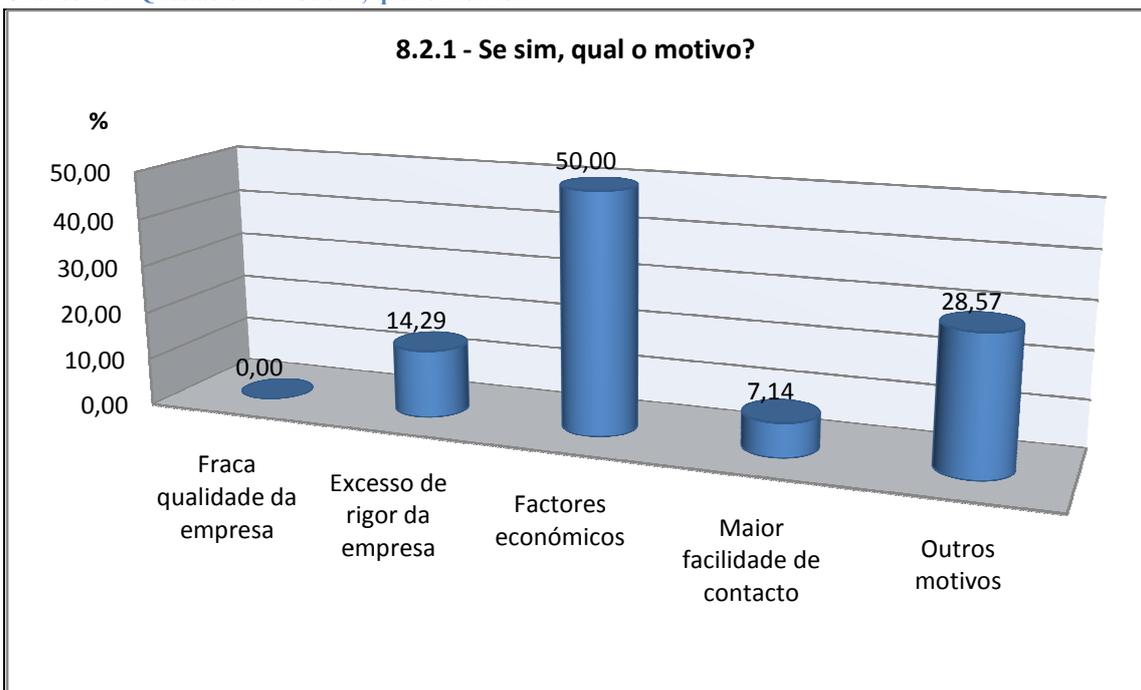
Gráfico 69 – Questão 8.2 - Durante o período em que se encontrou em modo de produção biológico mudou de empresa de certificação?



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Desses 14 produtores que mudaram de empresa (gráfico 70), 50% referiram factores económicos como causa para a mudança (nova empresa era mais barata), 29% referiram outros motivos vários (problemas judiciais, burocracia, erros administrativos), 14% referem o excesso de rigor da empresa, e finalmente 7% refere que a mudança decorreu de um mais fácil contacto com a nova empresa escolhida (ser da região ou de uma região mais perto).

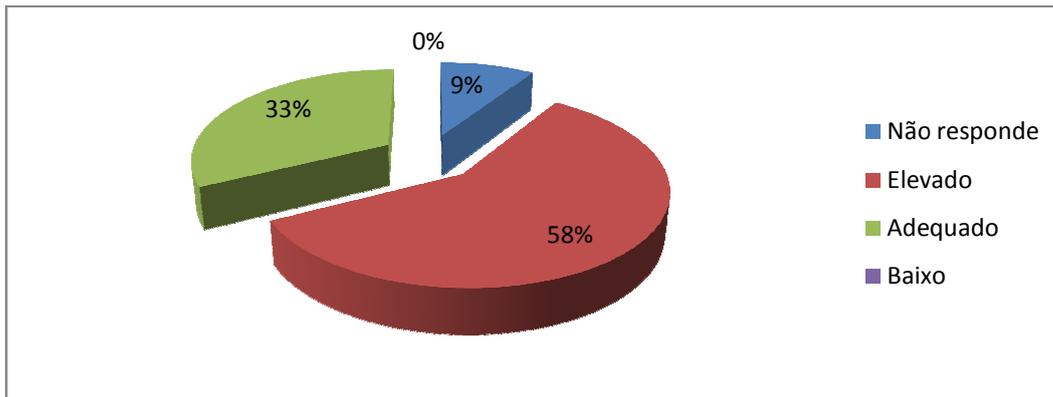
Gráfico 70 – Questão 8.2.1 - Se sim, qual o motivo?



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Quando questionados acerca do valor que pagam à referida entidade certificadora (gráfico 71), a grande maioria refere que o mesmo é elevado (58%), 33% consideram que o valor é adequado, não existindo nenhuma resposta a referir que o valor é baixo.

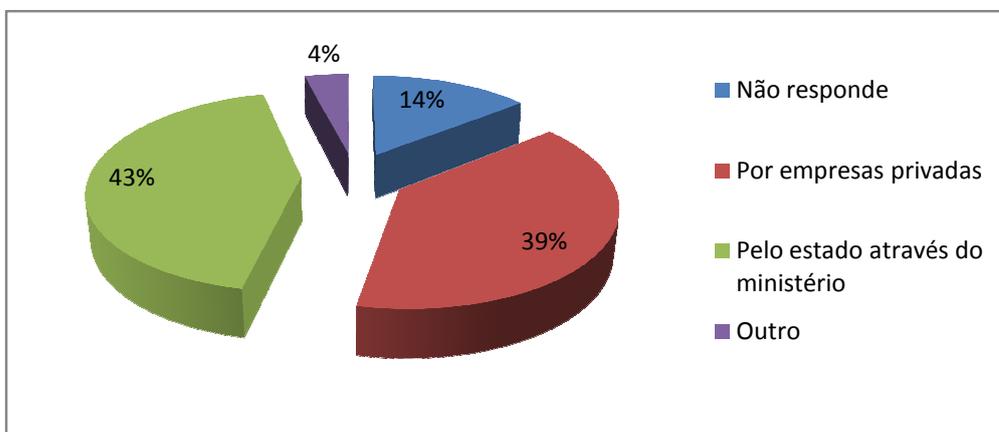
Gráfico 71 - 8.3 – Considera que o valor da anuidade paga à entidade certificadora é:



Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

Na questão acerca de quem deveria realizar este tipo de controlo e certificação (gráfico 72), a maioria dos produtores (43%) refere que deveria ser o Estado através do Ministério, 39% referiu que deveriam ser mantidas as empresas privadas e 4% refere que deveriam ser realizadas por outras entidades. Nesta questão foi obtida uma taxa de resposta de 86%.

Gráfico 72 – Questão 8.4 – Considera que a certificação deveria ser feita:

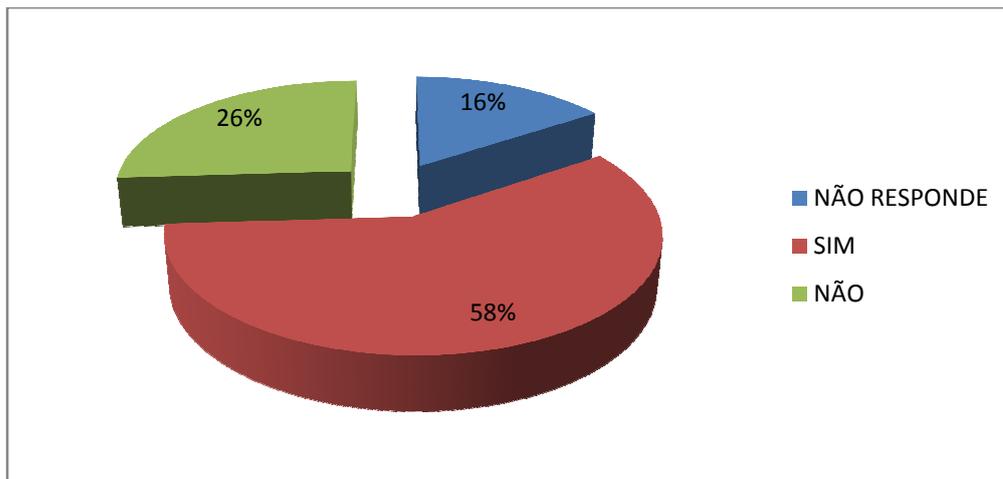


Fonte: Inquérito realizado, 2010-2011

4.1.9 – Conclusões

Nesta questão foi obtida uma taxa de resposta de 84% (gráfico 73), tendo-se constatado que 58% dos inquiridos consideram que este modo de produção tem futuro e apenas 26% não lhe reconhece qualquer futuro.

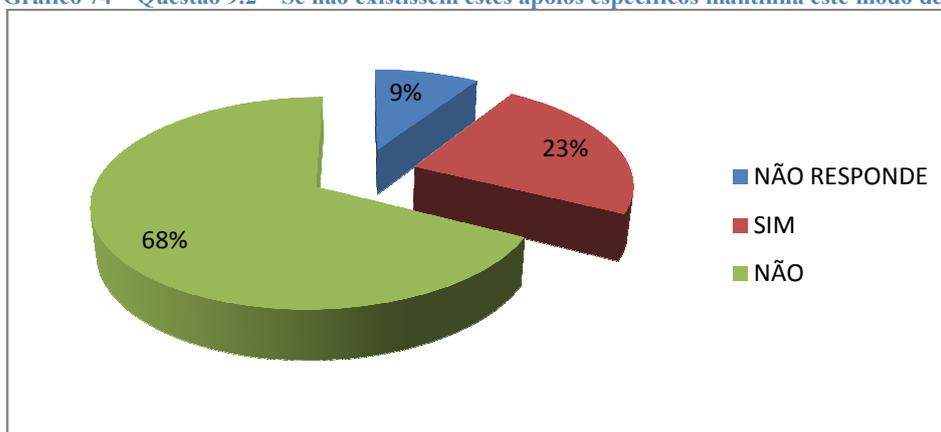
Gráfico 73 – Questão 9.1 - Considera que este modo de produção tem futuro?



Fonte: Inquérito Realizado, 2011

No entanto, apesar da maioria considerar que este modo de produção tem futuro, quando questionados sobre a hipótese de não existirem financeiras específicas para essa tecnologia (gráfico 74), 68% dos produtores admitem que desistiam de produzir em MPB e apenas 23% continuariam neste modo de produção. A taxa de resposta a esta questão foi de 91%.

Gráfico 74 – Questão 9.2 – Se não existissem estes apoios específicos mantinha este modo de produção?



Fonte: Inquérito Realizado, 2011

4.1.10 – Observações

No final do inquérito foi previsto um local reservado às observações que os inquiridos poderiam utilizar para descrever qualquer assunto relacionado com o tema ou com o inquérito, tendo apenas 8 produtores registado opinião.

As observações são várias e encontram-se registadas em anexo, no entanto referem essencialmente as dificuldades da agricultura e dos agricultores que se encontram dependentes dos subsídios, da dificuldade de colocar os produtos no mercado e a falta de informações, de apoio técnico e também de trabalhos e inquéritos deste tipo que ajudem a identificar os problemas.

4.2 – Análise Bivariada

4.2.1 - Introdução

O objectivo da análise bivariada aqui apresentada é identificar possíveis relações/interdependências entre as características dos titulares das explorações agrícolas inquiridas (sexo, idade, nível de instrução, e incluindo também o tipo de exploração) e algumas das principais variáveis integrantes do questionário. De entre as diversas questões passíveis de serem consideradas, foi feita uma selecção para efeitos de análise bivariada, tendo por critério procurar encontrar explicação para aspectos mais pertinentes, através da verificação da existência de relações de dependência. Assim, as questões seleccionadas foram as seguintes (listagem seguindo a ordem de apresentação nesta análise bivariada):

- Actualmente ainda pratica MPB?
- Considera que o MPB tem futuro?
- Sem apoios mantinha o MPB?
- Utiliza raças autóctones?
- Pertence a alguma Associação de Produtores?
- Considera que as associações desempenham bem o seu papel?
- Tem dificuldade no cumprimento das regras ambientais (Boas Práticas Agrícolas)?
- Tem dificuldade no cumprimento da legislação específica de MPB?
- Sente falta de informação / formação para a prática de MPB?
- Tem dificuldade no escoamento de produtos MPB?
- Comercializa os produtos no circuito de produção/mercado MPB?

Enquanto na análise univariada foram tratados 77 respostas ao questionário, na bivariada foram excluídos cinco por razões de não resposta a elevado número de questões; no entanto, a existência de 72 produtores nesta análise bivariada continua a representar uma elevada fracção do total de 130 que constituía o universo de produtores registados em MPB na região objecto de estudo.

A aplicação do teste de Qui-Quadrado, χ^2 , às variáveis permite testar se são independentes, verificando se as diferenças entre os valores observados e os valores esperados são estatisticamente significativas. Caso tal se verifique conclui-se que, por exemplo, o facto de o respondente ter maior ou menor nível de instrução influencia a sua resposta, isto é, observam-se diferenças significativas entre as diversas categorias de nível de instrução dos produtores.

As hipóteses a testar têm a ver com as variáveis serem estatisticamente independentes (H_0) ou não serem estatisticamente independentes (H_1), utilizando-se o nível de significância de 5% como referência para rejeição. Os valores apresentados no teste correspondem ao *p-value*, tomando-se a decisão de rejeitar a hipótese das variáveis serem independentes sempre que esse valor seja inferior a 0,05.

4.2.2 – Análise estatística

Sexo, Classe Etária e Nível de Instrução *versus* Variáveis Associadas a MPB

Esta análise começa por fazer o cruzamento entre as respostas obtidas através dos inquiridos com a Idade (dividida em 3 escalões etários) e o Sexo dos produtores, para um grupo de três questões relacionadas com o MPB, que são as seguintes:

Questão 2.1: “Actualmente ainda pratica MPB?”

Questão 9.1: “Considera que o MPB tem futuro?”

Questão 9.2: “Sem apoios mantinha o MPB?”

Nas células dos quadros são quantificadas as percentagens observadas para cada resposta possível. Exemplificando, e tendo por referência tabela 8, na questão 2.1 está registado que 18,2% dos produtores que continuavam a praticar MPB pertenciam ao escalão etário inferior a 40 anos, 63,6% ao escalão 40-60 e 18,2% ao superior a 60 anos. Quanto aos que desistiram de MPB, não ocorreu qualquer caso na classe etária inferior a 40 anos (dos 10 produtores nesta classe etária todos continuavam em MPB), por isso consta 0% na respectiva célula.

Quanto à desistência de MPB não há diferenças significativas entre homens e mulheres nem relativamente à idade (apesar de nesta última variável o *p-value* ser mais baixo comparativamente com o do sexo).

Já no respeitante à “Questão 9.1: Considera que o MPB tem futuro?”, é de realçar que o *p-value* é de cerca de 0,1 relativamente aos grupos etários, ou seja, as variáveis não são estatisticamente independentes para o nível de significância de 10%. Pode dizer-se que não existe evidência clara de independência neste caso. Com efeito constata-se que as classes etárias mais baixa e mais alta são bastante mais optimistas sobre o futuro do MPB do que a classe 40-60 anos.

Tabela 8 - Sexo e Grupo Etário vs Variáveis Associadas a MPB

Questões	Resposta	Sexo		<i>P-Value</i>	Grupo Etário			<i>P-Value</i>
		Masc.	Fem.		Inferior a 40 anos	40 a 60 anos	Superior a 60 anos	
Questão 2.1	Sim	78,2%	21,8%	0,882	18,2%	63,6%	18,2%	0,165
	Não	76,5%	23,5%		0%	76,5%	23,5%	
Questão 9.1	Sim	77,1%	22,9%	0,841	16,7%	58,3%	25,0%	0,101
	Não	79,2%	20,8%		8,3%	83,3%	8,3%	
Questão 9.2	Sim	85,0%	15,0%	0,361	10,0%	75,0%	15,0%	0,647
	Não	75,0%	25,0%		15,4%	63,5%	21,2%	

Fonte: elaborado pelo autor com base no output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

No respeitante ao nível de instrução dos produtores em cruzamento com as três questões relativas a MPB que se têm estado a analisar, os valores de *p-value* da tabela 9 mostra que as variáveis comparadas são estatisticamente independentes,

Tabela 9 – Nível de Instrução vs Variáveis Associadas a MPB

Questões	Resposta	Nível de Instrução					<i>P-Value</i>
		Sabe L/E	Até 9º ano	Até 12º ano	Curso Sup. Área Agr.	Curso Sup. Outra Área	
Questão 2.1	Sim	7,3%	21,8%	23,6%	30,9%	16,4%	0,309
	Não	17,6%	17,6%	5,9%	29,4%	29,4%	
Questão 9.1	Sim	8,3%	25,0%	20,8%	27,1%	18,8%	0,693
	Não	12,5%	12,5%	16,7%	37,5%	20,8%	
Questão 9.2	Sim	5,0%	10,0%	20,0%	45,0%	20,0%	0,393
	Não	11,5%	25,0%	19,2%	25,0%	19,2%	

Fonte: elaborado pelo autor com base no output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Sexo, Classe Etária e Nível de Instrução *versus* Variáveis ligadas a Associações de Produtores

Tomando como referência o questionário elaborado para este trabalho, nas variáveis ligadas a associações de produtores incluíram-se as seguintes:

Questão 5.4.1 – Utilização de raças autóctones

Questão 6.1 – É associado de alguma Associação de Produtores

Questão 6.1.1 – Considera que as Associações desempenham bem o seu papel?

A questão das raças autóctones integrou este grupo porque a produção animal com raças autóctones está normalmente relacionada com acções e trabalho de campo de

associações específicas para organizar/apoiar a produção e os produtores de determinada raça.

Dos resultados apresentados nas tabelas 10 e 11 merece realce neste último o valor de *p-value* de 0,098 para a questão das raças autóctones, onde os níveis de instrução com maiores diferenças são o “Sabe ler e escrever” pela negativa (6 observações, nenhum com raças autóctones) e “Até 9º ano” pela positiva (10 observações, das quais 7 com raças autóctones).

Tabela 10 – Sexo e Classe Etária vs Variáveis ligadas a Associações de Produtores

Questões	Resposta	Sexo		<i>P-Value</i>	Grupo Etário			<i>P-Value</i>
		Masc.	Fem.		Inferior a 40 anos	40 a 60 anos	Superior a 60 anos	
Questão 5.4.1	Sim	81,5%	18,5%	0,810	18,5%	66,7%	14,8%	0,683
	Não	83,9%	16,1%		12,9%	64,5%	22,6%	
Questão 6.1	Sim	78,1%	21,9%	0,766	14,1%	68,8%	17,2%	0,582
	Não	83,3%	16,7%		16,7%	50,0%	33,3%	
Questão 6.1.1	Sim	74,4%	25,6%	0,510	15,4%	64,1%	20,5%	0,882
	Não	81,5%	18,5%		14,8%	70,4%	14,8%	

Fonte: elaborado pelo autor com base no output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Tabela 11 – Nível de Instrução versus Variáveis ligadas a Associações de Produtores

Questões	Resposta	Nível de Instrução					P-Value
		Sabe L/E	Até 9º ano	Até 12º ano	Curso Sup. Área Agr.	Curso Sup. Outra Área	
Questão 5.4.1	Sim	0%	25,9%	18,5%	37,0%	18,5%	0,098
	Não	19,4%	9,7%	19,4%	29,0%	22,6%	
Questão 6.1	Sim	9,4%	17,2%	21,9%	31,3%	20,3%	0,659
	Não	16,7%	33,3%	0%	33,3%	16,7%	
Questão 6.1.1	Sim	7,7%	15,4%	25,6%	28,2%	23,1%	0,682
	Não	7,4%	22,2%	14,8%	37,0%	18,5%	

Fonte: elaborado pelo autor com base no output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Sexo, Classe Etária e Nível de Instrução versus Variáveis ligadas a “Dificuldades”

O conjunto de variáveis designado por “Dificuldades” é constituído por:

5.5.1 – Dificuldade no cumprimento das regras ambientais (Boas Práticas Agrícolas)

5.5.2 – Dificuldade no cumprimento da legislação específica de MPB

5.5.8 – Falta de informação / formação para a prática de MPB

Da observação da tabela 12, em que os três aspectos acima referidos são cruzados com o sexo e idade dos produtores, merece destaque o *p-value* de 0,055 para a variável Idade versus variável 5.5.2 – Dificuldade no cumprimento da legislação específica de MPB. Esta situação deve-se ao facto do grupo etário inferior a 40 anos ter relativo equilíbrio entre os que sentem dificuldades e os que não sentem, enquanto nos grupos etários de maior idade há forte hegemonia de respondentes indicando que têm dificuldade.

Tabela 12 – Sexo e Classe Etária vs Variáveis ligadas a “Dificuldades”

Questões	Resposta	Sexo		P-Value	Grupo Etário			P-Value
		Masc.	Fem.		Inferior a 40 anos	40 a 60 anos	Superior a 60 anos	
Questão 5.5.1	Sim	80,6%	19,4%	0,136	8,3%	63,9%	27,8%	0,190
	Não	81,5%	18,5%		22,2%	70,4%	5,1%	
Questão 5.5.2	Sim	77,8%	22,2%	0,321	9,3%	72,2%	18,5%	0,055
	Não	90,9%	9,1%		36,4%	45,5%	18,2%	
Questão 5.5.8	Sim	88,9%	11,1%	0,383	11,1%	55,6%	33,3%	0,398
	Não	74,2%	25,8%		19,4%	67,7%	12,9%	

Fonte: elaborado pelo autor com base no output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Na tabela 13 destaca-se a questão da informação/formação em MPB, com *p-value* de 0,091, onde é evidente que os produtores com níveis de instrução mais baixos respondem maioritariamente pelo “Sim”, enquanto as classes com maior nível de instrução tendem maioritariamente para o “Não”

Tabela 13 – Nível de Instrução vs Variáveis ligadas a “Dificuldades”

Questões	Resposta	Nível de Instrução					P-Value
		Sabe L/E	Até 9º ano	Até 12º ano	Curso Sup. Área Agr.	Curso Sup. Outra Área	
Questão 5.5.1	Sim	8,3%	19,4%	27,8%	27,8%	16,7%	0,853
	Não	11,1%	22,2%	14,8%	29,6%	22,2%	
Questão 5.5.2	Sim	9,3%	13,0%	24,1%	33,3%	20,4%	0,309
	Não	9,1%	36,4%	9,1%	18,2%	27,3%	
Questão 5.5.8	Sim	14,8%	22,2%	29,6%	22,2%	11,1%	0,091
	Não	3,2%	19,4%	16,1%	32,3%	29,0%	

Fonte: elaborado pelo autor com base no output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Sexo, Grupo Etário e Nível de Instrução vs Variáveis ligadas à “Comercialização produtos MPB”

Neste grupo incluíram-se duas variáveis muito importantes para ajudar à compreensão do sistema, que são:

Questão 5.5.5 – Dificuldades no escoamento de produtos MPB

Questão 7.1 – Comercializa os produtos no circuito produção/mercado MPB?

Dos resultados obtidos (ver tabelas 14 e 15) realce para o *p-value* de 0,103, que é originado a partir das variáveis “Sexo” e “Comercialização dos produtos no circuito produção/mercado MPB”. A explicação do valor acima referido, colocando-se muito próximo da significância estatística para nível de 10%, deriva de cerca de 25% dos produtores-homens afirmarem positivamente que utilizam os circuitos de mercado MPB, enquanto nas mulheres, só uma em 16 o fazem.

Tabela 14 – Sexo e Grupo Etário vs Variáveis ligadas à “Comercialização produtos MPB”

Questões	Resposta	Sexo		<i>P-Value</i>	Grupo Etário			<i>P-Value</i>
		Masc.	Fem.		Inferior a 40 anos	40 a 60 anos	Superior a 60 anos	
Questão 5.5.5	Sim	78,2%	21,8%	0,870	18,2%	61,8%	20,0%	0,498
	Não	77,8%	22,2%		0%	88,9%	11,1%	
Questão 7.1	Sim	93,3%	6,7%	0,103	20,0%	66,7%	13,3%	0,646
	Não	73,7%	26,3%		12,3%	66,7%	21,1%	

Fonte: elaborado pelo autor com base no output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Tabela 15 – Nível de Instrução vs Variáveis ligadas à “Comercialização produtos MPB”

Questões	Resposta	Nível de Instrução					P-Value
		Sabe L/E	Até 9º ano	Até 12º ano	Curso Sup. Área Agr.	Curso Sup. Outra Área	
Questão 5.5.5	Sim	9,1%	21,8%	18,2%	30,9%	20,0%	0,552
	Não	11,1%	0%	33,3%	33,3%	22,2%	
Questão 7.1	Sim	6,7%	20,0%	20,0%	46,7%	6,7%	0,495
	Não	10,5%	21,1%	19,3%	26,3%	22,8%	

Fonte: elaborado pelo autor com base no output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Tipo de Exploração vs Variáveis “ligação ao MPB”, “Associações”, “Dificuldades” e “Comercialização produtos MPB”

Quanto ao tipo de exploração não há dependência estatística entre esta variável e qualquer uma das 11 que foram consideradas nesta análise bivariada para confrontar com as características do produtor e tipo de exploração.

Tabela 16 - – Tipo de Exploração vs Variáveis “ligação ao MPB”, “Associações”, “Dificuldades” e “Comercialização produtos MPB”

Questões	Resposta	Tipo de Exploração			P-Value
		Familiar	Emp. Nome Ind.	Sociedade	
Questão 2.1	Sim	12,7%	60,8%	27,3%	0,307
	Não	23,5%	64,7%	11,8%	
Questão 9.1	Sim	16,7%	58,3%	25,0%	0,786
	Não	12,5%	66,7%	20,8%	
Questão 9.2	Sim	10,0%	65,0%	25,0%	0,742
	Não	17,3%	59,6%	23,1%	
Questão 5.4.1	Sim	7,4%	59,3%	33,3%	0,241
	Não	16,1%	67,7%	16,1%	
Questão 6.1	Sim	14,1%	64,1%	21,9%	0,265
	Não	16,7%	33,3%	50,0%	
Questão 6.1.1	Sim	17,9%	56,4%	25,6%	0,838
	Não	11,1%	66,7%	22,2%	
Questão 5.5.1	Sim	22,2%	52,8%	25,0%	0,267
	Não	3,7%	70,4%	25,9%	
Questão 5.5.2	Sim	16,7%	61,1%	22,2%	0,563
	Não	9,1%	54,5%	36,4%	
Questão 5.5.8	Sim	18,5%	63,0%	18,5%	0,551
	Não	9,7%	61,3%	29,0%	
Questão 5.5.5	Sim	18,2%	56,4%	25,5%	0,564
	Não	0%	77,8%	22,2%	
Questão 7.1	Sim	6,7%	60,0%	33,3%	0,431
	Não	17,5%	61,4%	21,3%	

Fonte: elaborado pelo autor com base no output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

4.3 – Análise Multivariada

Das 77 explorações agrícolas que responderam ao questionário, consideraram-se para esta análise apenas 69. A razão da exclusão parcial deveu-se a ausência de resposta para variáveis integrantes da análise a realizar.

As variáveis seleccionadas estão associadas a diversas questões, podendo resumir-se em número de anos em MPB, número de actividades em MPB e número de produtos finais em MPB, área da exploração, número de unidades de trabalho (UTA), número de cabeças normais de ovinos, bovinos e caprinos (fêmeas reprodutoras), número de técnicas aplicadas e número de dificuldades associadas ao MPB, (ver tabela 17).

Tabela 17 - *Variáveis* utilizadas na análise factorial (Case Processing Summary)

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
anos_mpb	69	100,0%	0	,0%	69	100,0%
act_mpb	69	100,0%	0	,0%	69	100,0%
Área	69	100,0%	0	,0%	69	100,0%
prod_finais	69	100,0%	0	,0%	69	100,0%
Técnicas	69	100,0%	0	,0%	69	100,0%
dificuldades	69	100,0%	0	,0%	69	100,0%
UTATotal	69	100,0%	0	,0%	69	100,0%
CNRumR	69	100,0%	0	,0%	69	100,0%

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Estudo da Simetria

A escolha deste grupo de variáveis de entre todas as que compõem o questionário deve-se à ausência de simetria em relação a algumas variáveis, o que acontecia com algumas associadas a relações entre UTA por hectare e encabeçamento animal.

As tabelas 18 e 19 mostram os valores dos coeficientes de assimetria para cada uma das variáveis consideradas. O valor obtido em cinco variáveis não permite rejeitar a hipótese de existência da simetria na sua distribuição, dado que o coeficiente não ultrapassa o valor de 2 em termos absolutos. No entanto em relação à «Área», «n°UTA» e «N°CNRumR» foi necessário proceder a transformação logarítmica, considerando-se que os valores dos coeficientes que ultrapassaram ligeiramente o valor 2 são aceitáveis.

Tabela 18 – Simetria das variáveis (Descriptives)

Variáveis	Análise	Statistic	Std.Error	Coefficiente
Nº de anos em MPB	Skewness	0,409	0,289	1,416
Nº de actividades em MPB	Skewness	0,515	0,289	1,784
Área (ha)	Skewness	4,850	0,289	16,796
Nº de produtos finais	Skewness	0,213	0,289	0,738
Nº de técnicas	Skewness	0,206	0,289	0,715
Nº de dificuldades	Skewness	-0,006	0,289	-0,022
Nº de UTA	Skewness	2,593	0,289	8,981
Nº de CN ov+bov+cap fêmeas reprod.	Skewness	2,084	0,289	7,219

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Tabela 19 – Simetria das variáveis após transformação logarítmica (Descriptives)

Variáveis	Análise	Statistic	Std.Error	Coefficiente
Área (ha) Transf.	Skewness	-0,582	0,289	-2,018
Nº de UTA Transf	Skewness	-0,148	0,289	-0,513
Nº de CN ov+bov+cap fêmeas rep. Transf.	Skewness	-0,620	0,289	-2,147

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Estudo da Normalidade

Da análise da normalidade efectuada a partir do teste *Kolmogorov-Smirnov* e do teste *Shapiro-Wilk*, dado que a significância é nula para a maioria das variáveis e as duas que apresentam valor é relativamente baixo podemos concluir que se rejeita a hipótese nula de existência de normalidade na distribuição para as variáveis.

Tabela 20 – Estudo da normalidade (Tests of Normality)

	Kolmogorov-Smirnov(a)			Shapiro-Wilk		
	Statistic	Df	Sig.	Statistic	df	Sig.
anos_mpb	,116	69	,023	,953	69	,011
act_mpb	,248	69	,000	,877	69	,000
Área	,186	69	,000	,584	69	,000
prod_finais	,233	69	,000	,829	69	,000
Técnicas	,216	69	,000	,901	69	,000
dificuldades	,100	69	,083	,975	69	,186
UTATotal	,200	69	,000	,745	69	,000
CNRumR	,158	69	,000	,802	69	,000

a Lilliefors Significance Correction

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Uma vez que a ausência de normalidade na distribuição das variáveis a utilizar na Análise Factorial não influencia os resultados, passa-se para a aplicação desta técnica com as variáveis já referidas.

Análise em Componentes Principais

O primeiro passo consiste na apresentação de algumas estatísticas descritivas (Tabela 21) das variáveis iniciais (média e desvio padrão),

Tabela 21 - Estatísticas descritivas (Descriptive Statistics)

Variáveis	Mean	Std. deviation	Analysis N
Nº de anos em MPB	8,91	4,63	69
Nº de actividades em MPB	2,84	0,99	69
Área (ha)	291,90	303,13	69
Nº de produtos finais	2,06	0,94	69
Nº de técnicas	3,09	0,98	69
Nº de dificuldades	7,12	2,26	69
Nº de UTA	2,14	1,79	69
Nº de CN ov+bov+cap fêmeas reprod.	80,69	69,72	69

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Na matriz de correlações (tabela 22) observam-se valores superiores a 0,5 entre as variáveis mais relacionadas com o factor dimensão, designadamente «Área», trabalho (UTA) e efectivo animal (CNRumR), o que é normal acontecer em sistemas agrícolas relativamente estabilizados após longo processo de evolução no tempo e, por isso, com algumas características técnicas semelhantes entre explorações.

Tabela 22 - Matriz das correlações (Correlation Matrix(a))

	anos mpb	Act mpb	Prod finais	Técni cas	Dificul dades	Área	UTA	CNRu m	
Correlation	anos_mpb	1,000	,374	,231	-,044	,272	,181	,189	-,013
	act_mpb	,374	1,000	,120	,225	,277	,031	,330	-,002
	prod_finais	,231	,120	1,000	,218	,136	,207	,459	,223
	técnicas	-,044	,225	,218	1,000	,121	,028	,275	,185
	dificuldades	,272	,277	,136	,121	1,000	,063	,001	,068
	Área	,181	,031	,207	,028	,063	1,000	,550	,739
	UTA	,189	,330	,459	,275	,001	,550	1,000	,658
	CNRum	-,013	-,002	,223	,185	,068	,739	,658	1,000
Sig. (1-tailed)	anos_mpb		,001	,028	,361	,012	,069	,060	,456
	act_mpb		,001	,162	,031	,011	,399	,003	,494
	prod_finais		,028	,162	,036	,133	,044	,000	,033
	técnicas		,361	,031	,036	,160	,410	,011	,064
	dificuldades		,012	,011	,133	,160	,303	,498	,288
	Área		,069	,399	,044	,410	,303	,000	,000
	UTA		,060	,003	,000	,011	,498	,000	,000
	CNRum		,456	,494	,033	,064	,288	,000	,000

a Determinant = ,080

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Conforme observado na tabela 23, o valor da estatística KMO (0,585) permite concluir que se trata de uma análise de qualidade razoável, enquanto que o teste de Bartlett permite rejeitar a hipótese de que a matriz de correlações é uma matriz identidade (sig. = 0,000). Pode-se concluir que as correlações parciais são pequenas e a Análise Factorial em Componentes Principais pode ser aplicada.

Quadro X6 – Testes KMO e Bartlett**KMO and Bartlett's Test****Tabela 23 - Testes KMO e Bartlett (KMO and Bartlett's Test)**

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,585
Bartlett's Test of Approx. Chi-Square Sphericity	162,657
df	28
Sig.	,000

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

As correlações apresentadas na matriz Anti-Image (tabela 24) confirmam o que foi concluído anteriormente, dado que os valores apurados para as correlações da diagonal principal são elevados e os parciais, de uma forma geral, reduzidos.

Confirma-se, desta forma, a adequação amostral, não sendo necessário retirar variáveis da análise.

Tabela 24 - Matriz anti-imagem (Anti-image Matrices)

	anos	Act	Prod	Técni	Dificul	Área	UTA	CNRu	
	mpb	mpb	finais	cas	dades	Área	UTA	m	
Anti-image Covariance	anos_mpb	,713	-,182	-,116	,117	-,154	-,133	-,037	,106
	act_mpb	-,182	,635	,130	-,125	-,193	,028	-,198	,100
	prod_finais	-,116	,130	,713	-,104	-,118	,007	-,202	,056
	técnicas	,117	-,125	-,104	,830	-,074	,090	-,056	-,060
	dificuldades	-,154	-,193	-,118	-,074	,803	,007	,151	-,097
	Área	-,133	,028	,007	,090	,007	,402	-,036	-,209
	UTA	-,037	-,198	-,202	-,056	,151	-,036	,340	-,160
	CNRum	,106	,100	,056	-,060	-,097	-,209	-,160	,301
Anti-image Correlation	anos_mpb	,544(a)	-,270	-,162	,152	-,203	-,248	-,075	,228
	act_mpb	-,270	,465(a)	,193	-,172	-,271	,056	-,426	,230
	prod_finais	-,162	,193	,602(a)	-,135	-,156	,013	-,410	,121
	técnicas	,152	-,172	-,135	,636(a)	-,091	,155	-,106	-,121
	dificuldades	-,203	-,271	-,156	-,091	,416(a)	,012	,289	-,198
	Área	-,248	,056	,013	,155	,012	,669(a)	-,099	-,600
	UTA	-,075	-,426	-,410	-,106	,289	-,099	,622(a)	-,499
	CNRum	,228	,230	,121	-,121	-,198	-,600	-,499	,577(a)

a Measures of Sampling Adequacy(MSA)

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

A comunalidade (Tabela 25) de cada uma das variáveis iniciais mostra que as variáveis que maior informação mantém, mesmo após a retenção das componentes principais, foram a dimensão do efectivo animal (CNRum) (0,833), a «Área» (0,821) e as «Técnicas» (0,819). As que mantiveram menos informação são claramente os «produtos finais» (0,377) e as «dificuldades» (0,412).

Tabela 25 – Comunalidades(Communalities)

	Initial	Extraction
anos_mpb	1,000	,727
act_mpb	1,000	,604
prod_finais	1,000	,377
técnicas	1,000	,819
dificuldades	1,000	,412
Área	1,000	,821
UTA	1,000	,776
CNRum	1,000	,833

Extraction Method: Principal Component Analysis

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

A Variância Explicada (tabela 26) mostra que foram retidas 3 componentes, explicando em conjunto cerca de 67,1% da informação total. A primeira componente é a que maior poder explicativo tem, com cerca de 33,8%, a segunda com cerca de 19,7% e a terceira com cerca de 13,6%.

A análise foi efectuada seguindo o critério de retenção de Kaiser, dado que foram apuradas na análise apenas as componentes que apresentam um poder explicativo acima da média, ou seja, que têm variância acima de 1.

Conseguiu-se, com este procedimento, reduzir substancialmente a dimensão dos dados, visto passarmos de 8 variáveis iniciais para apenas 3 componentes principais, sem perder parte significativa da informação inicial.

Tabela 26 - Variância explicada (Total Variance Explained)

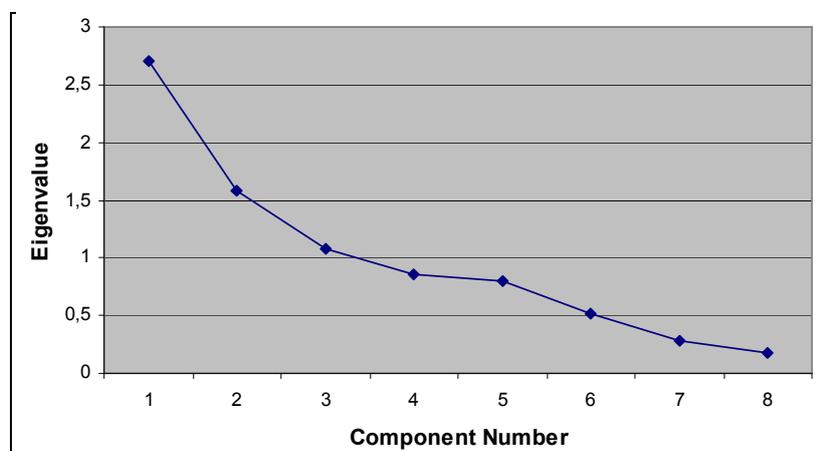
Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,708	33,846	33,846	2,708	33,846	33,846	2,391	29,893	29,893
2	1,577	19,708	53,553	1,577	19,708	53,553	1,680	20,999	50,892
3	1,084	13,556	67,109	1,084	13,556	67,109	1,297	16,217	67,109
4	,860	10,756	77,865						
5	,798	9,970	87,835						
6	,521	6,512	94,347						
7	,277	3,466	97,812						
8	,175	2,188	100,000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

A análise do gráfico Scree Plot permite confirmar o número de componentes retidas é o número ideal – a partir de 3 componentes a linha do gráfico fica quase paralela ao eixo, ou seja, as componentes 4, 5 e 6 já não explicam parte significativa da informação total.

Gráfico 75 - Scree Plot



Fonte: elaborado pelo autor (Inquérito, 2010-2011)

A matriz de *Reproduced Correlations* (tabela 27) apresenta valores muito próximos dos já identificados para as correlações das variáveis iniciais. Os resíduos evidenciam as diferenças entre as correlações reproduzidas e originais, portanto quanto menores forem, melhor será o «fit» do modelo. Neste caso estamos perante um «fit» razoável, na medida em que a percentagem de resíduos acima de 0,05 é inferior a 50%.

Tabela 27 - Matriz de Reproduced Correlations (Reproduced Correlations)

	anos	Act	Prod	Técni	Difícil	Área	UTA	CNRum	
	mpb	mpb	finais	cas	dades				
Reproduced Correlation	anos_mpb	,727(b)	,499	,210	-,163	,501	,207	,187	,026
	act_mpb	,499	,604(b)	,338	,322	,469	,003	,258	-,021
	prod_finais	,210	,338	,377(b)	,379	,206	,302	,489	,356
	técnicas	-,163	,322	,379	,819(b)	,077	-,069	,376	,155
	dificuldades	,501	,469	,206	,077	,412(b)	,013	,129	-,070
	Área	,207	,003	,302	-,069	,013	,821(b)	,660	,783
	UTA	,187	,258	,489	,376	,129	,660	,776(b)	,728
	CNRum	,026	-,021	,356	,155	-,070	,783	,728	,833(b)
Residual(a)	anos_mpb		-,125	,022	,120	-,229	-,026	,001	-,040
	act_mpb		-,125	-,218	-,096	-,193	,028	,072	,020
	prod_finais		,022	-,218	-,161	-,071	-,095	-,030	-,133
	técnicas		,120	-,096	-,161	,045	,097	-,101	,030
	dificuldades		-,229	-,193	-,071	,045	,050	-,129	,139
	Área		-,026	,028	-,095	,097	,050	-,110	-,044
	UTA		,001	,072	-,030	-,101	-,129	-,110	-,069
	CNRum		-,040	,020	-,133	,030	,139	-,044	-,069

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a Residuals are computed between observed and reproduced correlations. There are 18 (64,0%) nonredundant residuals with absolute values greater than 0.05.

b Reproduced communalities

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

As matrizes seguintes (Tabelas 28 e 29) permitem identificar as variáveis que estão correlacionadas com cada uma das componentes retidas. A interpretação irá basear-se na segunda, ou seja, na matriz de componentes após a rotação, pois garante uma melhor separação das variáveis, aproximando os coeficientes mais baixos de 0 e os mais elevados de 1.

Tabela 28 - Matriz de componentes (Component Matrix(a))

	Component		
	1	2	3
anos_mpb	,361	,601	-,485
act_mpb	,389	,667	,088
prod_finais	,567	,153	,179
técnicas	,368	,161	,811
dificuldades	,251	,575	-,134
Área	,744	-,383	-,347
UTA	,866	-,130	,097
CNRum	,776	-,476	-,066

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a 3 components extracted.

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Tabela 29 - Matriz de componentes com rotação (Rotated Component Matrix(a))

	Component		
	1	2	3
anos_mpb	,145	,817	-,199
act_mpb	,011	,694	,349
prod_finais	,379	,285	,391
técnicas	,062	,009	,903
dificuldades	-,017	,636	,080
Área	,893	,061	-,139
UTA	,783	,178	,361
CNRum	,901	-,101	,111

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a Rotation converged in 5 iterations.

Fonte: Output do SPSS (Inquérito, 2010-2011)

Interpretação das componentes retidas

Na primeira componente a maior parte da informação explicada tem origem nas variáveis:

- Área das explorações agrícolas
- Volume de trabalho agrícola (UTA)
- Efectivo animal (ovinos, bovinos e caprinos, fêmeas reprodutoras convertidas na unidade Cabeça Normal),

Pelo que se pode designar por «Dimensão»

Na segunda componente a maior parte da informação explicada tem origem nas variáveis:

- Número de anos que a exploração agrícola pratica MPB
- Número de actividades em MPB

- Número de dificuldades sentidas associadas ao MPB,
Pelo que se pode designar por «Modo de Produção Biológico»

Na terceira componente maior parte da informação explicada tem origem na variável:

- Técnicas de produção adoptadas na componente pecuária,
pelo que se pode designar por «Técnicas aplicadas na produção animal»

A variável «Produtos finais» (número de diferentes produtos finais de origem animal produzidos e comercializados na exploração agrícola) não está associada especificamente a nenhuma das três primeiras componentes, repartindo-se equitativamente por todas.

Capítulo 5 – Conclusões

Portugal mostrou um contínuo crescimento do número de operadores e de área em modo de produção biológico, sobretudo a partir de 1997. Essa evolução foi interrompida nos três últimos anos, verificando-se mesmo um considerável decréscimo quer no número de operadores, quer em área declarada. Na componente específica de produção animal em MPB a adesão dos produtores começou a revelar algum destaque só a partir de 2002 mas com forte crescimento anual até 2007, regredindo a partir de então em número de produtores e de animais.

Apesar deste trabalho não permitir concluir definitivamente que o recente abandono do MPB por parte dos produtores se deve à forma como em Portugal é considerado esta tecnologia alternativa de produção, alguns dos resultados decorrentes do inquérito realizado no âmbito deste trabalho e do conhecimento da região objecto de estudo permitem dar credibilidade a essa hipótese. Com efeito, as razões apontadas pelos inquiridos para o abandono do MPB relacionam-se com dificuldades no cumprimento de legislação específica e no escoamento de produtos, seguidas de baixos valores dos produtos e do nível de apoios.

A dificuldade no cumprimento de legislação, onde uma grande maioria dos inquiridos indicou o caso específico da respeitante ao MPB mas também a relacionada com as regras ambientais “boas práticas agrícolas”, poderá significar falta de informação, de formação e de apoio técnico. Estes últimos aspectos são destacados pelos produtores que responderam ao inquérito, não obstante apresentarem níveis de instrução muito acima da generalidade dos agricultores portugueses e menos idade (classe etária acima de 60 anos representa cerca de 18% dos inquiridos, nos agricultores portugueses ultrapassa 50%).

Os três pontos restantes acima referenciados – dificuldade no escoamento e baixo valor dos produtos e dos apoios – relacionam-se com a viabilidade das empresas aderentes ao MPB e consequentes dificuldades em sobreviverem numa economia de mercado. Os custos unitários normalmente mais elevados em MPB geram necessidade de compensação no lado dos benefícios, se o balanço é desfavorável regressa-se ao modelo convencional.

Da situação actual do MPB na Beira Interior pergunta-se se o desenvolvimento destas práticas alternativas de agricultura não será apenas uma nova forma de recorrer a apoios, ou seja, os produtores, que em muitos casos já executam itinerários técnicos mais ou menos próximos do MPB, sem grandes alterações nem esforços de adaptação constataam a possibilidade de receber um apoio financeiro. Nas questões do inquérito sobre alterações de actividades e/ou de tecnologias praticadas decorrentes da adesão ao MPB percebe-se que não foram significativas, o que corrobora que a introdução do MPB em muitas empresas agrícolas não é sinónimo de reconversão do plano de exploração.

A legislação complexa e as dificuldades no escoamento dos produtos, a par do quase residual número de operadores que colocam os seus produtos nos canais de comercialização mais directamente ligados à agricultura biológica, constituem argumentos em favor da falta de organização da produção, dos mercados (não só dos produtos mas também na disponibilidade e preço dos factores de produção específicos para MPB) e das próprias entidades prestadoras de serviços de apoio e de enquadramento da actividade (sobretudo estatais e associativas, segundo os resultados do inquérito).

Do estudo do conjunto dos produtores inquiridos concluiu-se pela análise em componentes principais que o principal factor explicativo da variância estava relacionado com o efeito dimensão das explorações agrícolas, o segundo factor explicativo associado ao MPB (número de anos de actividade em MPB, número de dificuldades relacionadas com MPB e número de actividades em MPB) e, por fim, o terceiro factor com ligação às técnicas de produção.

Para terminar, e considerando a penúltima questão do inquérito (Considera que o modo de produção biológico tem futuro?), as respostas positivas atingiram 58%, as negativas 26%, verificando-se 16% de não respostas. Redistribuindo as não respostas significa que quase 70% dos inquiridos consideram que o MPB tem futuro.

Para a última questão do inquérito (Se não existissem apoios financeiros específicos mantinha o MPB?) 68% dos produtores admitem que desistiam de produzir em MPB e apenas 23% continuariam neste modo de produção, com 9% de não respostas. Redistribuindo estas últimas o valor de abandono de MPB atinge quase 75%.

Se tudo continuar como está actualmente, esse futuro estará correlacionado com a continuidade dos apoios financeiros específicos (provavelmente necessitando até de reforço), mantendo-se como uma actividade económica não muito significativa no respeitante a quantidade produzida e ao volume de negócios.

Se houver correcção dos problemas que entram o crescimento e desenvolvimento do MPB, sobretudo na vertente de actividade económica efectiva (e não só na óptica ambiental), então será de esperar um futuro mais promissor do que este presente que agora observamos.

Bibliografia

MONOGRAFIA

Barañano, Ana M. (2008), *Métodos e técnicas de investigação em gestão*, 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.

Barros, Henrique de. (1975), *Os grandes sistemas de organização da economia agrícola*. 1ª edição. Lisboa; Livraria Sá da Costa Editora.

Carvalho, José E. (2009), *Metodologia do Trabalho Científico*, 2ª Edição. Lisboa: Escolar Editora.

CAAE (2002), *La práctica de la agricultura y ganadería ecológicas*, 2.ª edición. Espanha: Comité Andaluz de Agricultura Ecológica.

Cardoso, J. (1973), “Carta de Solos de Portugal”. *Agronomia Lusitana*, vol. 33, pp.481-602.

Cristóvão, A. *et al* (2002), “A agricultura biológica em Portugal – Forças, fraquezas, ameaças e oportunidade de um sector emergente”. *O segredo da terra*, nº1, Outubro de 2002, pp. 10-11.

Comissão Europeia (2006), *Report on the supervision of inspection bodies and authorities of the Member States according to Article 15 of Council Regulation (EEC) nº 2092/91 on organic production*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Ferreira, J. (1999), *Manual de agricultura biológica – Fertilização e protecção de plantas para uma agricultura sustentável*, 2ª Edição. Lisboa: AGROBIO.

Firmino, Ana (2000), *Organic Farming in Portugal*. Bad Dürkheim: Stiftung Ökologie & Landbau (SÖL), pp. 239-252.

Frada, João J. C. (2005), *Novo Guia Prático para pesquisa, elaboração e apresentação de trabalhos científicos e organização de currículos*. Lisboa: Sete Caminhos.

Galletto, L. (2003), *Organic Meat In Italy : Situation and perspectives on the light of the experience of a small group of firms located in the Veneto region*, 8Th Joint Conference on Food, Agriculture and the Environment, August 25-28, 2002.

Ghiglione, R.; Matalon, B. (1992), *O inquérito. Teoria e prática*, 1^a edição. Oeiras: Celta Editora.

Gil, António C. (1999), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas.

GPP (2007), *Agricultura, Silvicultura e Pesca – Indicadores*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Políticas.

GPP (2008), *Envolvente Económica e Política da Agricultura Portuguesa (Continente) – 2007*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Políticas.

GPP (2009), *Agricultura, Silvicultura e Pesca – Indicadores*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Políticas.

GPPAA (2004), *Apoios à Agricultura 2003 – Portugal Continental*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

GPPAA (2005), *Apoios à Agricultura 2004 – Portugal Continental*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

GPPAA (2006) *Apoios à Agricultura 2005 – Portugal Continental*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

GPPAA (2007), *Apoios à Agricultura 2006 – Portugal Continental*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

Guerreiro, V. (2000), *As Medidas Agro-ambientais nas Políticas de Desenvolvimento Rural: Um Estudo de Caso*, 1^o Congresso de Estudos Rurais.

Guimarães, M. M.; Sequeira, M. R.; Ferreira, F. J. (2002), *A Agricultura Biológica na Região do Porto*. Faculdade de Economia do Porto.

Gwénaelle, G.; Albérik, S. (2000), *A Agricultura Biológica – Guia de Regulamentação Comunitária*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

IDRHa (2004), *Medidas Agro-Ambientais*. Lisboa.

IFADAP/INGA (2005), *Anuário da Campanha de 2004/2005 – Principais ajudas directas*. Lisboa: Direcção de Planeamento, Estatística e Assuntos Comunitários, IFADAP/INGA.

IFADAP/INGA (2006), *Anuário da Campanha de 2005/2006 – Principais ajudas directas*. Lisboa: Direcção de Planeamento, Estatística e Assuntos Comunitários, IFADAP/INGA.

Jansky, J.; Zivelová, I. (2007), “Subsidies for the organic agriculture”. *Agricultural Economics – Czech*, 53 (9), pp. 393-402.

Jansky, J.; Zivelová, I.; Novak, P. (2004), “The Influence of State Subsidies on the Development of Organic Agriculture in the Czech Republic and in the EU”. *Agricultural Economics - Czech*, 50 (9), pp. 394-399.

Johnson, K.; Mohr, E. (2000), *Organic Agriculture in Norway*, Bad Dürkheim: Stiftung Ökologie & Landbau (SÖL), pp. 215-223.

Kristiansen, P.; Taji, A.; Reganold, J. (2006), *Organic Agriculture, A Global Perspective*. Australia: Csiro Publishing.

Lampkin, N. (2000), *Organic farming in Europe – Growth, Policy support and future potencial*, Organic Foods 2000 Conference, Geneva, 27-28, January 2000.

Lendrevie, J. et al. (1998), *Mercator – Teoria e prática do marketing*, 7ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

MADRP (2004), *Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica – Resumo*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

MADRP (2007), *Programa de Desenvolvimento Rural Continente 2007-2013*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Maroco, J. (2003), *Análise Estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Martins, A.E. *et al* (2006), “Análise do comportamento do consumidor de queijos certificados alentejanos”, Programa de doutoramento em Gestão. Évora: Universidade de Évora.

Martins, I. A. (2005), “Avaliação do potencial de mercado da Agricultura Biológica em Portugal”, Curso de Engenharia Agrícola. Évora: Universidade de Évora.

Nemes, G. (2005), *The politics of rural development in Europe*. Budapeste: Institute of Economics Hungarian Academy of Sciences.

Niggli, U. (2000), *Organic Agriculture in Switzerland*. Bad Dürkheim: Stiftung Ökologie & Landbau (SÖL), pp. 215-223.

Nijhoff, P.; Andersson, A. (2001), *Organic Farming as a Strategy for a Multi-functional Agriculture*. Holanda: Naturredet, pp. 1-7.

Paddel, S.; Lampkin, N. (1994), *Farm-level performance of Organic Farming Systems, The economics of organic farming, An international perspective*. Wallingford: CAB International.

Reis, E. (1997), *Estatística Multivariada Aplicada*. Lisboa: Edições Sílabo.

Reis, E. (2009), *Estatística Descritiva*, 7ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.

Rodrigues, R. (2001), “Agricultura e Agronomia”. *Estudos Avançados*, 15 (43), pp. 289-302.

Ronchi, B.; Nordone, A. (2003), “Contribution of organic farming to increase sustainability of Mediterranean small ruminants livestock systems”. *Livestock Production Science*, 80, pp. 17-31.

s. a. (1999), *Dilemas da União Europeia na Reforma da Política Agrícola Comum*. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

Segrelles, J. A. (2000), “Desarrollo rural y agricultura: ¿incompatibilidad o complementariedad?”. *Agroalimentaria*, n.º 11, Dezembro 2000, pp. 85-95.

Stumm, M. G. (2008), “A relação entre sistemas de certificação e práticas sócioprodutivas na agricultura ecológica: o caso de Rio Branco do Sul/PR”, Dissertação

apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

Tibério, Luís (2004), “Construção da qualidade e Valorização dos Produtos Agro-alimentares Tradicionais – Um Estudo da Região de Trás-os-Montes”, Tese de Doutoramento. Vila Real: UTAD.

Travessas, E.; Pinto, P. L.; Sousa, U. (2005), *Portugal e a Reforma Fischer da PAC*. Porto: Faculdade de Economia e Gestão.

Vorley, B. (2001), Background Paper (revised version) prepared for the Workshop *Sharing Responsibility for Promoting Sustainable Agriculture and Rural Development: The Role of EU and US Stakeholders*. Lisbon. 24-26 January 2001.

Zivelová, I.; Jansky, J.; Novak, P. (2003), “Economic evaluation of cattle management in the system of organic farming”. *Agricultural Economics - Czech* (10), pp. 469-475.

LEGISLAÇÃO (Principais normas indicadas por ordem cronológica)

- Regulamento (CE) N° 1257/1999 do Conselho de 17 de Maio, *relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural e altera e revoga determinados regulamentos*. Jornal Oficial da União Europeia N° 160 de 26/06/1999.

- Regulamento (CEE) N° 2092/91 de 24 de Junho de 1992, *relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios*. Jornal Oficial da União Europeia N° 198 de 22/07/1991.

- Regulamento (CE) N° 1804/99 de 19 de Julho de 1999, *que completa, no que diz respeito à produção animal, o Regulamento (CE) N° 2092/91 relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios*. Jornal Oficial da União Europeia N° 222 de 24/08/1999.

- Portaria N°1212/2003 de 16 de Outubro de 2003 do MADRP, *relativo regime de ajudas a conceder no âmbito da intervenção «Medidas agro-ambientais», do Plano de*

Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado por RURIS. D. R. I Série-B, N° 240 de 16 de Outubro de 2003.

- Regulamento (CE) N° 834/2007 do Conselho de 28 de Junho, *relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CEE) n° 2092/91. Jornal Oficial da União Europeia N°189 de 20/07/2007.*

- Regulamento (CE) N° 889/08 de 05 de Setembro de 2008, *que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) N° 834/2007 do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, no que respeita à produção biológica, à rotulagem e ao controlo. Jornal Oficial da União Europeia N° 250 de 18/09/2007.*

- Regulamento (CE) N° 967/08 de 29 de Setembro de 2008, *que altera o Regulamento (CE) N° 834/2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos. Jornal Oficial da União Europeia N° 264 de 03/10/2008.*

- Regulamento (CE) N° 1235/08 de 08 de Dezembro de 2008, *que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) N° 834/2007 do Conselho no que respeita ao regime de importação de produtos biológicos de países terceiros. Jornal Oficial da União Europeia N° 334 de 12/12/2008.*

- Regulamento (CE) N° 1254/08 de 15 de Dezembro de 2008, *que altera o Regulamento (CE) N° 889/2008 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) N° 834/2007 do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, no que respeita à produção biológica, à rotulagem e ao controlo. Jornal Oficial da União Europeia N° 337 de 16/12/2008.*

- Regulamento (CE) N° 271/10 de 24 de Março de 2010, *que altera o Regulamento (CE) N° 889/2008 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) N° 834/2007 do Conselho, no que respeita ao logótipo de produção biológica da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia N° 84 de 31/03/2010.*

WEBGRAFIA

Beltrão, N. (sem data), “Agricultura Orgânica e o seu potencial como Estratégia de produção”. Consultado em 18 de Novembro de 2010. Em URL:

<http://www.emepa.org.br/anais/volume2/av204.pdf>

Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Gabinete de Planeamento e Políticas. Vários documentos. Consultado em Novembro de 2010. Em URL:

<http://www.gppaa.min-agricultura.pt/>

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP). Vários documentos. Consultado em Novembro 2010. Em URL:

http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_estatisticas,

Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). Vários Documentos. Consultado em Novembro de 2010. Em URL:

<http://www.proder.pt/PresentationLayer/homepage.aspx>

Jorge, R. (sem data) “A Dimensão regional da Multifuncionalidade e as políticas de desenvolvimento rural: Viabilidade da abordagem multifuncional na PAC do futuro”. Consultado em 3 de Dezembro de 2010. Em URL:

<http://www4.fct.unesp.br/.../DOC%20des%20rural%20local%20vinculo%20urbano/conferencia%20JORGE%20USC%202001..doc>

Eurostat (sem data), “Organic Farming Statistics”. Consultado em Dezembro de 2010. Em URL:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Organic_farming_statistics

Tibério, M. L. (2004), “Construção da Qualidade e Valorização dos Produtos Agro-Alimentares Tradicionais Estudo da Região de Trás-os-Montes”. Agroportal. Consultado em 11 de Dezembro de 2010. Em URL: <http://www.agroportal.pt/a/2004/mtiberio.htm>

Anexos

Importante salientar que devido, ao número de páginas, foram incluídos alguns anexos pertinentes ao presente trabalho em CD anexo (formato digital).

Os documentos em causa são:

- Dados em “bruto” recolhidos nos inquéritos por questão recolhidos em 3 ficheiros – análise univariada (Anexo VI), bivariada (Anexo VII) e multivariada (Anexo VIII) com base no inquérito;
- Gráficos da questão 7.3 (vendas em volume) – Anexo IX;
- Regulamento (CEE) N° 2092/91 de 24 de Junho de 1992;
- Regulamento (CE) N° 1804/99 de 19 de Julho de 1999;
- Regulamento (CE) N° 834/07 de 28 de Junho de 2007;
- Regulamento (CE) N° 889/08 de 05 de Setembro de 2008;
- Regulamento (CE) N° 967/08 de 29 de Setembro de 2008;
- Regulamento (CE) N° 1235/08 de 08 de Dezembro de 2008;
- Regulamento (CE) N° 1254/08 de 15 de Dezembro de 2008;
- Regulamento (CE) N° 271/10 de 24 de Março de 2010.

Anexo I – Novo Logótipo do MPB:



Anexo II – Número de Bovinos em MPB na UE

GEO/TIME	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Belgium	:	18.711	24.497	44.506	20.732	29.677	32.190	30.116	33.422	37.897	43.026	53.338
Bulgaria	:	:	:	:	:	:	:	:	329	395	470	272
Czech Republic	:	:	:	:	:	:	100.304	67.956	115.192	137.382	151.723	136.026
Denmark	80.768	180.257	149.767	150.512	144.977	133.279	125.200	122.760	132.147	:	141.896	170.155
Estonia	:	:	:	:	:	:	:	9.289	13.312	13.774	16.131	21.074
Ireland	:	:	:	:	:	:	:	21.950	24.450	29.000	33.200	32.700
Greece	:	:	:	:	7.760	14.219	14.776	22.900	22.292	25.104	20.254	28.618
Spain	:	:	:	:	:	:	53.295	56.701	81.471	85.598	101.248	128.004
France	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Italy	:	:	:	:	164.536	189.806	215.022	222.516	222.725	244.156	216.476	185.513
Cyprus	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	0
Latvia	:	:	:	:	:	:	10.037	21.439	55.319	50.530	41.153	53.867
Lithuania	:	:	:	:	:	:	6.616	3.843	15.997	19.964	22.665	21.927
Luxembourg	:	:	:	:	952	:	:	:	:	:	:	3.252
Hungary	:	:	:	:	8.661	7.926	8.747	:	:	17.174	17.746	25.089
Malta	:	:	:	:	:	:	:	0	0	:	:	0
Netherlands	26.356	31.534	38.854	41.023	36.373	36.669	34.841	36.269	36.799	40.129	44.117	59.000
Austria	:	:	:	:	:	:	331.441	333.826	338.593	342.055	352.781	373.720
Poland	:	:	:	:	:	:	:	31.556	54.811	33.436	44.030	51.391
Portugal	:	:	:	:	8.202	18.329	54.351	62.218	:	:	69.097	:
Romania	:	:	:	:	:	:	:	:	11.365	6.985	7.567	8.145
Slovenia	:	:	:	:	:	:	13.098	14.539	14.464	17.488	18.174	18.238
Slovakia	:	:	:	:	:	8.786	12.761	20.133	28.922	28.922	30.433	33.486
Finland	:	:	15.084	14.795	17.134	18.227	18.029	19.048	22.409	25.512	28.574	32.354
Sweden	:	:	:	:	:	92.304	91.515	:	95.936	110.000	141.825	194.063
United Kingdom	:	:	:	70.100	91.310	216.779	200.959	214.276	244.752	250.376	319.587	331.156
Norway	:	:	:	:	:	:	18.649	18.533	18.881	20.311	21.192	23.863
Switzerland	102.295	111.743	114.483	133.271	145.012	152.583	155.953	160.333	160.950	159.630	156.773	150.905

Fonte: Eurostat, 2010

Anexo III – Listagem dos Operadores em MPB a quem foram enviados inquéritos e respectivas devoluções:

Nome/Entidade	Devolvidos	Concelho
António de Bettencourt Botelho Franco Frazão		ALCAFOZES
FRANCISCA TERESA FRANCO FRAZÃO PAES VASCONCELOS, UNIPessoal, LDA.	X	ALCAFOZES
Joana de Saldanha Franco Crispim Gomes Vieira		ALCAFOZES
João de Saldanha Franco Crispim Gomes		ALCAFOZES
Maria da Graça Vital	X	ALCAFOZES
Maria Isabel de Bettencourt Botelho Franco Frazão		ALCAFOZES
SÍLVIA LÍDIA DE ALMEIDA MATOS PERES FRANCO FRAZÃO	X	ALCAFOZES
JOSÉ FERNANDO RUIVO DE CARVALHO		ALCAFOZES
Herdade do Fervedouro, Soc. Actividades rurais, LDA	X	
ARTUR MANUEL BARATA LOPES	X	ALCAINS
JOSÉ SANCHES MARCOS	X	ALCAINS
LUÍS AMARO LOPES	X	ALCAINS
PEDRO MANUEL DOS SANTOS ROBALO	X	ALD JOAO PIRES
PLENA PLANÍCIE - AGRO-PECUÁRIA, UNIPessoal, LDA.	X	ALD SANTA MARGARIDA
NUNO MANUEL SOTTOMAYOR MEGRE	X	ALD STA MARG
J. Duarte		Alpalhão
António Gonçalves Carrinho		Anadia
C A J Valente	X	CASTELO BRANCO
Luís Paulo Rato	X	CASTELO BRANCO
S A Vale currais	X	CASTELO BRANCO
Soc. Agríc. Monte Escrivão	X	CASTELO BRANCO
ANA LUÍSA SARAFANA PINTO BASTO VIEGAS NASCIMENTO	X	CASTELO BRANCO
CARLOS ANTÓNIO LOPES	X	CASTELO BRANCO
COSABE - COMPANHIA SILVO-AGRÍCOLA DA BEIRA, S.A.		CASTELO BRANCO
EXTENSILAND - Soc. Des. Gest. R. Nat.	X	CASTELO BRANCO
FRANCISCO ALMEIDA FRANCO FRAZÃO, SOCIEDADE UNIPessoal LDA.	X	CASTELO BRANCO
Francisco Baleiras Jorge	X	CASTELO BRANCO
JOÃO PEDRO BORGES DE SAMPAIO MAIA	X	CASTELO BRANCO
JOSÉ ESTEVES MARQUES BARATA	X	CASTELO BRANCO
JOSÉ FERNANDO LOPES ROCHA	X	CASTELO BRANCO
JOSÉ SIMÃO JESUS LOPES	X	CASTELO BRANCO
José Vicente Cabaço		CASTELO BRANCO
LHMC-Soc. Unipessoal,Lda	X	CASTELO BRANCO
LUÍS ANTÓNIO FABIÃO DA FONSECA RIBEIRO		CASTELO BRANCO
M.M.MatiasP.F.Castanheira,Lda	X	CASTELO BRANCO
Maria do Rosário Cabral	X	CASTELO BRANCO
MONTE DA SILVEIRA, SOCIEDADE AGRÍCOLA		CASTELO BRANCO
Ribeiro da Azinheira	X	CASTELO BRANCO
SOCIEDADE AGRÍCOLA MONTE GRANDE, LDA.	X	CASTELO BRANCO
Vítor Cabral		CASTELO BRANCO
LUÍS HENRIQUE MATOS DE CARVALHO	X	CASTELO BRANCO
LAMEAGRO - SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA	X	COVILHÃ
Paulo Soares dos Santos		COVILHÃ

CARLOS JOSÉ PINTO GOMES	X	ÉVORA
JOSÉ ANTÓNIO FIÚZA CORRÊA DE SÁ		FUNDÃO
JOSÉ CABEÇAS FERNANDES		FUNDÃO
Rita Videira		FUNDÃO
AUGUSTO FILIPE JORGE DA COSTA MACHADO		IDANHA A NOVA
FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA BAPTISTA		IDANHA A NOVA
MARTA CHARRUA COURELAS SEREJO ANTUNES	X	IDANHA A NOVA
António José Faia		IDANHA A NOVA
António Manuel da Fonseca		IDANHA A NOVA
João Filipe Giraldes Pereira de Figueiredo		IDANHA A NOVA
João Maia Cabral	X	IDANHA A NOVA
Joaquim Ferreira De Melo Ferreira Pinto	X	IDANHA A NOVA
Joaquim Gomes Coelho	X	IDANHA A NOVA
Luís Filipe Pinto e Silva	X	IDANHA A NOVA
Maria Amália Leitão Costa	X	IDANHA A NOVA
RUI FERREIRA PINTO		IDANHA-A-NOVA
José Sequeira		Idanha-a-Velha
Agro- RealIdanha, Lda		LADOEIRO
Capine-Coop.Agr.Pec.Nova Esp.CRL		LADOEIRO
HERDADE DAS CORGAS	X	LADOEIRO
Paulo Baptista	X	LADOEIRO
ANÍBAL NEVES BARATA	X	LADOEIRO
FILIPE MANUEL HENRIQUES GOMES PEREIRA	X	LISBOA
CARLOS ALBERTO CABRITO RIBEIRO	X	MALPICA
MANUEL CABAÇO BRANCO	X	MALPICA
Armando Cunha		MEDELIM
Flávia Cunha		MEDELIM
Soc Agricola Cunha e Folgado		MEDELIM
Soc Agro pecuaria Sra Calvário		MEDELIM
JOSÉ ADELINO BEATRIZ CALDEIRA	X	MEDELIM
Arlindo Martins Andrade	X	Monfortinho
Maria do Carmo R.M.Roque	X	Monfortinho
JOSÉ MENDONÇA, SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA DE MONSANTO	X	MONSANTO
RUI VINAGRE MENDONÇA	X	MONSANTO
JOÃO PAULO VAZ MARQUES GONÇALVES		NINHO DO AÇOR
MANUEL FERREIRA DIAS RATO	X	OLEDO
SOCIEDADE AGRÍCOLA DOS MONTES DA CARDOSA E CONCHEGADA, UNIPESSOAL LDA.	X	OLEDO
ALCOGADO		PENAMACOR
Manuel dos Santos Augusto		PENAMACOR
PENAZEITES		PENAMACOR
Gabriel Nunes Santos de Brito	X	PENHA GARCIA
Soc. Agríc. Couto de Penha Garcia, Lda	X	PENHA GARCIA
JOÃO VASCO NAVARRO DE FONSECA CASTEL-BRANCO	X	POVOA RIO MOINHOS
JOSÉ PINTO GOMES	X	PROENÇA-A-VELHA
Amílcar Galante		Rosmanihal
António Manuel Almeida		Rosmanihal
António Mendes Pinheiro	X	Rosmanihal
Heitor Antunes Tonel		Rosmanihal
José Carlos Malcata		Rosmanihal
Maria Adelaide Malcata		Rosmanihal
Maria Manuela Flores	X	Rosmanihal
CLÁUDIO LUÍS DOS SANTOS FÉLIX	X	S MIGUEL DE ACHA

EMÍLIA ROBALO DOMINGUES DE CARVALHO FOLGADO	X	S MIGUEL DE ACHA
ANTÓNIO SANTOS FÉLIX	X	S MIGUEL DE ACHA
Fernando Rolo Valente	X	S MIGUEL DE ACHA
Maria Amélia dos Santos	X	S MIGUEL DE ACHA
ANTONIO DOS SANTOS CORREIA MOREIRA		SALVATERRA
Casa Agrícola Araújo e Araújo		CASTELO BRANCO
SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA DE SEGURA, LDA.	X	SEGURA
MARIA ALICE DA CONCEIÇÃO PERES	X	SEGURA
ANTÓNIO MANUEL RIBEIRO CRAVO	X	SOALHEIRA
João Duarte Alves		SOALHEIRA
João José de Oliveira Valério	X	TEIXOSO
ÓSCAR MANUEL RODRIGUES GARCIA	X	TEIXOSO
JOSÉ PAULO DOS REIS DIAS		V. V. RÓDÃO
Ana Márcia Louro	X	V. V. RÓDÃO
Herdeiros de José Emílio T. Louro	X	V. V. RÓDÃO
LUÍS MANUEL MACHADO BRITO COUTINHO DIAS	X	V. V. RÓDÃO
MARIA DA GRAÇA ROSADO TRIGUEIROS DE ARAGÃO	X	V. V. RÓDÃO
MARIA DINIS FERREIRA BELO TEMUDO LOURO	X	V. V. RÓDÃO
SÓNIA PATRÍCIA PAULA MENDES DIAS		V. V. RÓDÃO
M. ^a Conceição Galante		Zebbras
Isabel Caldeira Cajado		ZEBREIRA
Manuel Serejo Antunes		ZEBREIRA
MANUEL SERRA DA COSTA	X	ZEBREIRA
MARIA DE FÁTIMA NUNES SARAIVA		ZEBREIRA
Francisco Franco Frazão	X	CASTELO BRANCO
David Alexandre Matos Galante		Aguas
Paisagens encantadas Unipessoal		Aguas
Nuno Crisóstomo Camilo	X	V. V. RÓDÃO
J.P. Galvão	X	V. V. RÓDÃO
Gabriel de Brito	X	Penha Garcia
José Pereira Castilho Mendes		PROENÇA-A-VELHA
S.A. Porto Cavalos	X	Oledo
Félix Dias		PROENÇA-A-VELHA
Nuno Jacinto		Vale Prazeres
Manuel Rodrigues Baleiras		Idanha-a-nova

Anexo IV – Carta de Apresentação enviada junto ao Inquérito:

Diogo Clemente Silva

Urbanização Qt. Pires Marques, Lote 267 – 4º Dto.

6000-414 Castelo Branco

Telefone – 917352906

E-mail: diogosilvaevora@yahoo.com

Exmo. Sr. Produtor

Assunto: Realização de inquérito

Estimado produtor, encontro-me a realizar uma tese de mestrado na área da Agricultura Biológica, com o tema **“A Agricultura Biológica na Beira Interior – um contributo para a caracterização e desenvolvimento da produção animal no âmbito dos apoios agro-ambientais”**, que decorre do curso de Mestrado a decorrer na Universidade de Évora em Zootecnia.

Este tema foi seleccionado por ser um modo de produção em expansão e com bastante importância nesta Região. Assim pretendo que este estudo seja um contributo para a sua caracterização e, com base nos possíveis resultados, tentar-se-ão encontrar dificuldades que os produtores sentem, bem como indicar soluções com vista a um desenvolvimento deste modo de produção. **Penso que este trabalho poderá ser importante para si no futuro com uma possível melhoria deste sector.**

Deste modo, e por saber que é (ou já foi) produtor neste modo de produção, venho por este meio enviar-lhe um **questionário que agradecia que respondesse da forma mais sincera possível.**

É fundamental a sua colaboração sem a qual o trabalho não poderá ser realizado.

O questionário é enviado por carta contendo ainda um envelope e selo para a respectiva resposta, **apenas despendendo do tempo para a sua realização**. O tempo médio previsto para a realização deste questionário é de cerca de 15 minutos.

O inquérito tem seis páginas, devendo ser assinalada apenas uma opção, com excepção das perguntas assinaladas, que têm duas questões abertas onde deverá responder o que considerar pertinente, bem como sete para colocar valores (despesas, nº de trabalhadores, nº de animais, áreas ou anos), e no final um espaço para alguma observação que queira fazer.

De referir que este questionário é **completamente confidencial** não devendo ser assinado, não tendo qualquer outra pessoa acesso às suas respostas, nem será utilizado para outros fins que não sejam a elaboração do presente estudo.

Qualquer dúvida poderá ser colocada sempre que o entenda para as formas de contacto acima discriminadas.

Desde já muito agradecido pela colaboração aguardo o reenvio (no envelope fornecido) o mais breve possível.

Com os melhores cumprimentos,

Diogo Clemente Silva

Anexo V – Inquérito realizado:

Questionário

O presente questionário enquadra-se no âmbito do estudo “A Agricultura Biológica na Beira Interior – Um contributo para a sua caracterização e desenvolvimento no âmbito das medidas agro-ambientais” sobre o sector da agricultura biológica e destina-se unicamente a fins científicos, contribuindo para a elaboração de uma Tese de Mestrado em Zootecnia da Universidade de Évora. É garantido o total **anonimato** dos respondentes e a **confidencialidade** das respostas (a informação será tratada globalmente e os nomes dos produtores não constarão dos textos a redigir). A **colaboração de produtores que produzem e comercializam produtos neste modo de produção é fundamental para a concretização deste estudo**. Assim, solicita-se a sua colaboração através do preenchimento deste questionário, o qual se encontra estruturado em grupos, permitindo a recolha de dados quantitativos e qualitativos.

INSTRUÇÕES: Assinale com um X as respostas nos ou preencha os espaços com os valores ou respostas correspondentes, de acordo com a pergunta.

Grupo I – Caracterização do Produtor:

1.1 - Sexo: Masculino Feminino

1.2 - Idade : < 40 anos
≥ 40 anos e ≤ 60 anos -----
> 60 anos

1.3 - Instrução:

Não sabe ler/escrever
Sabe ler/ escrever -----
≤ 9º Ano escolaridade
≤ 12º ano escolaridade -----
Curso superior (Bacharelato ou licenciatura)
Na área agrícola
Outra área -----

1.4 - Tipo de Exploração:

Exploração familiar.....
Empresário em nome individual -----
Sociedade comercial
Outra. Qual? _____

GRUPO II – Exploração em MPB

2.1 - Situação da exploração:

Actualmente pratica MPB -----
Já não pratica MPB (responder às 3 perguntas seguintes)

2.1.1 - Se já não pratica, quais os motivos da desistência? (assinalar 3 hipóteses da mais importante-1 à menos-3)

Dificuldades no cumprimento das regras
Baixo nível de apoios a este modo de produção -----
Dificuldades no escoamento dos produtos
Baixo valor dos produtos -----
Falta de apoio técnico/conhecimentos
Extinção de actividade de agricultor -----
Motivos de saúde/idade
Falta ou problemas nos apoios (Subsídios) -----
Outros - Quais? _____

2.1.2 - Durante quantos anos praticou?

>5 anos
 ≤ 5 anos

2.1.3 - Quando desistiu? (inserir ano) _____

2.2 - Ano em que iniciou o MPB certificado na exploração? (inserir ano) _____

2.3 - Recebe (ou recebeu) subsídios por este modo de produção?

Sim
 Não

2.4 - Considera que os apoios ao M.P.B. são:

Uma ajuda a um modo de produção diferente
 A maior fonte de rendimento do produtor ou empresa -----
 Uma ajuda para compensar os custos e equilibrar as contas
 Prejudiciais porque não permitem que o produtor/empresa subsista sem estes apoios-----

Grupo III - Recursos humanos

3.1 - Características dos trabalhadores afectos à exploração: (indicar nº de trabalhadores, nº de dias ou de anos)

		Nº
3.1.1	Número de trabalhadores permanentes (em tempo integral)	
3.1.2	Número de trabalhadores permanentes (em tempo integral) excepto proprietários	
3.1.3	Número de trabalhadores em tempo parcial	
3.1.4	Número de dias (médio) de trabalho de cada trabalhador temporário por ano	
3.1.5	Número médio de anos de experiência (nesta área) dos trabalhadores permanentes	

Grupo IV - Características da exploração em MPB:

4.1 - Existência de alterações na exploração aquando do início do MPB (assinalar apenas a mais importante)

Nenhumas
 Mudanças estruturais (ex. aquisição de maquinaria) -----
 Alterações tecnológicas (Exemplo Alteração de métodos culturais - sequeiro/regadio)....
 Aumento da área de exploração -----
 Diminuição da área de exploração
 Alteração das culturas/produções efectuadas -----

4.2 - Culturas efectuadas na exploração: (assinalar todas as opções que se adequam)

Antes MPB		Em MPB	
Olival	<input type="checkbox"/>	Olival	<input type="checkbox"/>
Cereais	<input type="checkbox"/>	Cereais	<input type="checkbox"/>
Pastagens	<input type="checkbox"/>	Pastagens	<input type="checkbox"/>
Frutícolas	<input type="checkbox"/>	Frutícolas	<input type="checkbox"/>
Hortícolas	<input type="checkbox"/>	Hortícolas	<input type="checkbox"/>
Vinha	<input type="checkbox"/>	Vinha	<input type="checkbox"/>

4.3 - Dimensão (aproximada) da exploração: (em ha)

Grupo V - Produção animal

5.1 - Número de animais (aproximado) que possui: (inserir número)

Espécie	Nº animais total	Nº fêmeas reprodutoras
Ovinos		
Bovinos		
Caprinos		
Equídeos		
Aves		
Suíños		

5.2 - Tipo (s) de produto final que o produtor/empresa produz? (assinalar com X as hipóteses que se adequam)

Produção de carne (borregos/vitelos/cabritos, etc.)	<input type="checkbox"/>
Engorda para carne	<input type="checkbox"/>
Produção de ovos	<input type="checkbox"/>
Produção de leite	<input type="checkbox"/>
Produtos transformados derivados de carne (enchidos)	<input type="checkbox"/>
Queijos	<input type="checkbox"/>
Outros derivados de leite	<input type="checkbox"/>
Produção de reprodutores /competição	<input type="checkbox"/>
Lã	<input type="checkbox"/>
Outros produtos	<input type="checkbox"/>

5.3 - Origem da Alimentação dos animais:

Exclusivamente Própria
Maioritariamente Própria
Maioritariamente proveniente de terceiros

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

5.3.1 - Se utiliza alimentação proveniente de terceiros, a origem dominante é:

de outros produtores da região
de fora da região ou do estrangeiro

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

5.4 - Técnicas de produção adoptadas (responder sim/não)

	S	N
5.4.1 - Utilização de raças autóctones -----		
5.4.2 - Inseminação artificial.....		
5.4.3 - Fornecimento de ração convencional (sem certificação MPB) -----		
5.4.4 - Fornecimento de ração biológica.....		
5.4.5 - Renovação do efectivo sempre com animais próprios -----		
5.4.6 - Utilização de métodos fitoterapêuticos na sanidade animal.....		
5.4.7 - Animais divididos em lotes consoante estado e necessidades -----		

5.5 - Dificuldades sentidas neste modo de produção: (resposta de sim/não/ não sabe)

	S	N	NS
5.5.1 - Cumprimento das regras ambientais (Boas Práticas Agrícolas) -----			
5.5.2 - Cumprimento da legislação específica deste modo de produção....			
5.5.3 - Ausência de alternativas tecnológicas -----			
5.5.4 - Dificuldades na aquisição de alimentos para animais.....			
5.5.5 - Dificuldades no escoamento do produto -----			
5.5.6 - Dificuldades na assistência técnica das associações de produtores..			
5.5.7 - Ausência de apoio técnico oficial -----			
5.5.8 - Falta de informação/formação.....			
5.5.9 - Apoios financeiros escassos -----			
5.5.10 - Falta de mão de obra.....			
5.5.11 - Ausência de técnicos especializados -----			
5.5.12 - Burocracia.....			

Grupo VI - Apoio técnico

6.1 - É associado de alguma associação de produtores?

Sim

Não

6.1.1 - Considera que as associações desempenham bem o seu papel?

Sim

Não

6.1.2 - Se é associado de uma organização de produtores, quais são os apoios que a mesma lhe fornece? (sim/não)

	S	N
6.1.2.1 - Visitas a campo para apoio técnico -----		
6.1.2.2 - Realização de candidaturas a subsídios.....		
6.1.2.3 - Apoio documental/contabilístico -----		
6.1.2.4 - Informação da legislação inerente.....		
6.1.2.5 - Informação sobre aquisição de factores de produção -----		
6.1.2.6 - Informação acerca da comercialização.....		
6.1.2.7 - Comercialização dos produtos -----		
6.1.2.8 - Centro de aquisição de factores de produção e venda de produtos..		
6.1.2.9 - Intermediário com as entidades oficiais -----		

6.1.3 - Considera que o valor da anuidade paga à associação, em função dos serviços prestados é:

Elevado

Adequado

Baixo

6.2 - Considera que este apoio técnico deveria ser fornecido por:

Associações

Empresas privadas

Serviços locais da administração pública (delegações regionais)

Grupo VII - Comercialização

7.1 - Comercializa os produtos no circuito de produção do MPB?

Sim
Não
Não comercializa

7.1.1 - Se Sim, de que forma?

Marca própria
Marca de Agrupamento/associação de produtores
Venda a granel
Grandes superfícies
Directamente ao consumidor
Exportação

7.2 - Além do MPB Tem outro tipo de certificações? (DOP, IGP,...)

Sim
Não

7.3 - Vendas: (inserir valores o mais aproximados possível apenas referentes à produção animal)

		2007	2008	2009
7.3.1	Vendas totais (Kg/ litros)			
7.3.2	Vendas totais (euros)			

7.3.3 - De que forma controla as respectivas vendas?

Não controla
Através de facturas
Através de registos próprios

7.4 - O produtor/empresa desenvolve actividades de marketing?

Sim
Não

7.4.1 - Se sim, Principal canal de divulgação utilizado:

Imprensa
Internet
Feiras e congressos

Rádio e Televisão
Eventos desportivos
Outros: _____

7.4.2 - Despesas em marketing em 2009 (euros): _____

Grupo VIII - Certificação

8.1 - Refira um ponto positivo e um negativo acerca da empresa que lhe garante a certificação dos produtos. (pergunta aberta)

8.1.1 - Ponto positivo _____

8.1.2 - Ponto Negativo _____

8.2 - Durante o período em que se encontrou em modo de produção biológico mudou de empresa de certificação?

Sim
Não

8.2.1 - Se sim, qual o motivo?

Fraca qualidade da empresa que lhe prestava o serviço -----
Excesso de rigor da empresa
Factores económicos -----
Maior facilidade de contacto com a nova empresa (ser da região por exemplo)
Outros motivos. Quais: _____

8.3 - Considera que o valor da anuidade paga à entidade certificadora é:

Elevado
Adequado
Baixo

8.4 - Considera que a certificação deveria ser feita:

Por empresas privadas
Pelo estado através do ministério
Outro. Qual? _____

Grupo IX - Conclusões

9.1 - Considera que este modo de produção tem futuro?

Sim Não

9.2 - Se não existissem estes apoios específicos mantinha este modo de produção?

Sim Não

Muito obrigada pela sua colaboração!

OBSERVAÇÕES: _____